

Boletim
de
Serviço

2025

03

Boletim de Serviço



BS nº 03 de 31 de março de 2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 078 DE 10 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder afastamento remunerado à servidora **ROSÂNGELA TORRES FIGUEIREDO**, matrícula SIAPE nº 1268050, ocupante do cargo de Assistente em Administração, lotada na COPET, pertencente ao Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDDHCT, está matriculada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do curso de Mestrado Profissional em Avaliação, que é ministrado pela Faculdade CESGRANRIO, no período de 10/03/2025 a 31/12/2025, conforme Artigo 96-A da Lei nº 8.112/1990, do Decreto nº 9.991/2019 e homologado através do Edital nº 06/2024. (processo nº 23121.000198/2025-17)

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 079 DE 10 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Excluir a pedido, o nome da servidora **ANA PAULA DE PAIVA FIGUEIREDO**, matrícula SIAPE nº 1094523, da Portaria nº 648/2023 de BS-INES nº 11/2023, da Comissão para realização de Concurso Público para provimento de cargos do INES.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 080 DE 12 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder auxílio financeiro à servidora **NEILA CAROLINA BARBOSA BERNASCONI DA SILVA**, matrícula SIAPE nº 1831895, para custeio das mensalidades do Curso de Doutorado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais ministrado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, no período de janeiro/2025 a novembro/2027, de acordo com a Lei nº 11.091/2005, com o Decreto nº 9.991, de 28/08/2019, com o Decreto nº 5.825, de 29/06/2006, e a Portaria INES nº 308-A, de 30/11/2012, publicada no BS-INES nº 11/2012, de 30/11/2012, conforme análise e parecer da Comissão Permanente de Acompanhamento da Capacitação. (Processo nº 23121.000004/2024-83)

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 081 DE 12 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder Incentivo à Qualificação ao servidor do quadro técnico-administrativo do INES, conforme discriminado abaixo, em conformidade com o Decreto nº 5.824/2006, a Lei nº 11.091/2005, na forma do Anexo IV alterada pela Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Interna de Supervisão – CIS, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos das IFES – PCCTAE.

Matrícula SIAPE nº	Nome	Título	Percentual	A partir de
1174709	OSÉAS COSTA OLIVEIRA NETO	Mestrado	52%	10/03/2025

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 082 DE 12 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder ao servidor, do quadro técnico-administrativo, relacionado abaixo, Progressão Funcional por Capacitação, em conformidade com o parágrafo 1º e 2º do Art. 5 do Decreto nº 5.824/2006 e parágrafo 1º do Art. 10 da Lei nº 11.091, conforme parecer da Comissão Interna de Supervisão – CIS, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos das IFES – PCCTAE.

Matrícula SIAPE nº	Nome do Servidor	Do Nível	Para o Nível	A partir de
1905214	GUSTAVO ANTONIO COSTA SOUZA	D III	D IV	06/03/2025

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 083 DE 12 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder afastamento temporário à servidora **MARIA LUCIA VIGNOLI RODRIGUES DE MORAES**, matrícula SIAPE nº 1651816, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao Departamento de Educação Básica - DEBASI, para participar do Seminário do Laboratório de História dos Agroecossistemas, apresentando o Projeto de pesquisa ArteGestoAção, desenvolvido no INES, que será realizado no período de 14 a 18 de abril de 2025, na Universidade Pablo de Olavide na cidade de Sevilla, Espanha, com ônus limitado, sendo o custeio de inscrição, diárias e passagens arcados pela servidora, conforme o inciso IV, Artigo 102 da Lei nº 8.112/1990, Artigo 18, inciso II do Artigo 19 do Decreto 9.991/2019 e Artigo 29, inciso I da Portaria MEC nº 1.819, de 11/09/2023. (Processo nº 23121.000111/2025-10)

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 084 DE 14 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder aos servidores do quadro técnico-administrativo, relacionados abaixo, Progressão Funcional por Mérito Profissional conforme § 2º do Art. 10 da Lei nº 11.091/2005, alterado pelo Art. 10-A da Lei nº 11.784, de 22/09/2008, após análise e parecer da Comissão Interna de Supervisão – CIS.

Matr. SIAPE nº	Servidor	Data da última progressão/ posse	D e		Pa ra		Progressão a partir de
1993092	NATALLIA MAIA SILVA MORAES DE SOUZA	09/10/2023	D IV	5	D IV	6	09/04/2025
1341283	VIRGINIA VIRGINIO DE LIMA	20/10/2023	D IV	5	D IV	6	20/04/2025

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 085 DE 14 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder à servidora do quadro técnico-administrativo, relacionada abaixo, Progressão Funcional por Mérito Profissional conforme § 2º do Art. 10 da Lei nº 11.091/2005, alterado pelo Art. 10-A da Lei nº 11.784, de 22/09/2008, após análise e parecer da Comissão Interna de Supervisão – CIS.

Matr. SIAPE nº	Servidor	Data da última progressão/ posse	D e		Pa ra		Progressão a partir de
1438060	KILZA DE ARRUDA LYRA E SILVA	06/10/2023	E IV	5	E IV	6	06/04/2025

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 086 DE 17 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder ao docente **REGINALDO VANDRÉ MENEZES DA MOTA**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1154788, Progressão Funcional por Desempenho Acadêmico, da Classe D III Nível 3 para a Classe D III Nível 4, a contar de 09/03/2025, após vinte e quatro meses de exercício, iniciado em 09/03/2023, em conformidade com o artigo nº 15 da Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e constante do processo nº 23121.000263/2025-12.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 087 DE 17 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder ao docente **FLAVIO EDUARDO PINTO DA SILVA**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 2883604, Progressão Funcional por Desempenho Acadêmico, da Classe D III Nível 3 para a Classe D III Nível 4, a contar de 24/02/2025, após vinte e quatro meses de exercício, iniciado em 24/02/2023, em conformidade com o artigo nº 15 da Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e constante do processo nº 23121.000261/2025-15.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 088 DE 17 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder ao docente **MARCELO PEREIRA CUCCO**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1898494, Progressão Funcional por Desempenho Acadêmico, da Classe D IV Nível 1 para a Classe D IV Nível 2, a contar de 12/03/2025, após vinte e quatro meses de exercício, iniciado em 12/03/2023, em conformidade com o artigo nº 15 da Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e constante do processo nº 23121.000264/2025-59.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 089 DE 17 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder ao docente **RAABE COSTA ALVES OLIVEIRA**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1890618, Progressão Funcional por Desempenho Acadêmico, da Classe D IV Nível 3 para a Classe D IV Nível 4, a contar de 01/03/2025, após vinte e quatro meses de exercício, iniciado em 01/03/2023, em conformidade com o artigo nº 15 da Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e constante do processo nº 23121.000265/2025-01.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 090 DE 17 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder ao docente **JOANA CORREIA SALDANHA**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1328619, Progressão Funcional por Desempenho Acadêmico, da Classe D IV Nível 3 para a Classe D IV Nível 4, a contar de 12/03/2025, após vinte e quatro meses de exercício, iniciado em 12/03/2023, em conformidade com o artigo nº 15 da Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e constante do processo nº 23121.000266/2025-48.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 093 DE 19 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Publicar o Edital nº 07/2025 referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/INES - Edital de Seleção de Discentes para o PIBID/INES 2024-2026.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/INES
Edital de Seleção de Discentes para o PIBID/INES 2024-2026

Edital nº 07/2025

A Diretora-Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o edital de estudantes do Curso de Pedagogia Bilíngue para atuarem como bolsistas, do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), cadastro de reserva. Este edital está em concordância com a Portaria Nº 90/2024 - CAPES, que regulamenta o PIBID, e com o Edital Nº 10/2024 – CAPES, que aprovou o Projeto Institucional do INES. Serão selecionados estudantes regularmente matriculados no Curso de Pedagogia Bilíngue, na modalidade presencial, do Departamento de Ensino Superior (DESU) do INES.

1 DAS DEFINIÇÕES E FINALIDADES GERAIS

- 1.1 O Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID/INES) integra a Política Nacional de Formação de Professores e é vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que define e regulamenta o Programa através da Portaria Nº 90/2024.
- 1.2 O PIBID é um programa que integra atividades de formação realizadas por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvidas numa escola pública de educação básica, denominada escola parceira.
- 1.3 O programa será organizado em núcleos de iniciação à docência compostos por discentes de iniciação à docência, Supervisores das escolas parceiras e Coordenador institucional e de Área.
 - 1.3.1 O discente de iniciação à docência é o estudante com matrícula ativa do Curso de Pedagogia Bilíngue, modalidade presencial, do DESU/INES.
 - 1.3.2 O Supervisor é o professor da educação básica das redes públicas de ensino que integram o projeto institucional, responsável por planejar, acompanhar e supervisionar os discentes de iniciação à docência nas atividades desenvolvidas nas escolas parceiras do programa.
 - 1.3.3 O Coordenador institucional e de Área é o professor do INES responsável por planejar, organizar e orientar as atividades de iniciação à docência.
- 1.4 Este Edital tem como público-alvo estudantes regularmente matriculados no Curso de Pedagogia Bilíngue, modalidade presencial, do DESU/INES.

2 DOS OBJETIVOS DO PIBID

2.1 São objetivos específicos do PIBID:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II - contribuir para a valorização do magistério;
- III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

3 DAS ATRIBUIÇÕES DO DISCENTE DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

3.1 São atribuições do discente de iniciação à docência:

- I - Realizar as atividades planejadas juntamente com o Supervisor e o Coordenador de Área, com dedicação de carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas mensais ao PIBID;
- II - participar de atividades de pesquisas e de projetos de extensão propostas no âmbito do PIBID;
- III - registrar as atividades de iniciação à docência em relatórios ou em relato de experiência, conforme definido pela CAPES, e entregá-los no prazo estabelecido;
- IV - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do Projeto, colaborando com o aperfeiçoamento do Programa;
- V - comunicar qualquer intercorrência no andamento do Projeto ao Supervisor ou ao Coordenador de Área;
- VI - ser pontual e assíduo no cumprimento de suas atividades no Programa; e
- VII - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PIBID.

3.2 É vedado aos beneficiários de bolsa na modalidade de iniciação à docência assumir as atribuições dos

professores na escola parceira de educação básica, bem como atividades de suporte administrativo ou operacional na escola ou na Instituição de Ensino Superior (IES).

3.3 O bolsista não poderá alegar desconhecimento das normas do PIBID para justificar realização de atividades não autorizadas e não condizentes com os objetivos.

4 DOS REQUISITOS PARA DISCENTE DO PIBID

4.1 São requisitos para participação como discente de iniciação à docência:

I - estar regularmente matriculado no Curso de Pedagogia Bilíngue, modalidade presencial, do DESU/INES;

II - ser aprovado em processo seletivo realizado pela IES;

III - possuir bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo histórico escolar, consoante às normas da IES; e

IV - possuir disponibilidade de tempo para se dedicar às atividades do PIBID, com carga horária mínima mensal de 50 (cinquenta) horas.

V – possuir conhecimento de Libras e de Língua Portuguesa Escrita.

4.2 Poderá ser bolsista do PIBID o estudante de licenciatura que possuir vínculo empregatício ou estiver realizando estágio remunerado, desde que o vínculo não seja com a IES responsável pela concessão da bolsa, nem com a CAPES e nem com a Escola Parceira onde realiza as atividades do Projeto.

Parágrafo Único. A IES não poderá impor outras restrições relacionadas ao vínculo empregatício, além daquelas previstas no caput deste dispositivo e desde que esse vínculo não comprometa o cumprimento total da sua carga horária no PIBID.

5 DAS NORMAS GERAIS

5.1 Este edital visa a selecionar estudantes de licenciatura para composição de cadastro de reserva para os seguintes núcleos: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, INES (Rio de Janeiro)

5.2 A bolsa concedida tem o valor de R\$ 700,00 (setecentos) reais mensais.

5.3 Os beneficiários da modalidade de bolsa de discente não poderão receber quantidade superior a 60 (sessenta) meses de bolsa no PIBID, mesmo que ingressem em Subprojeto diferente. Parágrafo único. Considera-se para efeito de cálculo do período mencionado no *caput* a participação como bolsista no PIBID em uma mesma modalidade, em qualquer Subprojeto ou edição do Programa, ainda que anterior à publicação desta Portaria.

5.4 Discentes de iniciação à docência não poderão receber bolsa do PIBID caso sejam bolsistas de outra modalidade acadêmica (Iniciação à Pesquisa – IC ou Monitoria ou Extensão - EXT) concedidas pela CAPES.

5.5 Discentes de iniciação à docência estão autorizados a receber bolsa do Pibid caso sejam bolsistas ou beneficiários de auxílios de caráter estritamente assistencial, bolsas de auxílio permanência (alimentação, transporte, moradia, dentre outras).

5.6 Não será admitido pagamento de bolsa após o encerramento do período de vigência do instrumento firmado entre o INES e a CAPES.

5.7 Poderá haver o adiamento do início das atividades e o cancelamento, pela CAPES, da concessão do fomento de que trata o presente edital durante a execução do projeto, por ocorrência de fato cuja gravidade o justifique, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

5.8 A vigência da bolsa será contada a partir do início das atividades do estudante no programa, estando prevista a substituição do bolsista, caso não sejam cumpridas as atribuições dispostas neste Edital.

5.9 As vagas para a admissão com bolsa serão preenchidas por ordem de classificação.

5.10 Os candidatos aprovados em classificação comporão um cadastro de reserva com validade de 15 (quinze) meses a partir da data de publicação do resultado final.

6 DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições deverão ser solicitadas conforme calendário apresentado no item 10 deste edital, de forma on-line, via preenchimento do formulário eletrônico

<https://forms.gle/kxAyD4tg4Rui0HEv9>

6.2 Para o preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá estar munido dos documentos a seguir, que serão solicitados como anexo em **formato PDF**:

I Carta de Apresentação digitada ou sinalizada.

a) A Carta de Apresentação deverá ter o seguinte formato:

(i) Para as cartas digitadas: Fonte Arial, Tamanho 12, Espaçamento 1,5 linhas, texto justificado, com até 2.500 caracteres com espaço.

(ii) Para as cartas sinalizadas: Tempo máximo do vídeo – 8 min.

b) A Carta de apresentação deve contemplar os seguintes itens:

(i) Relato das vivências e percurso formativo do estudante (incluindo execução de atividades comunitárias, acadêmicas, realizadas ou não em parceria direta com as unidades de ensino);

(ii) Relato do estudante sobre experiências na docência e em atividades de ensino-aprendizagem;

(iii) Indicação da importância do programa PIBID para a formação de professores;

II Currículo profissional da Plataforma CAPES de Educação Básica (poderá ser criado e preenchido no endereço eletrônico <https://eb.capes.gov.br/portal/>). Não serão aceitos currículos emitidos através da plataforma Lattes do CNPq.

(a) Cópia do CPF.

(b) Cópia de documento oficial com foto, contendo o número do RG.

(c) Auto declaração de conhecimento de Libras/Língua Portuguesa.

6.3. Para fins de recebimento da bolsa, os licenciandos selecionados para atuarem como bolsistas de iniciação à docência do PIBID deverão possuir conta corrente em seu nome. É recomendável que os alunos que não tiverem

contas realizem o procedimento de abertura o mais rápido possível.

7 DO PROCESSO SELETIVO

- 7.1 O processo de seleção dos candidatos será realizado em uma única etapa, envolvendo toda a análise dos documentos enviados;
- 7.2 O processo seletivo será realizado por Núcleo, sendo assim o candidato concorre apenas para o Núcleo marcado no formulário;
- 7.3 O processo seletivo será conduzido por banca examinadora composta pela coordenação de área e pela Coordenação Institucional do PIBID/INES 2024-2026.
- 7.4 Ao final do período de análise documental, será publicado um resultado preliminar, considerando a documentação enviada.
- 7.5 A inscrição poderá ser indeferida caso o candidato:
- (i) não apresente toda a documentação exigida no item 7 deste Edital;
 - (ii) se documentação apresentada não for pertinente, íntegra e legível; e/ou
 - (iii) se o candidato não atender aos requisitos necessários para participação no PIBID/INES, em consonância com o item 4 deste Edital.
- 7.6 Cada banca examinadora utilizará dois instrumentos de avaliação, a saber:
- (i) Análise da Carta de Apresentação dos candidatos,
 - (ii) Análise da trajetória acadêmica com base no currículo CAPES
- Os instrumentos de avaliação serão pontuados de 0 (zero) a 10 (dez), considerando os baremas correspondentes do Anexo I.
- 7.7 Cada candidato receberá, em cada instrumento de avaliação utilizado, uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez). A nota final do candidato será a média aritmética ponderada das notas obtidas em cada um dos instrumentos de avaliação.
- 7.8 Em caso de empate entre candidatos, será dada preferência ao candidato com maior idade.
- 7.9 As informações sobre etapas de seleção e seus resultados serão disponibilizados na página do INES, acessível no link: <https://www.gov.br/ines>

8 DOS RECURSOS

- 8.1 O candidato terá direito a apresentar recurso fundamentado à Comissão Avaliadora do processo de seleção do PIBID/INES 2024-2026, nos prazos estabelecidos pelo cronograma deste Edital.
- 8.2 O recurso deverá ser enviado para o e-mail: pibid@ines.gov.br, deixando claros os motivos da solicitação de recurso.
- 8.3 Recursos apresentados fora de prazo ou sem fundamentação não serão considerados. Também não será permitido, no momento do recurso, adicionar ou complementar documentos que foram exigidos no processo de inscrição

9 DO CRONOGRAMA

Evento	Data
Lançamento do Edital	31/03/2025
Inscrições	01/04 a 23/04/2025
Resultado preliminar	25/04/2025
Interposição de Recursos	28/04/2025
Resultado Final: Divulgação de discentes classificados	30/04/2025

10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1 É de responsabilidade do candidato o preenchimento correto do formulário de inscrição, incluindo a inserção dos documentos exigidos de acordo com os critérios e formatos expostos neste Edital, sob penalidade de indeferimento da inscrição no processo seletivo.
- 11.2 A critério da Coordenação Institucional e da Direção do Departamento de Ensino Superior, o calendário do processo seletivo deste Edital poderá sofrer retificações, que caso venham a ocorrer, serão amplamente divulgadas por meio do site do INES.
- 11.3 Os casos omissos a este edital serão analisados pela Coordenação Institucional do PIBID/INES.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora-Geral do INES

ANEXO I

(i) Barema de Análise da Carta de Intenção

Critério	Pontuação Máxima	Pontuação obtida
Apresentação do texto de forma coerente, adequada e bem articulada, com atendimento ao conteúdo exigido no Edital.	3,0	
Percepção do estudante com relação à docência, com análise sobre a importância de sua formação e profissionalização para o magistério.	3,5	
Expectativas do discente em relação ao programa do PIBID e à formação docente.	3,5	
Total	10,0	

(ii) Barema de Análise da Trajetória Acadêmica

Critério	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
Análise do Currículo da Plataforma Freire:		
Experiência no magistério como docente	0,5 por ano (máximo de 3 pontos)	
Experiência com educação de surdos (estágio remunerado, auxiliar, monitor, etc)	0,5 por ano (máximo de 3 pontos)	
Participação em atividades acadêmicas (pesquisa, extensão, monitoria, etc)	0,5 por ano (máximo de 3 pontos)	
Tempo na formação em Pedagogia Bilíngue	0,5 por ano (máximo de 3 pontos)	
Total	10,0	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 094 DE 19 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Publicar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue Presencial, do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue

GOVERNO DO BRASIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Solange Maria da Rocha

DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

Elizabeth Serra Oliveira

COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Mário José Missagia Junior

EDIÇÃO

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES Rio de Janeiro – Brasil

MEMBROS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - 2025

Ana Regina e Souza Campelo

Erick Rommel Hipólito de Souza

Heidi Elisabeth Baeck

Mário José Missagia Junior (Coord. Curso Presencial)

Rosana Maria do Prado Luz Meireles

Simone Peixoto Gonçalves

Valéria Campos Muniz

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. HISTÓRICO.....	6
3. MARCO CONCEITUAL	8
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	16
OBJETIVO GERAL	20
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
Matriz curricular 2025:	23
Matriz curricular 2017:	26
Tabela de equivalência grade 2017/2025:	27
5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	32
6. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	33
7. PERFIL DO EGRESSO	35
8. ESTÁGIO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	36
OBJETIVOS GERAIS	39
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	39
ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO	40
ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS	42
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
10. INTEGRALIZAÇÃO	43
ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO.....	43
ENADE.....	44
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	44
12. FORMAS DE INGRESSO	45
1. INGRESSO PARA PRIMEIRA GRADUAÇÃO	46
VESTIBULAR PRÓPRIO	46
VAGAS REMANESCENTES	46
TRANSFERÊNCIA EXTERNA FACULTATIVA	46
TRANSFERÊNCIA EX-OFÍCIO	48
2. INGRESSO PARA SEGUNDA GRADUAÇÃO	48
13. EMENTÁRIO	49

1. APRESENTAÇÃO

Conforme portaria nº 1.055 de 25 de outubro de 2024, o Regimento Interno do Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES, afirma em seu art 1º que “ O Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, criado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, com denominação dada pela Lei nº 3.198, de 06 de julho de 1957, órgão específico, singular e integrante da estrutura organizacional do Ministério da Educação, conforme Decreto nº 10195 de 30 de dezembro de 2019, centro de referência nacional na área da surdez e na área da educação bilíngue das pessoas surdas, de acordo com o art. 1º da Lei de Libras nº 10.436/02, o art. 2º do capítulo I do Decreto nº 5.626/05, e o inciso XIV do artigo 3º da Lei nº 14.191/2021 a respeito da diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva, dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação”.

Este documento tem por finalidade tornar público o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos na modalidade presencial. A contínua atualização desse documento ao longo das duas últimas décadas evidencia o compromisso de nossa instituição com a educação pública de qualidade social, voltada para a educação de surdos. Inicialmente são apresentados os referenciais históricos da educação de surdos no Brasil a partir da década de 1990, quando se intensificaram as discussões sobre a educação bilíngue para pessoas surdas. Em seguida, são definidas as bases conceituais que orientam o Curso; quais sejam, o multilinguismo, a interculturalidade e a educação freiriana. O Curso se orienta pela legislação vigente que institui, especialmente no Artigo 1º, “princípios, condições de ensino e de aprendizagem e procedimentos a serem observados” no planejamento e avaliação do curso. (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006). O presente PPC incorpora a Resolução CNE/CP No. 4, de 29 de Maio de 2024 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura , cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

Inicialmente O PPC apresenta a Organização Curricular e o objetivo geral do Curso: a formação de pedagogas e pedagogos, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural para atuar na área da docência (educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), na gestão educacional e na educação em contextos não escolares. Nos objetivos específicos do Curso, destaca-se a necessidade de formar pedagogas e pedagogos bilíngues que reconheçam a ação educativa como prática social de ação que

promova a integração do ensino com a pesquisa e a extensão em uma perspectiva bilíngue e intercultural plural.

Em seguida, destaca a Matriz Curricular, composta por 51 (cinquenta e uma) disciplinas e o Ementário do Curso com as orientações da migração do PPC anterior para a Matriz Curricular atual. Também fazem parte do presente documento os critérios de avaliação da aprendizagem discente compreendida como processo contínuo que envolve aspectos quantitativos e qualitativos. Todos os processos avaliativos devem considerar a singularidade linguística da pessoa surda e o seu direito ao uso da Libras, conforme legislação vigente. O presente PPC apresenta as referências para a creditação das atividades de extensão no currículo da graduação presencial em conformidade com as Resoluções CNE nº. 7, de 18 de Dezembro de 2018 e a nº. 4, de 29 de Maio de 2024. O DESU-INES através da portaria no. 286 de 01 de Agosto de 2024 e da Resolução Normativa nº 01 de 2024 regulamenta as atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de Pedagogia Bilíngue presencial e a distância.

No componente curricular Estágio Supervisionado, o PPC elege a observação participante nas práticas de docência na Educação Infantil, no Ensino Fundamental - 1º. ao 5º. Ano e no Ensino Fundamental EJA. É obrigatório também o Estágio Supervisionado nas áreas da gestão educacional e em contextos de práticas pedagógicas não escolares.

O PPC traz ainda indicações sobre as Atividades Complementares, atividades a serem realizadas pelos discentes na perspectiva de enriquecer sua formação. Compõem as Atividades Complementares seminários, palestras, peças teatrais, filmes e outras atividades relacionadas aos conteúdos das disciplinas do Curso.

O presente documento faz ainda referência aos objetivos e características do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para concluírem o Curso de Pedagogia Bilíngue, pedagogas e pedagogos podem escrever uma monografia, um artigo ou criar um material didático acompanhado de um relatório. Esse trabalho final é acompanhado por um docente orientador e deve ser apresentado para uma banca avaliadora. Pode ser feito de forma individual ou em grupos de até três alunos, mediante a anuência do orientador. Finalmente este PPC apresenta as formas de ingresso para o Curso de Pedagogia.

2. HISTÓRICO

No contexto educacional brasileiro, o INES foi a única escola a se dedicar em especial à educação das pessoas surdas. Fundado em 1857, com o objetivo de ser referência nacional na educação de surdos, desde então exerceu o papel de protagonista na recepção de surdos de vários estados brasileiros, se afirmando como única instituição de ensino na Educação Básica. Sua importância não se restringe à educação implementada, se relaciona também ao desenvolvimento e à disseminação da Língua de Sinais. Ao concluírem seus estudos, os alunos retornavam a suas comunidades de origem e difundiam um padrão dessa língua que só mais tarde, em 2002, foi reconhecida como língua brasileira oficial das pessoas surdas. É importante destacar também o relevante papel do INES na formação de professores para a educação de surdos.

No cenário nacional, a década de 1990 marcou a proliferação de debates sobre diferentes concepções de educação bilíngue de surdos. No INES, além da produção de algumas pesquisas sobre essa modalidade de ensino, foi criado o comitê pró oficialização da Libras. No documento “A educação que nós surdos queremos” (FENEIS, 1999) são elencadas reivindicações relacionadas às políticas e práticas educacionais para surdos; à comunidade, cultura e identidades surdas; à formação de profissionais surdos e, de modo especial, ao reconhecimento da Libras.

Ao longo da sua trajetória, o INES consolidou seu objetivo institucional de formação docente na área da educação de surdos. Por determinação do Ofício 2122/2005-MEC/SESu/DESUP/CAP, o Curso de Pedagogia foi, inicialmente, concebido como Normal Superior, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE nº 133/2001; Resolução CNE/CP nº 1/2002). Em 18 de agosto de 2005, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2830 de 17 de agosto de 2005 que homologou o PDI do INES (2004-2008), autorizando a instituição a ofertar o Curso Normal Superior – Licenciatura – com vistas a formar, em uma perspectiva bilíngue, professores/as para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa portaria aprovou ainda o regimento do INES, que previa a criação do Instituto Superior Bilíngue de Educação (ISBE) como unidade acadêmica específica.

Durante seis meses, em 2006, o Curso Normal Superior Bilíngue do INES funcionou com duas turmas de 30 estudantes cada, nos turnos diurno e noturno. Ainda em 2006, de acordo com as recomendações das Diretrizes Nacionais de Pedagogia (pareceres CNE/CP 3/2005 e 5/2005 e Resolução CNE/CP de 1/2006), o Curso se transformou em Curso Bilíngue

de Pedagogia com Licenciatura Plena em Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio. A Matriz Curricular articula-se com o decreto nº 6.320/07, Art. 36, inciso VII que redefiniu os termos de competência do INES para ofertar o Ensino Superior: “promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda”. Essa tarefa, conforme o ainda atual Regimento Interno do INES (Portaria Ministerial nº 323, de 8 de abril de 2009) coube ao Departamento de Ensino Superior – DESU.

Em maio de 2011, realizou-se a visita de avaliadores ad hoc. Nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e das Diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), o Curso foi aprovado como Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial recebendo o grau 3,0. Em 2017 e 2024, o Curso de Pedagogia do INES foi novamente avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), permanecendo com a nota final 3,0. Desde o início o Curso de Licenciatura em Pedagogia funciona com órgãos consultivos, como o Núcleo Docente Estruturante - NDE e deliberativos como o Colegiado Departamental e de Curso.

Em 2013, o INES foi escolhido pelo MEC para implementar uma das ações de formação de professores no âmbito do Plano Viver sem Limite (Decreto Nº 7.612 de 17/11/2011), a saber, o Curso de Pedagogia na modalidade EaD. Para fazer frente a essa missão, a gestão do DESU reuniu os profissionais do DESU com pesquisadores da área da educação de surdos, vinculados a diferentes instituições públicas de ensino superior do Brasil. Para viabilizar a implementação do curso na modalidade EaD, foram estabelecidas parcerias com instituições do Ensino Superior de diferentes estados brasileiros.

A partir da Lei 14.191, de 2021, incluiu a educação bilíngue de surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 9394/96 como modalidade da Educação Básica. Essa nova legislação reconhece uma perspectiva já desenvolvida no INES em suas práticas pedagógicas presentes no ensino, pesquisa e extensão voltados para a formação do pedagogo bilíngue. A pedagogia bilíngue está presente em todos os documentos de referência do Curso, como a Matriz Curricular e o PPC como um todo. Em 2024, a gestão do Departamento de Educação Superior- DESU encaminhou para a reunião ordinária do Colegiado Departamental realizada no dia 26 de junho de 2024, a aprovação para solicitação junto a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES/MEC, a vinculação do termo Bilíngue ao nome do Curso de Pedagogia. A proposta da gestão foi

aprovada e a solicitação foi encaminhada para a SERES. Em julho de 2024, recebemos oficialmente a aprovação da denominação Licenciatura Pedagogia Bilíngue - Presencial (cod: 100547), conforme registro e-MEC N° 20231162.

O Curso participa do SINAES, que reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. Em 2024, segundo a portaria n° 610, de 27 de junho de 2024, o ENADE estabeleceu novos processos avaliativos compostos pela avaliação teórica- AT e pela avaliação da prática -AP. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para o embasamento de políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente para os estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições. O Curso de Pedagogia Bilíngue - Presencial zela pelos bons resultados nos exames nacionais, uma vez que os mesmos garantem novos investimentos e auxílio na permanência dos estudantes no curso.

3. MARCO CONCEITUAL

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES considera vital que cursos de formação de professores dialoguem com a realidade multilíngue do país, de modo que os futuros pedagogos estejam habilitados para produzirem práticas pedagógicas culturalmente sensíveis à grande diversidade linguística brasileira. Desse modo, o currículo do Curso de Pedagogia Bilíngue se compromete com essa visão nas suas diferentes disciplinas e processos formativos, assumindo a perspectiva do bilinguismo, do multilinguismo, numa abordagem intercultural e de educação freiriana.

Pode-se afirmar que a proposição de uma educação bilíngue para surdos e seus desdobramentos político-pedagógicos ainda são um fato novo no cenário educacional brasileiro. Há cerca de três décadas apenas, uma nova concepção de educação de surdos vem sendo considerada no universo das políticas públicas brasileiras em virtude da pressão dos movimentos sociais de surdos e da crescente produção de pesquisas, sobretudo nas áreas da linguística, linguística aplicada e educação. Entretanto, dado o crescente e desejável aumento de estudantes surdos nas redes regulares de ensino, além da forte demanda ainda não atendida satisfatoriamente por docentes capacitados para atuarem com alunos surdos são necessárias mais ações que promovam a formação de professores bilíngues (Libras-Língua Portuguesa).

A partir do Decreto nº 5.626/2005, que em seu artigo terceiro prevê que Língua Brasileira de Sinais (Libras) deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, uma série de conquistas passam a ser asseguradas.

Outro marco legal definidor do contexto da educação bilíngue de surdos em nosso país é a publicação da Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que em seu artigo 78-A estabelece a obrigação dos sistemas de ensino de desenvolver programas para garantir a oferta de “educação escolar bilíngue e intercultural” tanto a estudantes surdos quanto a estudantes surdo-cegos ou surdos, surdos com altas habilidades ou superdotação ou ainda outras deficiências associadas”. Esta mesma legislação destaca ainda a importância da preservação da memória da “língua e cultura” (78-A I) dos surdos, bem como seu direito ao “acesso às informações e conhecimento” das “sociedades surdas e não surdas” (78-A II). Ao estabelecer este novo marco para a oferta de educação para pessoas surdas, da mesma forma que o decreto 5626/2005 fez anteriormente, espera-se o surgimento de políticas públicas educacionais voltadas para a formação de professores bilíngues de surdos para atuarem na Educação Básica Bilíngue.

A despeito do avanço proporcionado pela legislação, ainda há um longo caminho em direção à constituição de novos modos de representação dos sujeitos surdos desvinculados da tradicional concepção terapêutica da surdez e dos surdos. Ressignificar os sujeitos surdos como bilíngues implica um deslocamento bastante complexo: trata-se de passar a ver brasileiros natos como usuários de outro sistema linguístico, de outra discursividade bastante diferente da língua portuguesa.

Somando-se a essa diferença linguística o fato de que a maioria dos surdos nasce em famílias ouvintes não usuárias de Libras, compreende-se que os surdos precisam de modo crucial do mundo escolar para adquirirem uma língua mais acessível à constituição de suas subjetividades e identidades que em geral é relacionada à língua de sinais. Desse modo, a formação dos futuros pedagogos deve partir do compromisso das instituições escolares de promover projetos de aquisição da primeira língua dos surdos que é a língua de sinais. Ou seja, ao espaço escolar também caberá propiciar a aquisição da Libras e educação linguística, além dos conteúdos curriculares da educação formal, via de regra através da Modalidade Educação Bilíngue de Surdos.

O direito a ser educado em uma língua preferencial e patrimonial das comunidades surdas brasileiras é apenas o primeiro passo em direção à criação de uma política linguística que ofereça condições para que os/as surdos/as possam desenvolver suas

potencialidades referentes à aquisição de uma primeira língua, à identidade com seus pares, à participação no debate linguístico e educacional, à vida comunitária e ao desenvolvimento de processos específicos de aprendizagem e produção cultural construídos historicamente e socialmente por comunidades surdas brasileiras.

Em especial na área da Linguística, diversos pesquisadores brasileiros, surdos e ouvintes, têm se dedicado à discussão de programas de educação bilíngue para surdos (FELIPE, 2012; FERNANDES, 2009; FINAU, 2006; FAVORITO, 2006; QUADROS, 1997; SKLIAR, 1998, 1999, TAVEIRA, 2014; COUTINHO, 2015). As pesquisas apontam para a necessidade de que a Língua Brasileira de Sinais seja garantida como primeira língua, desde a educação infantil, oportunizando tanto a interação verbal necessária à ampliação dos círculos sociais das crianças surdas, quanto a efetivação da comunicação simbólica, pressuposto ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, próprias da consciência humana (FERNANDES; MOREIRA, 2009).

Como argumenta Fernandes (2009), o Brasil passa por um momento de transição, em que os projetos de educação bilíngue ainda não se consolidaram nos sistemas de ensino e a geração de estudantes surdos matriculados na educação básica, mais notadamente a partir da década de 1990 (justamente pelo reconhecimento legal de sua diferença linguística) assume características específicas. Esse grupo de estudantes tem sua trajetória escolar pautada por paradigmas contraditórios, ora sendo tratados como deficientes, ora sendo reconhecidos como grupo cultural.

A rigor, a educação bilíngue para surdos não pode se restringir à simples circulação de duas línguas nas salas de aula. Embora a entrada da língua de sinais nos contextos escolares como língua de comunicação e de instrução seja fundamental, isto não basta para se caracterizar e definir um projeto pedagógico como educação bilíngue. Assumir uma língua minoritária com algumas funções no universo escolar e acadêmico é um passo importante, porém há uma série de ações a serem implementadas para que, de fato, uma língua não majoritária, como a Libras, possa se legitimar como língua do currículo.

Enfatizando que a educação bilíngue não se confunde com nem se limita à mera constatação de que os surdos devem ser expostos a duas línguas, um projeto de educação bilíngue para surdos deveria partir do reconhecimento político da surdez como diferença (SKLIAR, 1999). Para Skutnabb-Kangas (1995), a questão também não é simplesmente discutir em qual língua deve se dar a instrução de crianças de minoria, mas —sob que condições a instrução em primeira língua ou segunda língua, respectivamente, leva a altos níveis de bilinguismo (op. cit., p. 48). Para responder à questão assim colocada, a autora examina o que

chama de fatores decisivos que garantem ou impedem o sucesso escolar das crianças de minoria. Tais fatores estão relacionados ao tipo de programa de educação bilíngue proposto.

Embora, na ótica de Skutnabb-Kangas, seja possível reconhecer como positivas algumas práticas utilizadas em diferentes programas – tais como: aulas adicionais de segunda língua (língua majoritária), aprendizagem por crianças e professores/as da maioria acerca das culturas de minorias e o desenvolvimento das línguas maternas das crianças de minoria nos programas de manutenção –, esses recursos não são suficientes para garantir o sucesso dos/as estudantes surdos/as na escola.

A questão crucial é que as crianças de minorias, na grande parte dos países, continuam sendo olhadas como deficientes, como sujeitos aos quais falta algo e o principal objetivo educacional é que a criança supere suas deficiências. Isto é, o ensino voltado para minorias (e os programas de formação de docentes) se baseia, em geral, em teorias de déficit (deficiência de aprendizagem da L2, deficiência social gerada pela pobreza, deficiência cultural – backgrounds culturais diferentes do da maioria, e às vezes deficiência na língua materna afetando a autoestima).

A ideia de bilinguismo equilibrado, por sua vez, se apresenta ligada à metáfora do contêiner, correspondendo, a rigor, a um duplo semilíngue. A literatura da área já comprovou que os bilíngues fazem usos variados e até misturados de ambas as línguas. A concepção atual de sujeito bilíngue opera com a noção de continuum em que o usuário de uma determinada língua ora se localiza melhor numa língua, ora noutra a depender de inúmeros fatores, tais como: contexto de uso das línguas; fatores emocionais; relações de poder etc.

Em muitos casos, a principal motivação para a educação bilíngue vem da ideia de compensar desvantagem educacional e econômica e, em geral, o que se verifica é precariedade no financiamento aos programas educacionais, pesquisa insuficiente, falta de capacitação de profissionais da educação, carência de materiais didáticos específicos e, principalmente, falta de consenso em relação aos seus objetivos em função de diferentes enfoques ideológicos tanto em nível político quanto educacional (WOLFSON, 1989).

Como defende Cummins (1995, p. 63), a educação bilíngue é uma questão política e as mudanças requeridas para reverter o padrão de fracasso escolar dos grupos de minoria linguística são essencialmente mudanças políticas porque elas envolvem mudanças nas relações de poder entre grupos dominantes e grupos dominados – especificamente no modo como educadores, enquanto representantes das instituições do grupo dominante, se relacionam com os estudantes de minoria linguística e suas comunidades.

Portanto, a partir dessas reflexões sobre a língua na sociedade, pode-se dizer que as comunidades surdas brasileiras e em outros países, que se auto caracterizam enquanto comunidades surdas, são grupos com identidade cultural que partilham crenças e valores comuns e, em seu *modis vivendis*, sua língua preferencial, enquanto patrimônio histórico-social, está em uma situação diglôssica, sendo considerada uma língua de uma minoria linguística, de menor prestígio e o português, no caso do Brasil, lhes é imposto como língua majoritária (FELIPE, 2012).

Atravessamos um período de transição em que, de um lado, temos uma legislação favorável à implementação da educação bilíngue para surdos no Brasil e, de outro, há todo um conjunto de ações que precisam ser mobilizadas a fim de que tal projeto seja de fato significativo para aqueles que se beneficiarão diretamente das medidas a serem acionadas. Faz parte desse conjunto de ações: o comprometimento das escolas e das instituições de formação de professores com a reflexão e com a execução de projetos que garantam a valorização da língua de sinais como língua de instrução e de produção de conhecimentos, a inclusão da língua de sinais como L1 nos currículos desde a educação infantil até o Ensino Médio e a produção de material didático para o ensino aprendizagem dessa língua como L1 e L2, o desenvolvimento de projetos de ensino de LP como L2 para surdos/as, a criação de materiais didáticos em todas as disciplinas que atentem para o processamento visual da informação, o desenvolvimento de pesquisas sobre as especificidades de aprendizes surdos no que se refere a seus processos de construção de conhecimento e a incorporação dos/as próprios/as surdos/as no debate educacional.

Com esses compromissos em mente, o Curso de Pedagogia pretende contribuir para a ampliação da oferta de cursos de formação de professores/as voltados/as ao atendimento de estudantes surdos/as que reflitam e possam tratar os grandes temas pedagógicos inerentes às suas especificidades culturais e linguísticas. Pensar as diferenças surdas no âmbito da formação de professores surdos e ouvintes envolve refletir sobre: acesso à informação; políticas de aquisição de L1; expansão e legitimação da Libras como língua de cultura (preferencial, patrimonial), de produção de conhecimentos; currículo e didáticas de Libras como L1 e como L2; currículo e didáticas de português como L2; produções e processos culturais dos surdos e didáticas das diferentes disciplinas baseadas nesses processos; educação bilíngue para surdos em articulação com as questões já estudadas sobre educação bilíngue para minorias e/ou contextos politicamente minoritarizados (CAVALCANTI, 1999).

Nessa perspectiva, este projeto assume também a abordagem intercultural (CANDAU, 2008, p. 51) no que tange à forma através da qual se compreende a relação entre

diferentes culturas e no que se refere à ótica que orienta o fazer pedagógico. Essa visão tem como características: a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade; a concepção das culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução; afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras; a consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais, e a importância de não se desvincular as questões da diferença e da desigualdade presentes hoje de modo particularmente conflitivo, tanto no plano mundial quanto em cada sociedade (ibid, p. 51-52).

Faz-se necessário uma visão crítica que parte da ideia de que os espaços educativos não podem ser considerados “meramente como espaços instrucionais, mas devem ser vistos como locais onde a cultura, o poder e o conhecimento estão juntos para produzir identidades, narrativas e práticas sociais particulares” (GIROUX, 2003, p. 95). Nota-se, pois, que, no campo do debate sobre os estudos surdos, o multiculturalismo crítico oferece suporte para a superação do modelo de medicalização, patologização e normatização, o qual desconsidera a comunidade surda, a sua língua, as identidades surdas, as experiências visuais, gerando um processo de opressão.

Dentro dessa lógica, os/as surdos/as são vistos/as somente a partir de seus “traços negativos, percebidos[as] como exemplos de um desvio de normalidade, no pior dos casos, ou de uma certa diversidade, no melhor dos casos” (SKLIAR, 2013, p. 12). E aqui, ao tomar a surdez numa ótica política, torna-se importante distinguir “diversidade” e “diferença”. Para Bhabha (2007, p. 63), a diversidade, ao reconhecer “conteúdos e costumes culturais pós-dados” e manter-se num “enquadramento temporal relativista”, acaba por se situar dentro das noções liberais de multiculturalismo. O autor esclarece que “diversidade cultural” é “a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única” (ibid, p. 53). Isso significa que a diversidade forja um falso consenso de que a normalidade contém os diversos, embaçando e mascarando as relações etnocêntricas. Já a diferença, tal como indica McLaren (1997), precisa ser compreendida como o resultado de uma produção histórica e social, e não como mera textualidade. Nesse sentido, importa desnudar as relações de poder, os privilégios e as hierarquias das opressões no contexto da educação de surdos/as.

Na obra “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1983) discute o processo de opressão que denomina de educação bancária e propõe a pedagogia dialógica. Embora o autor não faça

referência ao/a surdo/a especificamente, o debate que empreende ajuda na problematização da educação bilíngue de surdos. A crítica feita à “educação bancária” revela seu caráter “narrador” e “dissertador”, o qual desconsidera as percepções do educando, reificando-o, na medida em que o toma como “coisa” a ser manipulada, como vaso a ser preenchido, e não como sujeito. Na realidade do/a surdo/a, esse problema se revela através do “ouvintismo” como ideologia dominante que faz com que o surdo tenha que se olhar e se anunciar como se fosse um ouvinte.

A “educação bancária” anula ou minimiza o poder criador dos educandos, contribuindo para sua ingenuidade e não para sua criatividade (FREIRE, 1983, p. 69). Os opressores têm seu objetivo alcançado já que a ordem das coisas permanece. O “humanitarismo” dos opressores, e não o humanismo, “está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade (...)” (ibid). Essa situação é muito comum na educação de surdos/as; o estudo da história desses sujeitos revela que ‘a atividade missionária e o auxílio caridoso são encorajados como respostas moralmente legítimas’ (WRIGLEY, 1996, p. 16). A esse respeito, Skliar (2013, p. 16) ressalta que a transformação de instituições educativas em “territórios médico-hospitalares” foi uma das causas do apagamento linguístico, cognitivo e cultural que vivenciaram os/as surdos/as, situação que pode ser comparada àquela que viveram outros grupos não hegemônicos.

Vale lembrar que, em Freire, o tema da diferença está articulado ao compromisso do ser humano com a humanização do mundo. O reconhecimento e o respeito à diferença englobam, no prisma freiriano, a abertura para um diálogo mais amplo, que deve ser percebido em sua dimensão intercultural. “Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não pode se dar” (FREIRE, 1996, p. 136). Essa interpretação se coaduna com a concepção sócio-antropológica, já que ressalta a exigência ontológica do direito de ser e de produzir diferença. Os/as surdos/as formam uma comunidade linguística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modo de socialização próprios.

Como um dos princípios da proposta de educação freiriana destaca-se o pressuposto da pedagogia da autonomia dos/as estudantes, entendida como um processo de construção da responsabilização ética dos sujeitos enquanto sujeitos sociais. É possível fazer uma apropriação desse princípio pelo campo da educação bilíngue de surdos de forma a perceber o protagonismo dos estudantes e sua representatividade na construção de uma pedagogia que contemple seus direitos. É na relação social que a autonomia dos educandos se manifesta. “Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou construção” (FREIRE, 1996, p. 52).

A temática da autonomia do educando ganhou centralidade nos pensadores e na educação moderna e ganha em Paulo Freire um sentido sócio-político-pedagógico: autonomia é a condição sócio histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado, das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de determinação. E conquistar a própria autonomia implica, para Freire, libertação das estruturas opressoras. "A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela" (FREIRE, 1983, p. 32).

Em Freire, o conceito de autonomia está centrado na potencialização das lutas coletivas, que no caso da educação bilíngue de surdos diz respeito à necessidade de criação de condições de socializar, em língua de sinais, os conhecimentos produzidos pela humanidade, entendendo que a autonomia é sempre relativa e mantida pelos processos coletivos de organização social. Freire nos instiga a ampliar e a diversificar as fontes legítimas de saberes e a protagonizar a coerência entre o “saber-fazer e o saber-ser-pedagógicos”, afirmando a prática docente enquanto dimensão social da formação humana.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica sugerida por Freire é propiciar as condições para que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiem a experiência profunda de assumir-se. . Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante (FREIRE, 1996). Para Freire, o exercício da atividade crítica é inseparável do educar. Na formação permanente dos pedagogos e professores, um dos momentos fundamentais é o da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Combatendo o mal-estar que vem sendo produzido pela ética do mercado, é importante afirmar a solidariedade enquanto compromisso histórico de homens e mulheres, como uma forma de reafirmar nossa capacidade de promover e instaurar a “ética universal do ser humano”. Isto posto, este projeto pretende reafirmar os princípios da autonomia, da solidariedade, da ética universal, da criticidade no processo de formação de pedagogos numa perspectiva bilíngue e intercultural.

Partindo da visão sócio-antropológica e intercultural, este PPC reconhece a variedade linguística do país e assume uma postura linguística “aditiva”, a qual, ao contrário da postura assimilacionista (linguística e cultural) e da postura monocultural, considera que há vantagens – não somente linguísticas, mas também políticas, sociais e culturais – na adoção de diferentes línguas. Esta variedade, que se encontra expressa em nossas salas de aula, é em si um valor a ser reconhecido e, portanto, um dado a partir do qual nos organizamos para a oferta das disciplinas e atividades pedagógicas que compõem o currículo do pedagogo bilíngue que intencionamos formar.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O atual currículo do Curso de Pedagogia Bilingue presencial do INES deve ser compreendido como expressão da busca de aperfeiçoamento da formação oferecida aos ingressantes no Curso, assim como de aprimoramento das estruturas organizativas e práticas pedagógicas institucionalizadas nos Projetos Político- pedagógicos dos anos anteriores (2006, 2017, 2019, 2022 e 2023).

Cabe ressaltar que nas diferentes reformas curriculares permanecem elementos oriundos do primeiro currículo do curso (PPC 2006), a saber o compromisso com a interdisciplinaridade e os objetivos baseados nos princípios de integração, trabalho e acordo coletivo, autonomia, cooperação e solidariedade. Acredita-se que esses princípios garantem um processo de formação sólido, com processos formativos flexíveis e que reduzirem isolamentos entre participantes, tornando, portanto, mais fértil a trajetória de formação básica do pedagogo bilíngue.

Em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006), destaca-se em especial o expresso no Artigo 6º: a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições se constituirá a partir de um núcleo de estudos básicos que incorporará a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira e se apoiará na literatura do campo educacional de modo a favorecer, em uma perspectiva crítica, a reflexão e as ações de formação profissional do pedagogo. O mesmo recomenda a priorização de Núcleos de Estudos Básicos, de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e de Estudos Integradores

Cabe destaque também o Art. 3º, que menciona que o estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será praticada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

De acordo com as resoluções nº 2, de 1º de julho de 2015, no parágrafo 5º, são princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica: I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua

para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação; IV - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Resolução CNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica, em especial no artigo Art. 13, estipula os quatro núcleos em torno dos quais os cursos devem se organizar:¹

- “o Núcleo de Estudos de Formação Geral - EFG: composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas,”

- Núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos.

- Núcleo de Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

- Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado - ECS: componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.”

Reconhecendo a diversidade dos alunos que formam o público de nosso curso e cientes de que esta diversidade suscita trajetórias formativas distintas, entendemos que a inclusão de disciplinas optativas é um benefício importante para nosso curso. Estas disciplinas representam

¹ A organização das disciplinas do curso nestes quatro núcleos está descrita a seguir.

importante possibilidade de ampliação da carga horária do Núcleo de Estudos de Formação Geral (núcleo I) e do Núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (Núcleo II). Neste sentido foi feita a opção de tornar obrigatório que cada aluno curse minimamente seis optativas, três obrigatoriamente integrantes do núcleo I. Juntamente com as 320 horas de atividades de extensão, exigência da Resolução CNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024 e que podem ser livremente escolhidas pelo aluno, entendemos que estas medidas conferem importante flexibilidade de formação aos discentes.

Diante dos desafios contemporâneos da formação profissional do pedagogo, os cursos de licenciaturas requerem, em variados níveis, interdisciplinaridade nas diferentes áreas de produção de conhecimentos uma vez que a educação escolar é um amplo processo e os sujeitos de suas ações são participantes social, histórica e culturalmente situados (SILVA, 1999)². Essa ótica deve, necessariamente, orientar fundamentos e concepções também de um Curso de Pedagogia Bilíngue. Sendo assim, o Curso de Pedagogia Bilíngue deve estar assentado sobre alguns pontos centrais: a relação indissolúvel teoria – prática, uma ampla fundamentação teórica, o compromisso social do profissional formado com a escola pública, a democratização da educação, a ênfase no trabalho coletivo e interdisciplinar, a construção social da individualidade e o desenvolvimento da sensibilidade. No caso específico do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES, faz-se necessária ainda a construção de saberes pedagógicos sobre a educação de surdos, o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais e a possibilidade de atuação em espaços educativos não escolares.

A mudança de matriz curricular proposta neste Projeto Pedagógico visa ampliar o compromisso do curso com a qualificação do futuro pedagogo bilíngue, o que inclui um aprofundamento do conhecimento de sua língua de referência para que esta possa ser plenamente utilizada nos diversos contextos de atuação profissional. O Curso busca enfrentar também o desafio de formação na segunda língua: para os surdos, a Língua Portuguesa; para os ouvintes, a Libras.

A opção pelo ensino de Língua Portuguesa a partir de disciplinas especificamente voltadas para este fim, que esteve presente desde o início do curso em 2006, é mantida. A partir de 2015, o ensino de Libras foi introduzido no curso como disciplina. No primeiro currículo do curso, o ensino de Língua Portuguesa ocorria de forma conjunta para surdos e ouvintes. A primeira reforma curricular, em 2015, separou a Língua Portuguesa em duas turmas: uma de surdos, outra, de ouvintes. A construção de turmas distintas responde à

² Silva, T. Tadeu (org.) Documentos de Identidade – Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas para surdos e ouvintes. Na atual matriz curricular a Língua Portuguesa tem 3 disciplinas de ensino de língua. Investindo na formação do pedagogo bilíngue, que tem habilitação para ministrar aulas de língua portuguesa nas séries iniciais de ensino, a nova grade curricular incorpora duas disciplinas de metodologia de ensino de língua portuguesa. A língua portuguesa aparece ainda como a base da disciplina Redação Acadêmica.

Na atual matriz curricular a Libras tem 4 disciplinas de ensino de língua. Incorpora ainda duas disciplinas de metodologia de ensino de libras. O ensino de Libras tem início em 2015, com turmas de surdos e ouvintes separadas. A partir de 2016, as turmas passaram a ser, como até hoje são, conjuntas, para surdos e ouvintes. Essa escolha se apoia em uma perspectiva sociointeracionista tendo a finalidade de promover a integração entre alunos surdos e ouvintes com diversos níveis de fluência em Libras, visando a troca mútua de saberes e competências linguísticas.

Deste modo, matriz curricular do curso apresentada se embasa em duas dimensões:

- Dimensão epistemológica: relativa ao desenvolvimento do pensamento científico do pedagogo, buscado pela via de disciplinas fundadas em diferentes ciências que integram o currículo e que explicam ou elucidam o processo educativo no que tange a sociedade e o educando;
- Dimensão do trabalho educativo: relativa à compreensão do fazer pedagógico dos espaços escolares e não escolares em todas as relações nele implicadas (relações entre aluno / saberes / professor / escola / sociedade) em múltiplas perspectivas (psicopedagógica, antropológica, sócio-política, ética).

Além dessas duas dimensões fundantes, a proposta pedagógica segue princípios epistemológicos básicos na abordagem das disciplinas. Estes princípios abrem a perspectiva de compreensão da natureza do objeto e do processo do conhecimento em cada uma das ciências do currículo, bem como das ciências que, epistemologicamente, sustentam a compreensão do processo educativo escolar. São três os princípios epistemológicos norteadores:

- O princípio da historicidade vista como característica das ciências. O licenciando deverá perceber que o conhecimento se desenvolve num determinado contexto histórico/social e, por isso, está sujeito a suas determinações. Como um processo, consubstancia-se num "continuum", onde os avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições históricas em que as ciências são construídas.

- O princípio da construção que leva o [futuro] pedagogo a perceber que as ciências não "estão prontas", mas resultam de um processo de construção contínua que se estabelece no e por meio do conjunto das relações homem/homem e homem/ natureza. Essas relações, por serem construídas num contexto historicamente determinado, jamais serão lineares e homogêneas.

- O princípio da diversidade que expressa tanto a relatividade na compreensão dos fenômenos humanos, sociais e naturais por parte de grupos sociais, comunidades e povos em suas relações e contextos sócio históricos, quanto a necessidade da dialogicidade como característica humana, na busca da compreensão do mundo e de sua própria ação.

Os princípios dinamizadores são decorrentes da postura epistemológica assumida pelo curso e expressam a decisão metodológica de desenvolver o processo da formação com base na experiência profissional dos licenciandos.

OBJETIVO GERAL

Formar pedagogas e pedagogos, surdos e ouvintes de forma bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural, para atuar na área da docência (educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), na gestão educacional e na educação em contextos não escolares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir do objetivo geral, o Curso de Pedagogia Bilíngue-Licenciatura pretende formar profissionais capazes de:

- compreender a educação como acontecimento social, político e cultural, em seu dinamismo e em sua diversidade de modo a favorecer atuações educacionais críticas e criativas;
- reconhecer a ação educativa como prática político-social de intervenção e transformação da sociedade;

- promover pesquisa e estudos na área da educação, educação bilíngue, educação intercultural e áreas afins, assegurando uma pluralidade de concepções teóricas, norteados por princípios éticos;
- utilizar a Libras como língua de instrução e promover o uso da Libras como primeira ou segunda língua, em práticas sociais e educativas;
- conhecer a história, aspectos culturais, literatura e movimentos sociais dos surdos na perspectiva de empoderamento/emancipação social;
- conhecer, discutir e divulgar as políticas públicas relacionadas à educação, principalmente no âmbito da surdez;
- atuar como educadores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com crianças, adolescentes, jovens e adultos, mediando processos de aprendizagem de forma a contribuir para o desenvolvimento do educando nas dimensões física, cognitiva, afetiva, cultural, lúdica, artística, ética, linguística e social em uma perspectiva crítica;
- refletir sobre as práticas pedagógicas a partir do contexto histórico e das diversas perspectivas culturais, de forma a contribuir para o combate às injustiças sociais;
- produzir metodologias e materiais didáticos, em diferentes áreas do conhecimento, em especial para educação bilíngue de surdos;
- utilizar criticamente as tecnologias da informação e comunicação em prol do desenvolvimento de uma educação bilíngue e intercultural;
- reconhecer o currículo como uma construção social, compreendendo seu caráter histórico e político;
- utilizar instrumentos avaliativos que contemplem o caráter formativo dos processos educacionais, valorizando o uso da Libras e da Língua Portuguesa escrita;
- compreender a gestão educacional em espaços escolares e não escolares como um trabalho pedagógico voltado para a organização, orientação, consecução, planejamento, supervisão e avaliação;
- atuar na gestão das instituições (escolares e não escolares), na elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do seu projeto político pedagógico, dentro de uma perspectiva democrática;
- incentivar e promover relações dialógicas entre a família, a comunidade e as instituições educativas (escolares e não escolares) nas quais atua.

Apresentamos a seguir a, a matriz curricular de 2025, seguida da matriz curricular construída a partir de 2014, assim a tabelas de equivalência entre as duas últimas matrizes curriculares:

Matriz curricular 2025:

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
LIBRAS I	LIBRAS II	LIBRAS III	LIBRAS IV	Metodologia de Matemática (45 horas)	Metodologia de Libras I (45 horas)	Metodologia de Libras II (45 horas)	Educação Ambiental (45 horas)
LP I (45 horas)	LP II (45 horas)	LP III (45 horas)	Redação Acadêmica (45 horas)	Estágio III: Educação Infantil (100 horas)	Estágio IV: Ensino Fundamental v	Estágio V (não escolares) (100 horas)	Estágio VI (Gestão) (100 horas)
Estudos Surdos (45 horas)	Psicologia e Educação I (45 horas)	Psicologia e Educação II (45 horas)	Educação Infantil: Saberes e metodologias (45 horas)	Alfabetização e Letramento I: O ensino de Língua Portuguesa para ouvintes (45 horas)	Alfabetização e Letramento II (45 horas)	Gestão Educacional I (45 horas)	Gestão Educacional II (45 horas)

Pedagogos e Práticas pedagógicas (45 horas)	Concepções Sobre Infância (45 horas)	Didática (45 horas)	Currículo e Educação (45 horas)	Metodologia do Ensino de Ciências (45 horas)	Educação de Jovens e Adultos I (45 horas)	Educação de Jovens e Adultos II (45 horas)	Educação a Distância (45 horas)
Ciências Sociais e Educação (45 horas)	Antropologia e Educação (45 horas)	Artes e Educação (45 horas)	Políticas Públicas e Educação (45 horas)	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I (45 horas)	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II (45 horas)	Literatura e Infância (45 horas)	Avaliação (45 horas)
Educação e Tecnologia (45 horas)	Mídias Digitais e Educação (45 horas)	Educação Bilíngue I (45 horas)	Educação Bilíngue II (45 horas)	Metodologia do Ensino de História e Geografia (45 horas)	Pedagogia em Contextos não Escolares (45 horas)	Educação Especial e Inclusiva I (45 horas)	Educação Especial e Inclusiva II (45 horas)
Filosofia e Educação (45 horas)	História da Educação (45 horas)	História da Educação de Surdos (45 horas)	Pesquisa em Educação (45 horas)	Investigação Científica I (45 horas)	Investigação Científica II (45 horas)	Educação e Direitos Humanos (45 horas)	Educação étnico racial e indígena (45 horas)
Optativa (30 horas)	Optativa (30 horas)	Optativa (30 horas)	Corpo e Movimento (45 horas)	Optativa (30 horas)	Optativa (30 horas)	Optativa (30 horas)	Optativa (30 horas)

			horas)				
Optativa (30 horas*)	Optativa (30 horas*)	Optativa (30 horas*)	Optativa (30 horas*)	Optativa (30 horas*)	Optativa (30 horas*)	Optativa (30 horas*)	Optativa (30 horas*)
Estágio I: fazeres pedagógicos (30 horas)	Pesquisa e extensão	Estágio II: Práticas Pedagógicas Integrativas (30 horas)	Pesquisa e extensão	Pesquisa e extensão	Pesquisa e extensão	Pesquisa e extensão	Pesquisa e extensão
						TCC	TCC

Núcleo I, 885 horas. Núcleo II, 1.620. Núcleo III 320 e Núcleo IV, 460. (Resolução CNECNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024)

* Conforme descrito nas páginas 17 e 18, os alunos devem cursar obrigatoriamente seis disciplinas optativas, sendo três disciplinas obrigatoriamente ligada ao núcleo I

A reforma curricular propõe para o curso a seguinte carga horária: 2.920 horas de disciplinas obrigatórias (2.520 + 400 de estágio), que devem ser somadas às 330 horas de extensão curricular e 160 horas de disciplinas optativas; o total de carga horário fica em 3.430.

Matriz curricular 2017:

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
LIBRAS I CPB101 CPB101O CPB101S	LIBRAS II CPB201 CPB201O CPB201S	LIBRAS III CPB301O CPB301S CPB301	LIBRAS IV CPB401O CPB401S	LIBRAS V: Metodologias do Ensino CPB501			
Língua Portuguesa Escrita I CPB102O CPB102S	Língua Portuguesa Escrita II CPB202O CPB202S	Língua Portuguesa Escrita III CPB302O CPB302S	Língua Portuguesa Escrita IV CPB402O CPB402S	Estagio Supervisionado I CPB502	Estagio Supervisionado II CPB602	Estagio Supervisionado III CPB702	Estagio Supervisionado IV CPB802
Estudos Surdos CPB105	Psicologia e Educação I CPB305 CPB208	Psicologia e Educação II CPB403 CPB309	Educação Infantil: saberes e metodologia CPB303 CPB410	Alfabetização e Letramento em Língua Portuguesa CPB503	Educação e direitos humanos: Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidades CPB601	Gestão Educacional I CPB701	Gestão Educacional II CPB801
Pedagogos e Práticas Pedagógicas CPB107 CPB107E	Concepções Sobre Infância CPB203	Didática CPB307	Currículo e Educação CPB308 CPB411 CPB707	Artes e Educação CPB504	Metodologias do Ensino de Ciências CPB603	Literatura e a Infância CPB703	Pedagogia em Contextos não Escolares CPB803
Ciências Sociais e Educação CPB104	Antropologia e Educação CPB207	Políticas Públicas e Educação CPB306	Metodologia do Ensino de LP CPB408 CPB708	Metodologias do Ensino de Matemática CPB506	Metodologias do Ensino de História e Geografia CPB604	Educação Especial CPB705	
Filosofia e Educação CPB206 CPB108	História da Educação CPB205	História da Educação de Surdos CPB304	Educação Bilingue I CPB405	Educação Bilingue II CPB505	Educação Bilingue III CPB605	Redação Acadêmica CPB706	
Tecnologias de Informação e Comunicação I CPB103	Tecnologias de Informação e Comunicação II CPB204	Educação de Jovens e Adultos CPB409 CPB310	Avaliação CPB407	Investigação Científica e Produção Acadêmica I CPB404 CPB507	Investigação Científica e Produção Acadêmica II CPB606	Orientação de TCC I CPB704	Orientação de TCC II CPB804

Em **AZUL** as disciplinas com pré-requisitos

Tabela de equivalência grade 2017/2025:

Grade 2025	Ch. Teórica	Ch. Prática	Ch. Total	Grade 2017	Ch. Teórica	Ch. Prática	Ch. Total
Pedagogos e Práticas pedagógicas			45	Pedagogos e Práticas pedagógicas			
LIBRAS I			45	LIBRAS I			
LIBRAS II			45	LIBRAS II			
LIBRAS III			45	LIBRAS III			
LIBRAS IV			45	LIBRAS IV			
Metodologia do Ensino de Matemática			45	Metodologia de Matemática			
Metodologia do Ensino de Libras I			45	Metodologia de Libras I			
Metodologia do Ensino de Libras II			45				
LP I:			45	LP I			
LP II:			45	LP I			
LP III:			45	LP I			
Redação Acadêmica			45	Redação Acadêmica			
Estágio IV: Docência Ensino Fundamental			45	Estágio I: Educação Infantil			
Estágio IV: Docência			45	Estágio II: Ensino			

Ensino Fundamental				Fundamental			
Estágio V: Práticas pedagógicas e/ou socioeducativas em contextos não escolares			45	Estágio IV: Espaços não escolares			
Estágio VI: Gestão Educacional em Contextos Escolares			45	Estágio III: Gestão			
Gestão Educacional I			45	Gestão Educacional I			
Gestão Educacional II			45	Gestão Educacional II			
Estudos Surdos			45	Estudos Surdos			
Psicologia e Educação I			45	Psicologia e Educação I			
Psicologia e Educação II			45	Psicologia e Educação II			
Educação Infantil: Saberes e metodologias			45	Educação Infantil			
Alfabetização e Letramento I			45	Alfabetização e Letramento			
Alfabetização e Letramento II			45				
Educação étnico racial e indígena			45				
Ciências Sociais e			45	Ciências Sociais e			

Educação				Educação			
Antropologia e Educação			45	Antropologia e Educação			
Educação e Direitos Humanos			45	Educação e Direitos Humanos: relações étnico raciais, gênero e diversidade			
Políticas Públicas e Educação			45	Políticas Públicas e Educação			
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I			45	Metodologia LP I			
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II			45				
Educação especial e Inclusiva I			45	Educação especial			
Educação especial e Inclusiva II			45				
Filosofia e Educação			45	Filosofia e Educação			
História da Educação			45	História da Educação			
História da Educação de Surdos			45	História da Educação de Surdos			
Pesquisa em Educação			45				
Metodologia do Ensino de História e Geografia			45	Metodologia do Ensino de História e			

				Geografia			
Metodologia do ensino de Ciências			45	Metodologia do ensino de Ciências			
Educação Ambiental			45				
Educação a Distância			45				
Investigação Científica I			45	Investigação Científica I			
Investigação Científica I			45	Investigação Científica I			
Pedagogia em Contextos não Escolares			45	Pedagogia em Contextos não Escolares			
Artes e Educação			45	Artes e Educação			
Corpo e Movimento			45				
Educação e Tecnologia			45	TICs I			
Mídias Digitais e Educação			45	TICs II			
Concepções Sobre Infância			45	Concepções Sobre Infância			
Didática			45	Didática			
Avaliação			45	Avaliação			
Educação Bilíngue I			45	Educação Bilíngue I			
Educação Bilíngue II			45	Educação Bilíngue II			
Currículo e Educação			45	Currículo e Educação			

Literatura e Infância			45	Literatura e Infância			
Educação de Jovens e Adultos I			45	Educação de Jovens e Adultos I			
Educação de Jovens e Adultos II			45				
Estágio II: Práticas Pedagógicas Integrativas			30				
Estágio I: Fazeres Pedagógicos			30				
Optativa			30	Qualquer disciplina aderente ao currículo do curso, não equivalente, com carga horária superior a 30 horas			

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA EDUCATIVA	CONSTRUINDO COTIDIANOS SOBRE O COTIDIANO ESCOLAR	PROBLEMATIZANDO COTIDIANOS DA PROFISSÃO DOCENTE	APROFUNDANDO AS RELAÇÕES ENSINO-APRENDIZAGEM NO TRABALHO PEDAGÓGICO	ESTRUTURANDO ENTENDIMENTOS EDUCATIVOS	DESENVOLVENDO PROPOSTAS METODOLÓGICAS	RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO	REELABORANDO PROPOSTAS EDUCATIVAS E METODOLÓGICAS
Escola, Cultura e Sociedade 80hs PED0100 CPB104 Ciências sociais e educação	Genealogias em Posicionamentos Educacionais 80hs PED0107 CPB108 Filosofia e educação	Docência e Implicações Socioculturais 80hs PED0113 CPB601 Educação e direitos humanos: relações étnico raciais	Construção do Conhecimento e Escolarização 80hs PED0120 CPB306 Políticas públicas e educação	Saberes Educacionais, Diversidade Cultural e Docência 80hs PED0127 CPB803 Pedagogia em contextos não escolares	Ensino da Educação Física - tendências atuais 80hs PED0134	Revisões Críticas Sobre a Autoformação 80hs PED0141 CPB204 TICs II	Retomada da Experiência Educativa 80hs PED0148 CPB801 Gestão educacional II
Ensino-Aprendizagem e Escolarização 80hs PED0101 CPB407 Avaliação	Cultura Escolar, Conhecimento e Linguagem 80hs PED0108 CPB308 Currículo e educação	Refletindo Sobre a Formação Docente 80hs PED0114 CPB307 Didática	Saberes Educacionais e Diversidade Cultural 80hs PED0121 CPB107 Pedagogos e práticas pedagógicas	Cognição, Corporeidade e Contexto 80hs PED0128 CPB303 Educação infantil: saberes e metodologias	Tempos-Espaços e Sujeito Social em Currículos de História e Geografia 80hs PED0135 CPB604 Metodologia do ensino de história e geografia	Retomada de Conhecimentos Construídos 80hs PED0142	Educação e sua Gestão - metas e mitos 80hs PED0149 CPB701 Gestão educacional I
Concepções Sobre Criança 80hs PED0102 CPB203 Concepções sobre a infância	Corporeidade e Cultura 80hs PED0109 CPB207 Antropologia e educação	A Escola como Espaço Político-Pedagógico 80hs PED0115 CPB205 História da educação	Apropriações Linguísticas 120hs PED0122 CPB703 Literatura e a infância	Textos e Pretextos 80h PED0129 CPB301 Libras III	Ciência e Territórios do Cidadão Contemporâneo 80hs PED0136 CPB603 Metodologia do ensino de ciências	Propostas Educativas- Revisões Conceituais 80hs PED0143 CPB706 Redação acadêmica	Consequência Supervisionada de Trabalho Monográfico II 80hs PED0150 CPB606 Investigação científica e produção acadêmica II
Leituras e Escritas 54hs PED0103 CPB101 Libras I		Construção Compartilhada do Conhecimento Escolar 80h PED0116 CPB403 Psicologia e educação II			Construções Cognitivas e Ensino da Matemática 80hs PED0137 CPB506 Metodologia do ensino da matemática		
Topicalizando Discursos e Narrativas 80hs PED0104 CPB201 Libras II	Construções Cognitivas 80hs PED0110 CPB305 Psicologia e educação I		Tempos, Espaços e Sujeito Social 80hs PED0123	Temáticas Transversais 80hs PED0130 CPB103 TICs I	Leituras e Escritas e Diversidades Linguísticas 80h PED0138 CPB503 Alfabetização e letramento em LP	Consequência Supervisionada de Trabalho Monográfico I 80hs PED0144 CPB404 Investigação científica e produção acadêmica I	Práticas Pedagógicas 80hs PED0151
		Corporeidade, Cultura e Discurso 120hs PED0117 CPB409 Educação de jovens e adultos	Arte em Processo na Escola 80hs PED0124 CPB504 Artes e educação	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 60hs PED0131		ESTÁGIO SUPERVISIONADO III 130hs PED0145 CPB602 Estágio supervisionado II	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV 130hs PED0152 CPB 702 Estágio supervisionado III
Práticas Discursivas e Especificidades Linguísticas 80hs PED0105 CPB501 Libras V - Metodologia do ensino	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0111 CPB405 Educação bilíngue I	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0118 CPB505 Educação bilíngue II	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0125 CPB605 Educação bilíngue III	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0132 CPB105 Estudos surdos	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II 60hs PED0139 CPB502 Estágio supervisionado I	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0146 CPB705 Educação especial	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0153
Língua Portuguesa Escrita I 120hs PED0106 CPB102 Língua portuguesa escrita I	Língua Portuguesa Escrita II 80hs PED0112 CPB 202 Língua portuguesa escrita II	Língua Portuguesa Escrita III 80hs PED0119 CPB302 Língua portuguesa escrita III	Língua Portuguesa Escrita IV 80hs PED0126 CPB402 Língua portuguesa escrita IV	Língua Portuguesa Escrita V 80hs PED0133 CPB408 Metodologia do ensino de LP	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0140 CPB304 História da educação de surdos	Língua Portuguesa Escrita VI 80hs PED0147	Língua Portuguesa Escrita VII 80hs PED0154

Em AZUL as disciplinas sem equivalência

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Em um curso de Pedagogia, a avaliação é parte integrante de saberes e fazeres específicos na formação do profissional que irá atuar em diversas frentes no campo da

Educação. Entende-se a avaliação como um processo e não uma atividade pontual. Por isso, tal formação desenrola-se ao longo de todo o curso. As avaliações terão como princípio uma comparação entre o que foi alcançado e o que se pretendeu atingir. Em um processo contínuo e permanente, pode-se dizer que será sempre diagnóstica no sentido de verificar as dificuldades apresentadas pelos alunos, com o objetivo de fazer ajustes ou redimensionar a ação pedagógica, implicando assim em retomadas de decisão – principal papel da avaliação. Serão consideradas duas modalidades de avaliação: a somativa; e a formativa, que se desenvolvem ao longo de todo o processo e levam em consideração os desempenhos revelados nas diferentes atividades formadoras e instituições de estágios.

A média final da disciplina deve refletir o desempenho global do estudante por meio dos objetivos/habilidades alcançados nas atividades. Em todo o processo, a avaliação terá em vista a análise da capacidade crítica e reflexiva dos/as professores/as em formação, dentro de uma perspectiva bilíngue, dialógica e multicultural. Para fins de aprovação em cada disciplina exige-se nota final igual ou superior a 7,0 (sete). O aluno que não obtiver 7,0 (sete) poderá prestar Avaliação Final, desde que sua média não seja inferior a 3,0 (três). Média inferior a 3,0 (três) acarreta reprovação automática.

O aluno que prestar exame final será considerado aprovado se obtiver grau numérico igual ou superior a 5 (cinco), na média entre o grau da Avaliação Final e a Média obtida durante o semestre letivo.

No que tange à avaliação dos/as surdos/as em Língua Portuguesa escrita, serão levados em conta os aspectos concernentes ao campo semântico e à singularidade linguística manifesta no nível formal de sua escrita, de acordo com o previsto no inciso VI, § 1º do art. 14 do Decreto nº 5.626/05 e no art. 2º da Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. É relevante ressaltar que os mecanismos alternativos para avaliação de conhecimentos expressos em Libras serão registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (inciso VII, § 1º do art. 14 do decreto supracitado). O vídeo será identificado e armazenado, possibilitando ao/à aluno/a exercer seu direito à revisão de prova ou de nota por meio da consideração de sua prova filmada.

6. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos ocorre quando um aluno solicita ser isento de uma determinada disciplina do Curso de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), por já ter cursado com aproveitamento satisfatório uma disciplina que considera equivalente, neste ou em outro estabelecimento de ensino. O aproveitamento de estudos poderá ser autorizado pela instituição, na figura do coordenador de Curso, desde que seja caracterizada a equivalência entre as disciplinas do presente curso e a disciplina previamente cursada.

- No ato da matrícula, serão automaticamente reconhecidas, pela Divisão de Registro Acadêmico – DIRA, as disciplinas cursadas no INES anteriormente ao atual ingresso, inclusive as que possuem declaração formal de equivalência e fazem parte do currículo pleno atual, respeitando o limite de 75% de aproveitamento.

- No caso de disciplinas anteriormente cursadas em outras IES, o pedido deverá ser apresentado pelo aluno à DIRA no decorrer do primeiro semestre letivo de seu atual ingresso no INES. Tal pedido deverá ser julgado pela Coordenação do Curso de Pedagogia.

O aproveitamento de estudos em disciplinas pode ser concedido desde que haja similitude entre os programas e que sejam consideradas as tabelas de equivalências entre matrizes curriculares de 2006 e 2017 bem como 2017 e 2025, presentes também neste PPC. A compatibilidade de carga horária e aproveitamento satisfatório na disciplina previamente cursada devem sempre ser consideradas, conforme descrito abaixo:

- Quando o número de horas cursadas for inferior a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da disciplina cuja equivalência é pretendida, o aproveitamento não pode ser concedido.

- Quando o número de horas cursadas for igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina cuja equivalência é pretendida, exige-se do aluno a aprovação em um exame.

- Quando houver similitude entre os programas, aproveitamento satisfatório por parte do aluno e o número de horas cursadas for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, cuja equivalência é pretendida, o aproveitamento será concedido.

- O exame de avaliação na disciplina cuja equivalência é pretendida é realizado em data estabelecida pela Coordenação do Curso Bilíngue de Pedagogia.

7. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso não pode ser redutível a uma mera descrição de competências, pois engloba a própria identidade de um pedagogo bilíngue que se constrói histórica e socioculturalmente a partir de uma indissociável relação teórica e prática de fundamentos e princípios epistemológicos, pedagógicos, éticos e políticos.

Sendo assim, o pedagogo bilíngue que se pretende formar deverá ser um profissional da Educação, intelectual, investigador, capaz de intervir, de forma crítica, dialógica, criativa, construtiva e responsável, nas práticas educativas que ocorrem na escola e em outros contextos.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia do INES objetiva uma formação bilíngue, comum e múltipla, que contemple a abrangência e a diversidade da ação profissional do pedagogo, diante da própria amplitude da Educação como atividade mediadora no seio da prática social global.

O campo de atuação profissional do licenciado em Pedagogia requer, então, capacidade contínua para um trabalho que se desenvolve em uma compreensão integrada dos seguintes fazeres:

1. Docência, que para além da noção simplificada de “regência de classe”, deve ser entendida em sentido amplo, como ação educativa intencional e sistemática, relativa à condução das interações sociais de ensino e aprendizagem, socialização e construção de conhecimento, em ambientes escolares e não escolares. No campo profissional do magistério, está prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, do CNE), como sistemática de intervenção pedagógica, prática e direta, na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas dos Cursos Normais de nível médio, assim como na Educação Profissional, na área de serviço e apoio escolar e em outras áreas educativas nas quais os conhecimentos pedagógicos sejam necessários.

2. Pesquisa, entendida como processo de produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico na área educacional, articulado aos conhecimentos oriundos das práticas educativas do contexto local e global. Considerado como um pesquisador, o pedagogo deverá investigar sua própria prática profissional com um olhar crítico, elaborar material didático original e investigar formas de intervenção nas instituições onde atuará.

3. Gestão educacional, vista como perspectiva de intervenção democrática organizativa que integre as diversas funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos escolares e não escolares. Esta dimensão da gestão educacional do fazer pedagógico está especialmente presente no planejamento, na administração, na coordenação, no acompanhamento, na avaliação de planos e projetos pedagógicos, bem como na análise, na formulação, na implementação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas e institucionais na área da educação.

Na área específica da surdez, o Curso objetiva formar profissionais aptos a atuar em processos pedagógicos que envolvam a pessoa surda, tais como:

1. Avaliar a formulação e implementação de práticas pedagógicas voltadas para surdos em articulação com as políticas públicas na área da surdez.
2. Contribuir para o avanço científico da área.
3. Oportunizar reflexões sobre bilinguismo, letramento e surdez.
4. Desenvolver estratégias de ensino fundadas na pedagogia visual.
5. Prevenir dificuldades e melhorar o desempenho dos aprendizes surdos nas atividades educacionais em espaços formais e não formais, dos mais variados níveis, aumentando suas potencialidades de aprendizagem.

Desta forma, destaca-se, na formação do pedagogo bilíngue deste curso, a ênfase na educação de surdos, fundamental para o enfrentamento dos desafios da educação bilíngue em seus diversos contextos escolares e não escolares. Entende-se também que é compromisso do pedagogo bilíngue favorecer a divulgação, a valorização e o conhecimento da língua de sinais entre ouvintes e surdos.

8. ESTÁGIO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O estágio curricular é parte integrante do processo de formação do/a licenciado/a. A Lei n. 11.788/08 define-o como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior” e em outros espaços (BRASIL, 2016). Conforme o §2º do art. 1º, “o estágio visa ao aprendizado

de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (ibid).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/96, define a “associação entre teorias e práticas” como um dos fundamentos da formação dos profissionais da educação, indicando que tal relação deve ser feita mediante o estágio e a capacitação em serviço – inciso II do parágrafo único do art. 61 (Brasil, 2016).

O Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em suas duas modalidades (presencial e à distância), entende o estágio como locus privilegiado de investigação de práticas pedagógicas³, em contextos escolares e em contextos não escolares (que possuam pessoa jurídica e que desenvolvam projetos educativos). Parte-se do pressuposto de que “(...) o estágio realizado com pesquisa e como pesquisa contribui para uma formação de melhor qualidade de professores e de pedagogos” (PIMENTA, LIMA, 2012, p. 23). A ideia é que o/a estudante, dessa maneira, possa construir uma postura investigativa e propositiva a partir de situações vivenciadas no campo, elaborando propostas que lhes permitam problematizar a realidade e desenvolver intervenções educativas, a partir de referencial teórico- metodológico trabalhado ao longo do curso através das atividades formativas.

O/a estudante do Curso de Pedagogia do INES recebe em sua grade curricular uma formação para atuação na área da Educação, com ênfase na educação de surdos numa perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa escrita)⁴. Nesse sentido, orientamos os/as estudantes que privilegiem seus estágios curriculares nos contextos escolares e em contextos não escolares que tenham o compromisso com a educação de surdos no desenvolvimento de seus projetos educativos.

De acordo com a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que estabelece em seu § 5º, inciso I que o estágio curricular obrigatório deverá “ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso”, foram criados dois novos estágios que abordarão, respectivamente, fazeres pedagógicos e práticas integrativas pedagógicas.

³ Vale ressaltar, contudo, que a dimensão da prática, conforme indica o art. 13 da Resolução CNE/CP n. 1 de 2002, transcende o estágio, devendo permear as atividades formativas do curso de formação do licenciado desde o seu início.

⁴ Ressalta-se aqui que a formação bilíngue não se resume à circulação de duas línguas; mas supõe o desenvolvimento de um projeto pedagógico que tenha como foco o bilinguismo na educação de surdos.

Ainda de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 4/2024, o “Estágio Curricular Supervisionado - ECS: componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.”

Sendo assim, os estágios estão divididos em 6 componentes curriculares:

O primeiro grupo de estágios, que é composto pelos estágio I e II, com ênfase na formação docente tem por objetivo construir vivências no ambiente escolar, sendo estas mediadas pelo orientador de estágio, que é o professor da disciplina no Curso de Pedagogia Bilíngue do DESU, visto que os alunos ainda estão nos dois primeiros períodos do curso e conhecendo as áreas de atuação do pedagogo e os fundamentos que orientam sua atuação.

Nesse momento é fundamental a presença do orientador para que faça a transição entre o aluno que participava como estudante da Educação Básica e esse novo local que ele habita, como licenciando em Pedagogia, que precisa observar e construir experiências de outro ponto de vista.

Assim, o professor orientador tem um papel fundamental em direcionar olhares, mediar observações e problematizar cenários de forma a contribuir para essa nova vivência que os licenciandos irão construir do ambiente escolar.

Assim estão organizados os dois estágios deste primeiro grupo:

O Estágio I: fazeres pedagógicos possui um caráter de observação das atividades docentes e assim se faz numa prerrogativa que tem como objetivo uma exploração inicial do ambiente escolar através do acompanhamento do professor orientador.

O Estágio II: práticas pedagógicas integrativas tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas propostas pela escola, conhecer os documentos norteadores destas propostas no espaço da escola e como esta é construída e desenvolvida pelos agentes envolvidos. Este estágio também tem a característica de ser acompanhado pelo professor orientador no espaço da escola básica durante toda sua realização.

O segundo grupo de estágio, que é composto pelos estágios III e IV, tem por objetivo uma maior integração com o espaço da sala de aula, acompanhando professor e alunos, visando a construção de um olhar crítico sobre a prática pedagógica do docente, bem como a

interação e a colaboração com o desenvolvimento de projetos, avaliações e demais atividades que o professor regente solicitar.

Neste momento o professor orientador deixará os alunos agirem com maior autonomia no espaço das escolas campo e fará a orientação nas aulas no DESU. Sendo assim, o protagonismo de orientação do estágio passa a ser do professor supervisor da escola de educação básica.

Assim estão organizados os dois estágios deste segundo grupo:

O Estágio III - educação infantil, focado na observação e coparticipação em um espaço de educação infantil, acompanhando diretamente um professor regente e sua turma.

O Estágio IV - Ano iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), consiste na observação e coparticipação em um espaço voltado para os anos iniciais do ensino fundamental, acompanhando diretamente um professor regente e sua turma.

O terceiro grupo de estágio, composto pelos estágios V e VI, tem por objetivo apresentar a educação em uma visão mais macro, voltada para a gestão. Assim estão organizados os dois estágios deste terceiro grupo:

O Estágio V - práticas pedagógicas e/ou socioeducativas em contextos não escolares, focado em vivências e práticas pedagógicas não escolares.

O Estágio VI - gestão educacional de contextos escolares, que tem por objetivo a construção de conhecimentos do espaço de atuação do pedagogo ainda dentro da escola, mas fora da sala de aula, com todas as demandas da gestão escolar seja esta em espaço público ou privado.

OBJETIVOS GERAIS

- Estabelecer nexos entre os conhecimentos/saberes teóricos e práticos, a partir da atuação em contextos escolares e em contextos não escolares.
- Analisar o contexto educacional, organizacional, político e social da instituição educacional, considerando o campo como objeto de investigação e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar práticas pedagógicas, socioeducativas e de gestão educacional por meio da observação, do acompanhamento e da participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de atividades pedagógicas e administrativas;
- Elaborar e desenvolver propostas de atuação pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;
- Refletir sobre a construção de práticas interculturais no âmbito das práticas pedagógicas, socioeducativas e de gestão educacional;
- Conhecer o cotidiano do profissional da educação em seus campos de trabalho, de modo a identificar suas funções, seus desafios e suas práticas;
- Analisar a forma como os órgãos dos sistemas de ensino assumem compromissos com a educação inclusiva e/ou com a educação numa perspectiva bilíngue para surdos/as;
- Vivenciar a troca de experiências e de saberes por meio de diálogos com mediadores/as e colegas de turma;
- Investigar o processo educativo docente no ensino fundamental regular ou educação de jovens e adultos por meio da observação participante, do acompanhamento e da participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de atividades pedagógicas;
- Compreender as relações entre o contexto escolar e os órgãos do sistema de ensino;
- Elaborar relatório reflexivo com base nas atividades de observação participante, coparticipação e desenvolvimento da proposta pedagógica.

ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO

A carga horária total dos estágios é de 460 horas, sendo esta distribuída conforme Quadro 1:

Estágio	Especificação	Carga Horária Total	Carga Horária em campo	Carga Horária de Orientação (INES)
Estágio Supervisionado I	Fazeres Pedagógicos	30h	20h	10h
Estágio Supervisionado II	Práticas Pedagógicas Integrativas	30h	20h	10h
Estágio Supervisionado III	Docência – Educação Infantil	100h	60h	40h
Estágio Supervisionado IV	Docência – anos iniciais do Ensino Fundamental	100h	60h	40h
Estágio Supervisionado V	Práticas pedagógicas e/ou socioeducativas em contextos não escolares	100h	60h	40h
Estágio Supervisionado VI	Gestão educacional de contextos escolares	100h	60h	40h

O/a estagiário/a pode cumprir, no máximo, 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, de acordo com o inciso II do art. 10, da Lei 11.788/08.

Os estágios são organizados a partir de três módulos: observação do/no campo de estágio (I), docência, gestão educacional, práticas pedagógicas e/ou socioeducativas compartilhadas (II) e desenvolvimento de proposta pedagógica e/ou de proposta de gestão educacional (III).

No Módulo I o/a estudante irá realizar um processo investigativo do/no campo de estágio. Este está presente nos 6 estágios supervisionados, e mais especificamente nos estágios I e II.

A partir deste processo investigativo mais exploratório, será possível desenvolver proposta de atuação compartilhada (Módulo II) ou atuação própria com supervisão (Módulo III), cuja dinâmica será definida de acordo com as orientações do/a docente (orientador/a) e do/a supervisor/a da instituição campo de estágio. O/a estagiário/a deverá

apresentar uma visão analítica do processo, demonstrando articulação entre teoria e prática. Esta prática de atuação está presente nos estágios III, IV, V e VI.

Todo o processo será registrado no Relatório de Estágio, que constitui um instrumento fundamental de avaliação e acompanhamento do estágio, devendo ser elaborado no decorrer de todo o semestre, com a mediação do/a docente/orientador/a.

ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Os estágios não obrigatórios serão permitidos a alunos que tiverem concluído com aprovação no primeiro semestre e que estejam ativos no curso. A carga horária máxima segue a mesma orientação do estágio obrigatório, conforme relatado anteriormente.

Seguindo o parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 11.788/08, o estágio não obrigatório será desenvolvido como atividade opcional (complementar), acrescida à carga horária regular e obrigatória dos seis estágios curriculares. Em sendo a oferta de estágio não obrigatório em órgãos públicos, também se aplica a Instrução Normativa nº 213/2029 -DOU de 19/12/2019, em complementação à referida Lei.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares devem enriquecer o processo de ensino aprendizagem, de forma a complementar os conteúdos trabalhados nas disciplinas. Tais atividades devem somar, segundo a Resolução CNE/CP n. 2 de 2015, inciso IV, § 1º, art. 13, duzentas horas ao longo do curso, podendo ser distribuídas livremente ao longo do tempo de integralização do curso. São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como: semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; cursos de extensão integralmente concluídos e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria; em todos estes casos o tema deverá ser pertinente à educação ainda que em uma de suas interseções com outras áreas. Cabe lembrar que as atividades complementares visam à autonomia do estudante que deve observar a compatibilidade com sua formação na área da pedagogia bilíngue, devendo organizar as

comprovações e ter em vista que, para contemplar a diversidade em sua formação, deverá distribuir a carga horária total em mais de uma atividade complementar.

10. INTEGRALIZAÇÃO

Para que o aluno possa concluir o curso de forma plena e estar em condições de colar grau, ele deve concluir com aproveitamento satisfatório, no tocante a presença e desempenho acadêmico, as disciplinas do curso. Ele deve também concluir o Trabalho de Conclusão de Curso (incluindo sua defesa perante uma banca pública ou não) e apresentar a documentação comprovando ao menos cem horas de atividades complementares relacionadas a área do curso, nos termos definidos por este documento. Por ser considerado componente curricular obrigatório (LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, Art 5), é também indispensável para a integralização do curso que o aluno tenha sido inscrito no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e tenha sido dispensado, tenha realizado a prova ou tenha justificado sua ausência (também nos termos da LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004).

Para concluir o curso, os alunos têm o prazo regular de 4 anos (8 períodos), que pode ser estendido por mais 3 anos, somando 7 anos (14 períodos). Neste tempo serão contabilizados os semestres em que o aluno se matriculou em disciplinas e os semestres em que sua matrícula esteve trancada. Após esse prazo o aluno perderá sua matrícula, ou seja, será jubilado. Ex: o aluno que ingressou em 2022 tem até o final de 2028 para concluir o curso.

Excepcionalmente, os alunos que estavam com matrícula ativa ou com matrícula trancada no período da pandemia, obtiveram mais dois anos para concluir o curso. Ex: o aluno que ingressou em 2018 tem até o final de 2026 para concluir o curso, pois ele tem os 7 anos previstos no Projeto Pedagógico do Curso, mais dois anos aprovados no colegiado departamental.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

Segundo a Resolução CNE/CP n. 2 de 2015, inciso IV, § 1º, art. 13, os estudantes devem cumprir no mínimo 200 (duzentas) horas de Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), que se constituem atividades de cunho teórico-prático de aprofundamento. Estas atividades, que devem ser realizadas após o ingresso no curso, se

caracterizam pela participação em projetos de iniciação científica, de extensão, de monitoria, em palestras, eventos, seminários e outros eventos técnico-científicos.

Para contabilizar as horas de atividades complementares, o aluno deverá apresentar à Divisão de Registro Acadêmico (DIRA) os originais e cópias dos certificados de participação e preencher o requerimento próprio. A coordenação pedagógica avaliará a pertinência e deferirá o número de horas obtidas em cada certificado apresentado, conforme tabela em anexo.

ENADE

Para que o aluno obtenha seu diploma é necessário que este esteja em dia com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), em suas modalidades prática e teórica. Este exame possui calendário próprio estabelecido pelo MEC, sendo este componente curricular obrigatório para os alunos matriculados nos cursos selecionados para prestar o exame.

A inscrição na plataforma apropriada é de responsabilidade da Coordenação do Curso. O cadastro individual deverá ser preenchido pelos alunos no site do ENADE. Na avaliação prática os professores de estágio atuam no processo de implementação da avaliação junto aos alunos e seus supervisores de estágio.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Durante todo o Curso, buscar-se-á encontrar possíveis soluções para a indesejável cisão entre teoria e prática, entre o pensar e o fazer. Segundo McLaren (2000, p. 40), “a teoria, em alguns casos, informa diretamente à prática; em outros, a prática reestrutura a teoria como uma força fundamental para a mudança”. Nessa análise, percebe-se o quanto a teoria pode servir de enquadramento à prática, ou seja, como visão totalizante e determinadora da prática educativa; e, ao mesmo tempo, pode-se notar o poder revolucionário da teoria que, ancorada no dissenso, transforma-a e reestrutura a si mesma. Trabalhar com a educação dialógica pressupõe assumir a tríade prática-teoria-prática no contexto de cada atividade formativa e nas inter-relações estabelecidas por elas.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de caráter obrigatório, embora seja entregue ao final dele, é desenvolvido ao longo do processo pedagógico e, assim como as outras atividades formativas, busca romper com a dicotomia teoria-prática. Todas as atividades formativas alimentarão, de certa forma, a construção do TCC, mas as atividades “Investigação Científica e Produção Acadêmica I e II”, “Pesquisa em Educação” assim como “TCC I e II” estarão voltadas, especificamente, a esse propósito, sendo complementadas nesta tarefa pela disciplina “Redação Acadêmica”.

O TCC poderá ser apresentado sob a forma de um artigo, trabalho monográfico ou de um material didático acompanhado de um relatório. O artigo e o trabalho monográfico deverão versar sobre um tema concernente à “educação”, ainda que em suas diversas interseções, estando em conformidade com os padrões acadêmicos do discurso e evidenciando o embasamento teórico construído ao longo do curso. Os TCCs produzidos poderão ser individuais, em duplas ou trios, a critério do orientador, e poderão ser registrados em Língua Portuguesa escrita ou em LIBRAS, em conformidade com as normas fixadas nos manuais específicos para este fim disponibilizados no site do INES e no Repositório Huet.

No TCC, buscar-se-á estimular a atitude investigativa, crítica, criativa e que tem como foco problemáticas atuais da educação. Entende-se que a formação do pedagogo, numa perspectiva bilíngue, precisa estar atenta aos desafios da prática, a partir de um olhar reflexivo, que percebe a educação/educação de surdos como parte do mundo, como práticas sociais indissociáveis de seu tempo. A responsabilidade de acompanhar o aluno no processo de construção de seu TCC cabe ao Orientador e, eventualmente, a um co-orientador, mediante a anuência do primeiro. A responsabilidade da orientação é exclusivamente dos professores efetivos do curso.

Nas diversas modalidades de TCC é obrigatório a defesa pública com a composição da banca avaliadora composta pelo professor(a) orientador(a) e no mínimo dois avaliadores, a fim de propiciar aos alunos a experiência do debate acadêmico e a própria vivência da banca pública. As monografias, os artigos e os materiais didáticos, com seus respectivos relatórios, e demais produções educacionais farão parte do Repositório do INES e do acervo da biblioteca.

12. FORMAS DE INGRESSO

O vestibular próprio DESU/INES é a principal forma de ingresso para o curso de pedagogia bilíngue presencial, sendo destinadas a este concurso 60 vagas anualmente, 30 no turno matutino e 30 no turno noturno.

1. INGRESSO PARA PRIMEIRA GRADUAÇÃO

VESTIBULAR PRÓPRIO

No vestibular do DESU-INES o candidato se submete a uma prova objetiva que envolve questões de História, Ciências da Natureza, Matemática e Aptidão de Leitura. Os candidatos elaboram ainda uma redação com textos de referência previamente divulgados. Há ainda uma prova de Libras com questões criadas a partir de vídeos previamente divulgados. O processo seletivo por vestibular próprio segue edital específico e é coordenado pela Comissão Permanente de Ingresso.

VAGAS REMANESCENTES

São definidas como vagas remanescentes, para transferência externa facultativa e reingresso por concurso público, vagas não preenchidas pelo Processo Seletivo ao Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura (Vestibular); e vagas ocupadas por alunos desligados por abandono ou jubramento, sendo o número de vagas definido pela Coordenação de Curso junto à Divisão de Registro Acadêmico.

As vagas remanescentes deste total podem ser destinadas a transferência externa facultativa, ingresso de diplomados. A proporção de 50% de surdos e 50% de ouvintes assegurada nas 60 vagas novas abertas anualmente deve ser preservada no eventual preenchimento das vagas ociosas através de políticas de reservas de vagas.

TRANSFERÊNCIA EXTERNA FACULTATIVA

É a vinculação ao DESU/INES de discente regularmente matriculado em outra Instituição de Ensino Superior, ou em curso reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação, mediante aprovação e classificação em concurso público.

São aptos à transferência externa os candidatos que cumpram com todos os pré-requisitos listados abaixo:

- Que estejam matriculados em curso de Pedagogia;
- Que tenham cumprido entre 20 e 70% dos créditos exigidos para a conclusão do curso na IES de origem;
- Que não estejam em situação que configure abandono;
- Que o tempo restante para a integralização do curso não exceda o prazo estabelecido pelo manual do Aluno do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura do DESU/INES.

O prazo para integralização do curso para alunos provenientes de transferência externa facultativa obedecerá às regras definidas no manual do aluno do DESU/INES tomando como base de cálculo a data da primeira matrícula do aluno em sua IES de origem.

O candidato deverá entregar à Comissão Permanente de Ingresso , em data previamente estabelecida em Edital, original e cópia a ser autenticada pelo servidor do INES, os seguintes documentos:

- Certidão/Declaração atualizada (validade dentro do semestre vigente) de regularidade acadêmica;
- Histórico Escolar OFICIAL, assinado pela IES de origem, até o último período letivo cursado, contendo as seguintes informações:
 - Curso em que o candidato está matriculado;
 - Comprovante da forma de ingresso na IES de origem com os dados referentes à forma de seleção;
 - Carga horária de cada disciplina;
 - Nota ou conceito de aprovação em cada disciplina;
 - Registro do(s) trancamento(s) do(s) período(s) letivo(s), quando existir;
 - Comprovante de autorização ou reconhecimento do curso de origem, tanto para as IES particulares como para as públicas;
- Ementas das disciplinas cursadas para fins de isenção.

Aplicam-se os mesmos requisitos documentais a candidatos matriculados em Instituições Estrangeiras ou documentação equivalente devidamente traduzida para o idioma vernáculo por tradutor juramentado.

TRANSFERÊNCIA EX-OFÍCIO

É a vinculação ao DESU/INES conforme autorizado pela Lei 9536 de 11 de dezembro de 1997 que se refere a transferência “efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta”.

2. INGRESSO PARA SEGUNDA GRADUAÇÃO

É a vinculação ao DESU/INES permitida aos portadores de diploma de outros cursos de ensino superior (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo), nas modalidades presencial ou à distância, devidamente reconhecido, oriundos de outra Instituição de Ensino Superior, mediante aprovação e classificação em concurso público e análise documental do cumprimento dos requisitos estabelecidos.

São aptos à essa modalidade de ingresso os candidatos que cumpram com todos os pré-requisitos listados abaixo:

- ser portador de diploma de curso superior de duração plena comprovadamente reconhecido;
- comprovar que só poderá concluir o curso com a permanência mínima de dois semestres letivos no DESU/INES;

Os documentos necessários para comprovar a condição de diplomado serão definidos pela Comissão Permanente de Ingresso no edital específico. Os candidatos graduados em instituições estrangeiras deverão apresentar a documentação equivalente bem como a validação do diploma por instituição nacional.

13. EMENTÁRIO

Primeiro período

Libras I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estudo da Libras como língua natural e legítima da comunidade surda brasileira e sua importância na educação bilíngue. Comparação entre línguas orais-auditivas e gestuais-visuais. Mitos e desmistificações sobre a Libras. Introdução aos aspectos linguísticos fundamentais: lei da Libras, fonologia, morfologia. Desenvolvimento da comunicação em Libras com foco na interação em ambientes bilíngues.

Objetivos:

- Compreender as diferenças entre as modalidades de línguas (oral-auditiva x gestual-visual).
- Identificar e analisar os aspectos linguísticos da Libras, com foco nos parâmetros fonológicos e nas categorias morfológicas.
- Compreender e analisar aspectos fonéticos e fonológicos da Libras em comparação com o Português.
- Identificar e aplicar os pares mínimos e regras fonológicas da Libras.
- Desenvolver habilidades comunicativas em Libras para interações em contexto bilíngue.
- Discutir e analisar conteúdos dos vídeos em Libras, promovendo a ampliação do vocabulário e da competência discursiva.
- Produzir textos e narrativas em Libras, respeitando as características estruturais da língua.

Conteúdo Programático:

1. Línguas e Modalidades: Estudo comparativo entre línguas orais-auditivas e gestuais-visuais.
2. Libras na Educação Bilíngue: Importância da Libras na formação de pedagogos bilíngues.
3. Verdade e Mitos sobre a Libras.
4. Fundamentos Linguísticos da Libras:
 - Fonologia: Os cinco parâmetros da Libras (configuração de mão, movimento, ponto de articulação, orientação e expressão facial/corporal). Fonologia e fonética da Libras x Português. Pares Mínimos na Libras e sua aplicação. Regras fonológicas da Libras: Simetria e Dominância.

- Morfologia: Formação de sinais – icônicos, arbitrários e indiciais. Flexão Verbal na LIBRAS: Verbos classificadores. Derivação da LIBRAS.

5. Produção de Narrativas Simples: Estrutura e organização de discursos em Libras.

Bibliografia Básica:

BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; PEREIRA, M. C. Língua de sinais e Educação do Surdo. São Paulo: TEC ART, 1993.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

PIZZO, A. L.; REZENDE, P. L. F.; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais I. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/>

QUADROS, Ronice Müller de. Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. 182 p. (Linguística para o Ensino Superior; v. 5). ISBN 978-85-7934-166-3.

Língua Portuguesa I (surdos)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Conceito de texto (oral, sinalizado, verbal e não verbal). Gêneros textuais. Tipologia textual (Narração e Descrição). Estratégias de leitura (Informação principal e secundária) e produção textual – polissemia, sinonímia, antonímia. Estrutura da oração em Libras e em Português escrito. Linguagem formal e Linguagem informal. Tempos verbais. Concordância Verbal e Nominal.

Objetivos:

- Identificar gêneros textuais;
- Identificar tipologias textuais;
- Identificar Linguagem formal e Linguagem informal.
- Reconhecer e utilizar informações verbais e não verbais.
- Ler e compreender textos narrativos e descritivos
- Abordar particularidades estruturais e linguísticas dos gêneros estudados;
- Identificar e reconhecer processos de formação de palavras (prefixação e sufixação) como estratégia de ampliação de vocabulário e compreensão de textos.
- Compreender a polissemia, sinonímia e antonímia como procedimentos de leitura e ampliação vocabular.
- Identificar informações principais e secundárias em textos
- Identificar a estrutura de um texto escrito: introdução, desenvolvimento e conclusão
- Produzir textos em conformidade com as tipologias estudadas.

Conteúdo Programático:

- Conceito de texto (oral, sinalizado, verbal e não verbal), tipologias textuais e gêneros textuais
- Tipologia textual: narração e descrição
- Estrutura da oração em Libras e em Português escrito. Linguagem formal e Linguagem informal
- Estratégias de leitura e produção textual – polissemia, sinonímia, antonímia.

Bibliografia:

CRUZ, O. M. S. S. ; PINHEIRO, V. Visualidade, Língua de Sinais e Conhecimento Prévio: pilares no ensino para aprendizes surdos. *Communitas* , v. 4, p. 312-326, 2020.

FERNANDES, S. Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2006.

GLOSSÁRIO CEALE. Disponível em:

<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/generos-e-tipos-textuais>

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Aprendendo “a ler” com outros olhos: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 36, p. 175-196, 2010.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

NUNES, M. B. C. O professor em sala de aula de leitura: Desafios, opções, encontros e desencontros. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). São Paulo: PUC-SP, 2000.

_____. Um teste de leitura: seu papel no processo de ensino-aprendizagem. *The ESpecialist*, v. 22, n. 1, p. 103-126, 2002.

NASCIMENTO, Sandra P. F.; BASTOS, Elizandra de L. S.; COSTA, Josiane M. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes da educação básica e do ensino superior [livro eletrônico]: caderno introdutório. [et al.] Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação; DIPEBS; SEMESP; MEC, 2021

SILVA, M. P. M. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001. P.105.

OLIVEIRA, M. S. Gêneros textuais e letramento. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 325-345, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/dGM6Yx4xjbmpnmzw3JK9XNs/#>.

Língua Portuguesa I (ouvintes)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Linguagem e língua. Gêneros textuais. Coerência e coesão. Tipos textuais. Estrutura básica do texto narrativo, expositivo, argumentativo. O texto descritivo e o texto

injunção. Estrutura do parágrafo objetivo. Progressão de ideias no parágrafo. Introdução e desenvolvimento de ideias. Paráfrase. Leitura crítica de textos. Seleção e adequação vocabular.

Objetivos:

- Diferenciar os conceitos de linguagem e língua;
- Pensar a língua como expressão de identidade individual e coletiva;
- Discutir o conceito de texto a partir de diversos gêneros textuais;
- Diferenciar os conceitos de linguagem e língua;
- Pensar a língua como expressão de identidade individual e coletiva;
- Discutir o conceito de texto a partir de diversos gêneros textuais;
- Estruturar aspectos macro e microestruturais em um texto;
- Compreender a importância da contextualização no ensino de uma língua;
- Levar em consideração a experiência do alunado no ensino de uma língua;
- Dividir um texto escrito em parágrafos;
- Refletir sobre o processo de leitura de mundo, não apenas de textos;
- Compreender o conceito de preconceito linguístico;
- Reconhecer a necessidade da estruturação de textos escritos e falados;
- Entender que há diversas variações dentro da língua;
- Combater preconceitos linguísticos.

Conteúdo Programático:

1. Língua e linguagem;
2. O texto no nível micro e macroestrutural;
3. Gêneros textuais;
4. Tipos textuais: estrutura básica de textos narrativos, expositivos, argumentativos;
5. Textos descritivos e injuntivos;
6. Estrutura da dissertação;
7. Encadeamento de períodos de um parágrafo; introdução e desenvolvimento de ideias no parágrafo;
8. Noção de paráfrase. A paráfrase como atividade de leitura e produção textual.
9. Preconceito linguístico;
10. Leitura de mundo;
11. Variações linguísticas.

Bibliografia:

A IMPORTÂNCIA da escrita e da leitura para a transformação social (assistir do início até 1:42 e de 2:07 até 2:23). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=idYLVyLpS9M&t=1s>. Acesso em: 11 fev. 2025.

ARIANO Suassuna fala sobre Preconceito Linguístico. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FL-qbf0udq8>. Acesso em: 11 fev. 2025.

AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CHICO Buarque. Bom conselho. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=wkcYU699Jj0&t=2s>. Acesso em: 11 fev. 2025.

COISAS de pássaros. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=409xmm2IXlQ&t=2s>. Acesso em: 11 fev. 2025.

ETTO, Rodrigo Mazer; CARLOS, Valeska Gracioso. A língua e a linguagem em três perspectivas. UFSM: Linguagens & Cidadania, v. 20, jan./dez. 2018. Disponível em:
<https://bitink.co/GXo>. Acesso em: 11 fev. 2025.

KOCH; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

O PODER das palavras. O Cego e o Publicitário. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=ziRABBOBByk&t=2s>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PIRÂMIDE humana. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LueYbk61FUU>. Acesso em: 11 fev. 2025.

RIBEIRO, Tiago da Silva. Dificuldade de concentração no mundo digital. E-docente. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/blog/leitura/dificuldade-concentracao-mundo-digital/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SILVA, G. Aspectos macro e microestruturais em textos de ingressos no curso de letras. UEMS/Dourados: autoavaliação e reescrita.

VOCÊ sabe o que é um parágrafo? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=im4GexVX264&t=3s>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Bibliografia Complementar:

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

CARNEIRO, A. D. Redação em construção, a escritura do texto. São Paulo: Moderna, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

KOCH, I. V. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1991.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ESTUDOS SURDOS

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estudos Surdos como movimentos surdos; Organização e intelectualidade na perspectiva teórica dos Estudos Culturais; Programa de Pesquisa em Estudos Surdos; Ênfase das questões das culturas, das práticas discursivas, das diferenças, da diferença das identidades

Surdas e das lutas por poderes e saberes; Interpretação e redefinição dos conceitos da Surdez como deficiência.

Objetivos:

Mostrar o surgimento dos movimentos surdos organizados e no meio da intelectualidade influenciada pela perspectiva teórica dos Estudos Culturais, ou seja: os Estudos Surdos inscrevem-se como uma das ramificações dos Estudos Culturais, pois enfatizam as questões das culturas, das práticas discursivas, da desconstrução de conceitos, das diferenças e das lutas por poderes e saberes.

Conteúdo Programático:

1. Introdução dos Estudos Surdos;
2. Comunidade Surda;
3. Surdos e Surdez na civilização ocidental – Desconstrução conceitual;
4. Os discursos dos séculos XX (profissionais e família);
5. Cultura Surda e Pessoa Surda – Discursos e Definições;
6. Investigando as comunidades Surdas – Metodologias de investigação sulbaterna
7. Surdismo, Capacitismo, Audismo e Ouvintismo
8. Conclusões, Implicações e Pressuposições.

Bibliografia:

- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Porto Alegre: Educação & Realidade, v.22, n.2, 1997. Disponível pelo link: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>.
- LADD, P. Comprendiendo la Cultura Sorda. En busca de la Sordedad. Centro Cultural Nuestras Manos. Chile. 2013. Resenha: http://www.cultura-sorda.eu/resources/Resena_Ladd_2003.pdf
- PERLIN, G.; QUADROS, R. O Ouvinte: o outro lado dos Surdos. In: QUADROS, R. (Org.) Estudos Surdos I. Petrópolis: Ed. Arara Azul, 2001. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/115584?show=full>.
- QUADROS, Ronice. Estudos Surdos I. Editora Arara Azul. Petrópolis: RJ. 2006. Disponível pelo link: <https://pedrofigueira.pro.br/wp-content/uploads/2022/11/estudos-surdos-1.pdf>
- QUADROS, Ronice; PERLIN, Gladis Estudos Surdos II. Editora Arara Azul. Petrópolis: RJ. 2007. Disponível pelo link: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>
- QUADROS, Ronice. Estudos Surdos III. Editora Arara Azul. Petrópolis: RJ. 2008. Disponível pelo link: http://projeto redes.org/wp/wp-content/uploads/Quadros_Ronice_Estudos-surdos-III.pdf
- QUADROS, Ronice; STUMPF, Marianne Rossi. Estudos Surdos IV. Editora Arara Azul. Petrópolis: RJ. 2009. Disponível pelo link: <http://librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudo-Surdos-IV-SITE.pdf>
- SÁ, N. L. Estudos Surdos. Artigo. UFBA. 2001.

PEDAGOGOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS__

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Pedagogia e sua História. Desenvolvimento e atuação profissional do pedagogo. Planejamentos de ensino: projeto político pedagógico, plano anual, plano de aula. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trabalho do Pedagogo em diferentes contextos educativos. Práticas Pedagógicas Bilíngues (Libras).

Objetivos:

Compreender a Pedagogia, sua história e os entrelaçamentos desta ciência no meio acadêmico e social; Definir as áreas de atuação do pedagogo;
Entender os diversos tipos de planejamentos de ensino;
Desenvolver uma consciência sobre as práticas pedagógicas bilíngues;

Conteúdo Programático:

1. Pedagogia e sua história
2. As áreas de atuação do Pedagogo
3. Planejamentos de ensino:
 - 3.1. projeto político pedagógico
 - 3.2. plano anual
 - 3.3. plano de aula
4. Base Nacional Comum Curricular
5. Pedagogia e práticas pedagógicas bilíngues

Bibliografia:

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica. Brasília, 2024.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. SP: Papirus, 1996.

CALDEIRA, V. M. M., GAMPERT, D. C. C., et alli (2024). BNCC E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES. Revista Políticas Públicas & Cidades, 13(2), e1003.

LIBANEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? SP: Cortez, 1998.

REIS, Graça; GONCALVES, Rafael Marques. Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica: dilemas, embates e pontos de vista. Sér.-Estud., Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 155-180, set. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822020000300155&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 fev.

2025. Epub 01-Abr-2021. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i0.1496> .
VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus,1998.

Ciências Sociais e Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Introdução ao pensamento sociológico e seu contexto de surgimento. Noções e conceitos básicos da sociologia como: sociedade, socialização, divisão do trabalho, classe social e luta de classe, fatos sociais, solidariedade e anomia, entre outros. Refletir sobre os diferentes métodos aplicados na sociologia e as possibilidades abertas por eles para produzir conhecimento. Se apropriar da discussão sociológica sobre a educação e escolarização, seu caráter conservador ou seu papel na transformação da sociedade.

Objetivos:

- Introduzir a reflexão acerca dos processos histórico-sociais que constituíram o pensamento sociológico, destacadamente a modernidade;
- Introduzir o aluno nos conceitos básicos das Ciências Sociais: sociedade, cultura, relações sociais;
- Refletir sobre temáticas de especial interesse da área de Educação/Pedagogia a partir dos referenciais teórico-metodológicos das Ciências Sociais, em particular Clássicos da Sociologia;
- Permitir ao estudante de pedagogia uma reflexão aprofundada sobre os temas da realidade social em suas interfaces com a Educação;
- Tendências teóricas e tradição de pesquisas em Ciências Sociais e História.

Conteúdo Programático:

1. Perspectiva histórica do desenvolvimento da sociologia como ciência;
2. Introdução aos debates teóricos centrais da sociologia, a partir das grandes polaridades: estrutura X ação; consenso X conflito; tradição X modernidade; subjetividade X objetividade;
3. A Modernidade e o Capitalismo: Marx, Durkheim e Weber;
4. Educação e Sociologia.

Bibliografia:

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.L.O.; Oliveira, M.G.M. Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
MAIA, J.M.E.; PEREIRA, L.F.A. Pensando com a Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
CASTRO, C. (Org.). Textos Clássicos de Sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. Org. José Arthur Giannotti. Coleção —Os Pensadores—. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WEBER, M. Max Weber: sociologia. In: COHN Gabriel (Org). Coleção —Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1974.

WEBER, M. Fundamentos da Sociologia. Porto: Editora Rés, 1983.

DURKHEIM, E. Durkheim: sociologia. Org. José Albertino Rodrigues. Coleção —Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1978.

DURKHEIM, E. Da Divisão do Trabalho Social: As regras do método sociológico. O suicídio. As formas elementares da vida religiosa. Org. José Arthur Giannotti. Coleção —Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Bibliografia Complementar:

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. José Braz para Arquivo Marxista na Internet. Lisboa: Editorial "Avante!", 1997. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>

MARX, Karl; ENGELS. O Capital. José Braz para Arquivo Marxista na Internet. Moscovo-Lisboa: Editorial "Avante!", 1990. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

DURKHEIM, Émile. O suicídio. Tradução de Mônica Stahel. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

Educação e Tecnologia

Carga horária: 45 horas

Ementa:

As TICs na sociedade e em sua história, com ênfase nos aspectos contemporâneos das mídias digitais e sua utilização na produção de recursos didáticos tanto por professores como por seus alunos. O conceito de cibercultura (cultura contemporânea específica dos meios digitais) e o planeta conectado através dos artefatos digitais. Histórico das TICs. As diferentes fases das tecnologias digitais e os conceitos de participação, intervenção, colaboração, co-autoria, interatividade. O alfabetismo informacional e as TICs na produção de conhecimento: busca, seleção, produção e divulgação. Os novos letramentos com as TICs digitais. O professor como consumidor de mídias. O professor como produtor de mídias para e com seus alunos: autoria digital, recursos educacionais abertos, remixagem, crítica dos conteúdos. As tecnologias, em especial as de configuração digital, na educação de surdos. Os materiais educacionais e as questões de acessibilidade comunicacional.

Conteúdo Programático:

1. Tecnologia e sociedade;

- 1.1. Histórico das tecnologias de informação e comunicação até o momento contemporâneo com as mídias digitais;
- 1.2. Utopias e distopias sobre as tecnologias;
- 1.3. Discussão sobre a tecnologia, consumo e produção;
- 1.4. Características da cibercultura no nosso tempo;

2. Cibercultura e Educação;

- 2.1. O professor e o que muda em sua docência com as tecnologias;
- 2.2. Alfabetização informacional e letramento digital;
- 2.3. Acesso a utilização de mídias digitais na construção de conhecimento.

3. Tecnologia e educação de surdos;

- 3.1. Questões básicas da educação de surdos;
- 3.2. Materiais educacionais e acessibilidade comunicacional;
- 3.3. Educação de surdos e as tecnologias educacionais da atualidade.

Objetivos:

- Situar o aluno quanto ao momento histórico contemporâneo das TICs através de um breve histórico;
- Diferenciar o ensino com mídias de massa clássicas do ensino com as mídias digitais online e personalizáveis;
- Relacionar as especificidades da educação de surdos com a potencialidade de uso de TICs;
- Compreender a nova forma de se lidar com as informações no mundo atual;
- Reconhecer o novo papel do professor frente às mudanças tecnológicas.

Bibliografia:

ARCOVERDE, R. D. de L. Tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos. Cadernos Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 251-267, maio/ago. 2006.

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/XxVb7nrhMqFKwVPJbZyp4Qg/?format=pdf>

BALADELI, A. P. D.; BARROS, M. S. F.; ALTOÉ, A. Desafios para o professor na sociedade da informação. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 155-165, jul/set. 2012. <https://www.scielo.br/j/er/a/nsRDLKVKrDnDm6RQckRscDb/?format=pdf&lang=pt>

CHALHUB, T.; RIBEIRO, T. O que é Tecnologia: sociedade e o uso dos aparatos tecnológicos. Versão Vídeo em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2018.

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1278>

CHALHUB, T.; RIBEIRO, T. Tecnologias e educação de surdos. Versão em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2018. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/778>

CHALHUB, T. Educação de surdos e acessibilidade. Versão em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2018. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/778>

MORAN, J. M. A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora. Contrapontos, v. 4, n. 2, p. 347-356, maio/ago. 2004. Disponível em:

<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/785/642>

RIBEIRO, T. S. As novas tecnologias e o professor: como melhorar essa relação? In: MORAES, M. (Org.). Questões da educação. Rio de Janeiro: iVentura, 2016.
<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1279>

RIBEIRO, T.; CHALHUB, T. O que é cibercultura? Rio de Janeiro: INES, 2017.
<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1279>

SANTOS, E. A informática na educação antes e depois da Web 2.0: relatos de uma docente-pesquisadora. In: RANGEL, M.; FREIRE, W. (Org.). Ensino-aprendizagem e comunicação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010, p. 107-129.
<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1279>

SALTO para o futuro. Cibercultura: o que muda na educação. Ano XXI, n. 3, abr. 2011. Disponível em: < <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/212448cibercultura.pdf> > .

SANTAELLA, L. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? Revista de Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia | 55 Computação e Tecnologia PUC-SP, v. 2, n. 1, p. 17-22, out. 2010. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1278>

SANTAELLA, L. Desafios da ubiquidade para a educação. Revista Ensino Superior Unicamp, v. 9, p. 19-28, 2013. Disponível em:
<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao>

SILVA, M. Cibercultura e educação: a comunicação na sala de aula presencial e online. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 37, p. 69-74, dez. 2008. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4802>

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação e Sociedade. Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002.
<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>

Bibliografia Complementar:

AMORIM, M. L. C. Evolução de tecnologia assistiva para surdos no Brasil e no mundo. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012, p. 245-264.

LÉVY, P. Cibercultura. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LEMONS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Org.). Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003; p. 11-23. Disponível em: <http://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/cibercultura.pdf>

Filosofia e Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Refletir sobre o debate filosófico enquanto tradição de reflexão sobre o mundo, o homem e o conhecimento. Discussão das relações de diferentes correntes filosóficas com a educação. Discussão do papel da filosofia nos processos educacionais como fonte de reflexão crítica e pensamento autônomo.

Múltiplas abordagens da educação. Relações de saber-poder em Foucault: subjetivação e governamentalidade.

Objetivos:

- Possibilitar ao futuro professor conhecimento a respeito das contribuições do debate filosófico a respeito das ideias pedagógicas e das concepções do ensino/aprendizado e conhecimento;
- Oferecer ao futuro professor uma introdução a reflexão filosófica que compõe o ideário do mundo moderno ocidental;
- Fomentar o pensamento crítico e a capacidade de refletir de forma autônoma sobre as implicações filosóficas da prática docente.

Conteúdo Programático:

1. A filosofia em Sócrates e seu papel no mundo atual;
2. O debate Platão – Aristóteles acerca do caminho para a verdade;
3. O ceticismo de Sexto e a resposta cartesiana;
4. Locke e Rousseau: aprendizado, natureza e sociedade.
5. A dialética marxista como materialismo histórico

Bibliografia:

ARISTÓTELES. A política. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DESCARTES, R. Meditações. 3.ed Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. Ed. Bertrand Brasil,

LOCKE Draft A. Première esquisse de l'Essai philosophique concernant l'entendement humain. Trad. M. Delbourg-Delphis. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1974.

PLATÃO. A República. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

PLATÃO. Mênon. Lisboa: Colibri, 2002.

ROUSSEAU, J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ São Paulo: Editora Ática, 1989.

ROUSSEAU. Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SEXTO EMPÍRICO. Outlines of Pyrrhonism. Trad. R. G. Bury. Cambridge, MS: Harvard University Press, 1933. (Loeb Classical Library) Engels, Friedrich; MARX, Karl. O manifesto comunista. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

Estágio I: Fazeres Pedagógicos

Carga horária: 30 horas

Ementa:

O estágio curricular supervisionado como campo do conhecimento. Observação do espaço físico, do papel dos sujeitos no espaço da escola e do projeto político pedagógico da escola.

Objetivos:

- Investigar o processo educativo por meio da observação, de entrevistas e questionários;
- Observar o cotidiano escolar e analisar o trabalho pedagógico desenvolvido, assim como o projeto da instituição;
- Identificar e analisar práticas pedagógicas voltadas à educação de surdos/as.

Conteúdo Programático:

1. Observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos: quais espaços estão, de fato, disponíveis para os alunos usarem? O espaço atende ao número de alunos? Há acessibilidade (arquitetônica/respeito a diversidade de orientação sexual nos banheiros) em todos os espaços? Como estão organizados os mobiliários? Quais são os recursos pedagógicos disponíveis nos diversos espaços?

2. Conversas e/ou entrevistas com membros da equipe (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.): quais são os projetos complementares ofertados à comunidade? Como é a relação da escola com as famílias? Como são tomadas as decisões internas da escola (de forma colegiada ou de forma técnica) / Há parcerias com instituições culturais ou outras?

3. Leitura do Projeto Político-Pedagógico ou de planos de aula – análise da relação Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia | 131 entre este e a prática pedagógica.

Bibliografia:

PEREIRA, A. et al. O estágio curricular supervisionado como campo de conhecimento: concepções e tendências investigativas. 2010.

PIMENTA, S. P.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

Segundo período

Libras II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Sintaxe I: Introdução aos estudos. Estrutura Gramatical. Constituição da ordem frasal e análise de construções frasais. Tipos de frases. Análise dos tipos de verbos na Libras, incluindo verbos simples, com concordância verbal (pessoa e local) e espaciais. Descrição Imagética I: Introdução ao estudo. Uso de Classificadores e expressões faciais e corporais. Produção e compreensão de narrativas em Libras, considerando aspectos linguísticos e culturais no contexto bilíngue.

Objetivos:

- Compreender os fundamentos da sintaxe da Libras
- Analisar a estrutura da gramática em contextos diferentes.
- Reconhecer e aplicar o uso de classificadores e expressões não manuais na construção de sentenças.
- Explorar o uso da descrição imagética como recurso linguístico.
- Reconhecer e utilizar diferentes tipos de verbos na Libras.
- Ampliar o repertório linguístico e o vocabulário em Libras.
- Produzir e interpretar textos e narrativas em Libras.

Conteúdo Programático:

1. Introdução aos Estudos da Sintaxe de Libras
2. Estruturação de frases e ordem dos constituintes (SVO)
3. Tipos de frases na Libras.: afirmação, negação, interrogação e exclamação.
4. Tipos de Verbos na Libras: simples, com concordância verbal (pessoa, local) e espaciais.
5. Descrição Imagética I
6. Produção e análise de narrativas visuo-espaciais em Libras.

Bibliografia:

KARNOPP, Lodenir. Fonética e Fonologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. Possíveis encontros entre cultura surda, ensino e linguística.

QUADROS, Ronice Müller de (org.). Estudos Surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2006, p. 216-251.

BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FINAU, Rossana. As marcas linguísticas para as categorias tempo e aspecto na LIBRAS.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (orgs.). Estudos Surdos IV. Petrópolis: Arara Azul, 2009, p. 112-123.

VIOTTI, E. C. Introdução aos Estudos Linguísticos. Florianópolis: UFSC, 2008.

Língua Portuguesa II (Surdos)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Gêneros textuais acadêmicos: Fichamento e Resumo/Abstract (textos em Libras e em Português escrito). Características estruturais e linguísticas dos gêneros textuais Resumo/Abstract. Suportes e plataformas digitais que disponibilizam textos acadêmicos para consultas e pesquisas. Estrutura de orações e frases em português escrito presentes nos textos trabalhados. Regência verbal

Objetivos:

- Ler e produzir fichamento e resumo;
- Fazer buscas em plataformas e suportes digitais que disponibilizam textos acadêmicos para
- consultas e pesquisas;
- Identificar as características do gênero textual fichamento, resumo/abstract;
- Utilizar a linguagem formal nas produções escritas e em Libras
- Trabalhar as estruturas frasais da língua portuguesa nos textos lidos, escritos e
- reescritos.
- Exercitar regência verbal

Conteúdo Programático:

- Gêneros textuais: Fichamento, Resumo/ Abstract (textos em Libras e em Português escrito).
- Características estruturais e linguísticas dos gêneros textuais trabalhados Resumo/abstract.
- Pesquisa em plataformas digitais como o Google acadêmico.
- Estrutura da oração em LP e em Libras.
- Regência verbal.
- Identificar, em Libras e em português escrito marcas de linguagem formal nos gêneros textuais
- Fichamento e Resumo

Bibliografia:

BRASILEIRO, A. M. M. Manual de Produção de Textos Acadêmicos e Científicos. São Paulo: Atlas Editora, 2021.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2008a. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em 18 jan 2015.

CRUZ, O. M. S. S. Construção do parágrafo e tópico frasal. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1303/5/unidade%204%20-%20texto%202%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20par%C3%A1grafo%20e%20t%C3%B3pico%20frasal.doc.pdf>.

CRUZ, O. M. S. S. Gênero textual resumo. Disponível em: http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/852/7/Texto_complementar_resumo__uni_2.pdf

CRUZ, O. M. S. S. SANTOS, P. T. R. Leitura Fácil: Da teoria à prática, diretrizes em língua portuguesa para o ensino a estudantes surdos. Curitiba: CRV Editora, 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view.

MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

SEVERINO A. J. Metodologia do trabalho científico. 21.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar:

CRUZ, O. M. S. S. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes da educação básica e do ensino superior [livro eletrônico]: caderno V. [et al.]. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação; DIPEBS; SEMESP; MEC, 2021. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/00CADERNOVEnsinoSuperiorISBN2906.pdf.

Língua Portuguesa II (ouvintes)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Recursos coesivos: retomada, antecipação e ligação de segmentos do texto. Encadeamento de ideias entre parágrafos de textos de diferentes tipos. Leitura e produção textual. Informações implícitas e explícitas. Tipos de argumento. Estratégias argumentativas em diferentes gêneros textuais (impressos e WEB). Resenha acadêmica.

Objetivos:

- Definir o que é um texto, tanto verbal quanto não verbal;
- Identificar elementos da prática pedagógica das escolas que contribuem para o ensino da escrita de textos, bem como aqueles que denotam falhas nesse processo;
- Descrever características que definem as diferenças entre os textos verbais e os não verbais, incluindo expressões corporais;
- Demonstrar compreensão acerca dos conceitos de intertextualidade;
- Coletar e interpretar informações implícitas e explícitas em textos, sejam eles verbais ou não verbais;
- Desenvolver (mesmo que superficialmente) estratégias didáticas para o ensino de língua portuguesa nos dias atuais;
- Desenvolver textos argumentativos condizentes com o contexto;
- Realizar anotações pertinentes acerca dos principais conceitos destacados;
- Desenvolver resenhas;
- Identificar a estrutura básica de um texto acadêmico;
- Descrever as principais características do texto acadêmico;
- Desenvolver um texto formal de maneira clara e objetiva.

Conteúdo Programático:

1. O que é um texto?;
2. Informações implícitas e explícitas no texto;
3. Tipos de textos argumentativos | Resenha acadêmica;
4. Texto acadêmico.

Bibliografia:

ASSIS, Machado de. A carteira, A estação, 1884. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000169.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação. DIONISIO, Angela Paiva; HOFNAGEL Judith Chambliss (orgs); Judith Chambliss Hoffnagel (Tradução). 2.ed. Recife: Pipa Comunicação, Campina Grande: EDUFCG, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cgiHR>. Acesso em: 20 out. 2023.

BORBA, Valquíria C. Machado. O papel da interação entre a instrução implícita e explícita na produção textual de contos de assombração. Tese de Doutorado. Maceió: PPGL/UFAL, 2009. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/535/1/Tese_ValquíriaClaudeteMachadoBorba_2009_Completa.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

CINE Chaves. Mas Porque Não | Chaves. Youtube, 19 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sMYqeTPkbV0>. Acesso em: 18 out. 2023.

COUTO, Mia. A morte, o tempo e o velho. In: _____. Na berma de nenhuma estrada. 2ª ed.. Editorial Caminho SA: Lisboa, 2001. Disponível em: <https://paginas.fe.up.pt/~em99106/B4C05D53-05BE-4D7B-8F84-93081D3DE05A/O%20meu%20Blog/26B00E38-095F-4F82-AD72-7261ED264153.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

_____. O menino no sapatinho. In: _____. Na berma de nenhuma estrada. 2ª ed.. Editorial Caminho SA: Lisboa, 2001. Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2015/06/mia-couto-o-menino-no-sapatinho.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

NASCIMENTO, Anderson Ulisses. Gêneros argumentativos, Educação. Português. Aulas expositivas, debates, trabalhos individuais e em grupo, sempre explorando a pesquisa acadêmica como principal meio. Disponível em: <http://educacao.globo.com/portugues/assunto/estudo-do-texto/generos-argumentativos.html>. Acesso em: 01 fev. 2018.

PIXAR. La Luna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UD3NN1qDrhM>. Acesso em: 17 mai. 2019.

RIBEIRO, Tiago da Silva. Língua Portuguesa para Ouvintes 3: Falhas argumentativas – como trabalhar o texto escrito com os alunos na atualidade?. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/814>. Acesso em: 18 out. 2023.

_____. Língua Portuguesa para Ouvintes 3: Trabalho com intertextualidade – importância das diversas linguagens na comunicação – informações implícitas e explícitas no texto. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/807>. Acesso em: 18 out. 2023.

_____. Língua Portuguesa para Ouvintes 3: Tipos de textos argumentativos. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/823>. Acesso em: 18 out. 2023.

ROSA, João Guimarães. “A terceira margem do rio”. In: _____. Ficção completa: volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 409-413. Disponível em: https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/Textos-e-Material-de-Apoio---4%C2%BA-Ano---Literatura---Gabrielle-n_5ee0d32b36f91.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Elaine Brito. O que é um texto? Disponível em: <http://educacao.globo.com/portugues/assunto/estudo-do-texto/o-que-e-um-texto.html>. Acesso em: 15 mai. 2017.

VERISSIMO, Luiz Fernando. A bola. In: _____. Comédias para se ler na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017. Disponível em: https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/texto/a-bola/index.html. Acesso em: 20 out. 2023.

Psicologia e Educação I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Ciência, senso comum e Psicologia como ciência. Os objetos da Psicologia. Especificidades da relação entre a Psicologia e a Educação. Escolas da Psicologia em interface com a Educação: Behaviorismo, Gestaltismo e Psicanálise. A relação entre ensino aprendizagem a partir das contribuições de Jean Piaget, Henri Wallon e Lev Vigotski e a relação com estudos sobre surdez. Articulação teórico-prática das concepções sobre conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento

Objetivos:

- Identificar a Psicologia como ciência e as especificidades em relação à Educação
- Reconhecer as Escolas da Psicologia que dialogam com a Educação. Gestaltismo, Behaviorismo e Psicanálise
- Compreender as contribuições de Jean Piaget e Lev Vigotski para a Educação, introduzindo as orientações para a educação de pessoas surdas

Conteúdo Programático:

1. A Psicologia como ciência e seus objetos.
2. As Escolas da Psicologia e a Educação
3. Jean Piaget e Lev Vigotski : concepções teóricas em Psicologia e Educação

Bibliografia:

BOCK, Ana Mercês B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001 (Capítulos 1, 2, 3, 4, 5)

COLINVAUX, Dominique. Piaget na terra de Lilliput: reflexões piagetianas sobre a educação. Revista Movimento da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, nº 1, maio, 2000.

GALVÃO, Izabel. Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LAGE, Aline Lima da S.; KELMAN, Celeste A.; TORRES, Maria Carmen Euler. Presença de Lev Vigotski nos estudos surdos brasileiros. In: FELIX, Gil; LAGE, Aline Lima da S. (Orgs.). Capitalismo e Surdez. 1ª ed. Bremen: El Tiple, 2021, v. 1, p. 151-181.

LAGE, Aline Lima da S. Freud e a Educação. In: Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES, Curso de Pedagogia. Disciplina Psicologia e Educação I. Rio de Janeiro: INES, 2021.

LAGE, Aline L. da S. Lev Vigotski e a Psicologia Histórico-Cultural [Documento PDF]. In: Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES, Curso de Pedagogia. Disciplina Psicologia e Educação I. Rio de Janeiro: INES. 2022.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

PRESTES, Zoia. A pedologia histórico-cultural de Vigotski: um projeto revolucionário. In: Veresk – Cadernos Acadêmicos Internacionais Estudos sobre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski. Brasília: UniCEUB, 2017. p. 63-74.

TORRES, Maria Carmen Euler. Piaget e Vigotski: contribuições para a educação. In: INES, Curso de Pedagogia – Licenciatura (EAD) Disciplinas Psicologia 1 e 2. Rio de Janeiro: INES, 2018.

TORRES, Maria Carmen Euler. As relações professor-aluno: reflexões sobre afetividade na escola. In: INES, Curso de Pedagogia – Licenciatura EAD, Disciplina Psicologia 2. Rio de Janeiro: INES, 2019.

TORRES, Maria Carmen Euler. A história de uma Psicologia partida e alguns efeitos na prática educativa. In: INES. Curso de Pedagogia - Licenciatura (EAD). INES, 2018.

TORRES, Maria Carmen Euler. A Gestalt e a prática educativa In: INES. Curso de Pedagogia - Licenciatura (EAD). INES, 2018.

VIGOTSKI, L.S. Formação social da mente, [tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche] São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Concepções Sobre Infância

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estudos sobre criança e cultura, sobre concepções de criança, infância e sociedade e sobre relações entre essas concepções e o atendimento social e educacional destinado às crianças. A transformação dos conceitos de criança e infância ao longo da História do Brasil. Repercussões desse processo na educação de crianças surdas e ouvintes no nosso país.

Objetivos:

- Estabelecer relações entre cultura e criança, encarando a infância como uma construção social;

- Analisar as diferentes fases do atendimento social e educacional oferecido às crianças brasileiras ao longo da História ;
- Identificar as transformações no campo da educação para a infância, entendendo-as como um processo de conquistas marcado por tensões, avanços e conflitos no que concerne às políticas públicas para a educação de surdos e de ouvintes.

Conteúdo programático:

1. Conceito de infância: uma construção social
2. Criança: adulto pequeno (Idade Média, Europa Ocidental)
3. Criança: ser frágil, incompleto e influenciável (Idade Moderna, Europa Ocidental)
4. Criança indígena: lugar central na família e na comunidade (Brasil, período do Descobrimento)
5. Criança indígena: objeto de catequização (Brasil colonial)
6. Criança branca: futuro dirigente da Colônia
7. Criança negra: pequeno escravo
8. Criança enjeitada, desvalida e delinquente.
9. Criança: objeto da medicina e da higiene (Movimento Higienista)
10. Criança cidadã

Bibliografia:

ARIÊS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
 DONZELOT, J. A polícia das famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhaon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
 FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. Educação Jesuítica e Crianças Negras no Brasil Colonial.

Disponível em:

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/007_armilio_e_marisa.pdf

KRAMER, S. Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2000.
 KUHLMANN JR, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEITE FILHO, A; GARCIA, R. L. (Org.). Proposições para uma educação infantil cidadã.
 In:

LEITE FILHO, A.; GARCIA, R. L. Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: Dp&a, 2001. p. 10-40.

MALTA, C. et al. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MANDELBLATT, J. A Produção do Conceito de Infância: Aspectos Sociais e Históricos. 1ª parte: Idade Média. (mimeo)

_____. A Produção do Conceito de Infância: Aspectos Sociais e Históricos. 2ª parte: A passagem para a Idade Moderna e o despontar do sentimento de infância. (mimeo)

_____. O atendimento à infância no Brasil até o século XIX. 1ª parte: O atendimento educacional. (mimeo)

_____. O atendimento à infância no Brasil até o século XIX. 2ª parte: A assistência aos pobres, órfãos e enjeitados. (mimeo)

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. 2.ed, São Paulo: Cortez, 1999.

MOREIRA, V. M. Caridade, Filantropia e Políticas Públicas: as concepções acerca da assistência social à infância na Bahia entre os séculos XIX E XX. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307064507_ARQUIVO_Caridade,filantropiaepoliticaspUBLICAS.pdf

MUNIZ, L. Naturalmente Criança: a educação infantil de uma perspectiva sociocultural. IN: KRAMER, S.; LEITE, M. I.; NUNES, M. F.; GUIMARÃES, D. Infância e Educação Infantil. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 243-268. Disponível em: <http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/wp-content/uploads/2013/03/V.-39-n.01-2013-Livro-1.pdf>

RUSSELL-WOOD. A. J. R. Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, R. M. C. Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Província do Piauí: história de uma instituição educativa. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.615.pdf>

SIQUEIRA, F. G. R.; RUCKSTADTER, F. M. M. Os Jesuítas e a Educação dos Índios nas Cartas de Manoel da Nóbrega (1517-1570). Disponível em: [http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/5/artigo_eixo5_340_1410811089.p df](http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/5/artigo_eixo5_340_1410811089.pdf)

VENÂNCIO, R. P. Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394), de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 e o art. 18 da Lei nº 10.098. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

Antropologia e Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

O conceito de Cultura e suas diversas dimensões: como organização de significados, percepção do mundo e campo de lutas. Os usos do conceito de cultura no mundo contemporâneo. Relações étnico-raciais e perspectivas histórico-sociais da cultura afro-brasileira. Relações entre cultura, significação, identidade e poder. Estudo dos métodos de investigação típicos da antropologia contemporânea e sua apropriação pela educação.

Objetivos:

- Apresentar as diversas tradições antropológicas;
- Debater questões sobre Cultura e Sociedade;
- Analisar a perspectiva teórico-metodológica da antropologia e suas implicações para o campo da Educação.

Conteúdo programático:

1. Cultura e sociedade; 2. Cultura e Educação; 3. Diversidade cultural, Relativismo e Etnocentrismo; 4. Métodos de pesquisa na antropologia; 5. Cultura, Significação, Identidade e poder. 6. Culturas e identidades Surdas em debate

Bibliografia:

DA MATTA, R. (1986) “Você tem Cultura?” in Explorações: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco

MAGNANI, J.G.C. (2012) “No mundo dos surdos” in Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana”. São Paulo: Terceiro Nome/FAPESP.

LARAIA, R. B. (1995) Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MELLO, A.G. (2019) A caridade de Michelle Bolsonaro e o surdonacionalismo pentecostal como projeto de governo.
<https://catarininas.info/a-caridade-de-michelle-bolsonaro-e-o-surdonacionalismo-pentecostal-como-projeto-de-governo/>

MINER, H. 1956. O Ritual do Corpo entre os Sonacirema. (mimeo).
http://www.hortaviva.com.br/midioteca/bg_artigos/msg_ler.asp?ID_MSG=145

SANTANA, A. P. E BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005.
<https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/abstract/?lang=pt>

SILVA, C.A.A. Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença in Silva, T. T. (Org.) et ali. Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VELHO, G. E VIVEIROS DE CASTRO, E. B. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas” in Artefato: Jornal de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 1978.

TORRES, F.T., MAZZONI, A. A. E MELLO, A.G. (2007) Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. Educação E Pesquisa, 33(2), 369–386.
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000200013>

Bibliografia Complementar:

BHABHA, H. O local da cultura. 3.ed. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2007.

GEERTZ, C. Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, S. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HALL, S. (2006) Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A ,2006.

SKLIAR, Carlos (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SILVA, T. T. (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SILVA, T. T.(org..) Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Mídias Digitais e Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Mídia-educação e seus momentos históricos (séc. XX e XXI): fase inoculatória, fase da leitura crítica das mídias e fase ideológica; os protocolos moral, cultural e mediático segundo a educomunicação; os 4 conceitos-chave da mídia-educação: linguagem, audiências, instituições de mídia, representação; a proposta da crítica e da produção midiática escolar com, sobre e através dos meios; apresentação do conceito de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) criado pela Unesco; o letramento midiático/informacional e seus subtipos segundo a AMI; o modelo emissor-mensagem-receptor e a recepção ativa; leitura crítica das mídias e a codificação e decodificação de mensagens; posição hegemônica, código negociado e código de oposição; definição inicial sobre alfabetismo visual / letramento visual como prioridade para a educação de surdos; noções de gramática visual na produção de objetos digitais para surdos; compreensão dos princípios básicos do design gráfico: proximidade, alinhamento, repetição, contraste e tipografia; escolha de uma das práticas de criação de produtos midiáticos visuais e digitais para surdos (imagem estática, fotografia e infografia, ou em movimento, curta-metragem e animação); noções básicas da linguagem midiática escolhida (fotografia, ou cinema, ou infografia); técnicas de criação midiática digital usando softwares de criação/editoração no computador e em dispositivos móveis; noções básicas de criação de roteiro/planejamento para produtos de mídias digitais; desenvolvimento de um produto midiático digital para a educação de surdos.

Objetivos:

- Apresentar a mídia-educação enquanto campo de conhecimento e sua breve história e fases.
- Compreender o papel da gramática visual e do alfabetismo visual no contexto da educação midiática (letramento midiático e informacional) e da educação de surdos.
- Desenvolver um projeto/roteiro visando criar um produto midiático digital para a educação de surdos escolhendo entre produtos com imagem estática ou com imagem em movimento.

Conteúdo Programático:

1. Apresentação da disciplina e formação dos grupos.
2. Introdução sobre o campo de estudos da mídia-educação e a noção de letramento visual/midiático.
3. Compreensão dos princípios básicos de design com exercícios conjuntos em aula.
4. Escolha do conteúdo do produto midiático digital usando a BNCC como disparador do projeto.
5. Estudo da linguagem midiática escolhida (fotografia ou cinema ou infografia).

6. Pesquisa de informações e escrita do planejamento do produto/roteiro de produção.
7. Produção do produto digital (editoração de imagem ou gravação/edição de vídeo).
8. Finalização do produto e apresentação final pelos grupos.

Bibliografia:

BOWEN, Hanna. Guia de fotografia para iniciantes. São Paulo: Editora Europa, 2013.

DONDIS, D. A. Caráter e conteúdo do Alfabetismo Visual. In: Sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEBORG, Christian. Gramática visual. São Paulo: Gustavo Gili, 2015 [2004].

MOLETTA, A. Criação de curta-metragem em vídeo digital. 3. ed. São Paulo: Summus, 2009.

ROSADO, Alexandre; TAVEIRA, Cristiane. Gramática Visual para os vídeos digitais em línguas de sinais. Rio de Janeiro: INES, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZEtoDHMs51aamN8woSVfKEA8GbS1_NVK/view

SANTAELLA, Lucia. Introdução. In: Leitura de imagens. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012, p. 9-24.

WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual. São Paulo: Callis, 1995.

Bibliografia Complementar:

ARNHEIM, Rudolf. (1992 [1954, 1974]). Arte & percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo, SP: Livraria Pioneira.

AUMONT, Jacques. A imagem. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

JOLY, Martine. Introdução à análise de imagem. Campinas: Papirus Editora: 2012.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Aprendendo "a ler" com outros olhos: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Cadernos de Educação (UFPel), 36, 2010, p. 175-196.

MCSILL, J.; SCHUCK, A. Cinema: roteiro. São Paulo: DVS Editora, 2016.

MITCHELL, William John Thomas. Iconology: Image, Text, Ideology. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 1986.

MITCHELL, William John Thomas. The pictorial turn. Artforum, v. 30, n. 7, p. 89-94, 1992. Disponível em: < <https://www.artforum.com/features/the-pictorial-turn-203612/>>. Acesso em: 01.04.2024.

ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; SOUSA, Alexandre de Melo; NEJM, Vivian Castelo Baltar. A produção de vídeo no contexto da surdez: relato de uma experiência mídia-educativa na disciplina TICs do curso bilíngue de Pedagogia do INES. Revista Espaço, n. 48, jul./dez. 2017, p. 197-217.

ROSE, Gillian. Visual Methodologies: an introduction to the interpretation of Visual Materials. Londres: SAGE Publications Ltd, 2007.

SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, mai./ago. 2006, p. 451-472.

TAVEIRA, Cristiane Correia; ROSADO, Luiz Alexandre da Silva. Monografar em Libras: buscando padrões de escrita em vídeo-registros acadêmicos. Revista Pesquisa Qualitativa, vol. 6, n. 12, dez. 2018, p. 498-529.

WATTS, H. On câmera: o curso de produção de filme e vídeo da BBC. São Paulo: Summus, 1990.

GRUPO EDUMÍDIAS. “Leitura de imagens: expandindo o conceito de leitura para além do texto”. 17 minutos. Disponível em: <https://youtu.be/nYOoSY1rBbA>

GRUPO EDUMÍDIAS. “Quanto de nós vêm? A necessidade do alfabetismo visual”. 32 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8hfkQbMwcvU>

GRUPO EDUMÍDIAS. “Elementos de uma gramática visual para vídeos em línguas de sinais”. 44 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n6_LV3g7j9o

História da Educação

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Discutir as instituições, as práticas e o pensamento pedagógico da antiguidade clássica na bacia do mediterrâneo. Refletir sobre a formação do mundo medieval e das instituições educacionais religiosas no mundo católico, ortodoxo e muçulmano. Refletir sobre a educação na modernidade, destacando as idéias de revolução, reforma e contra reforma no contexto da formação dos estados nacionais europeus e das guerras de colonização das américas e da África. Refletir sobre o papel da educação na construção do estado nacional brasileiro ao longo de suas diferentes formas: império, primeira e segunda repúblicas, incluindo o estado novo e nos períodos de governo militar e redemocratização.

Objetivos:

- Possibilitar um resgate do contexto geral da educação em cada período histórico: antiguidade, idade média e modernidade
- Compreender o processo de formação histórica da escola moderna.
- Conhecer o papel da escola na construção do Brasil moderno, destacando em especial as políticas educacionais ocorridas de 1930 até os dias atuais.
- Refletir de forma crítica sobre o papel da escola na construção das representações do passado, considerando seu papel político na manutenção e transformação do mundo atual.

Conteúdo Programático:

1. A educação na Antiguidade Clássica. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.
2. História da Educação na Idade Média. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.
3. O renascimento e a educação. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.
4. Reforma, Contra Reforma e Educação. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.
5. História da educação no Brasil Colônia. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

6. O iluminismo e a educação Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.
7. As reformas educacionais durante o estado Novo
8. A educação durante a ascensão e a queda dos governos militares

Bibliografia:

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 24, n. 84, p. 735-762, setembro 2003. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000300002>

BOTO, Carlota. ÉTICA E EDUCAÇÃO CLÁSSICA: VIRTUDE E FELICIDADE NO JUSTO MEIO. Educação & Sociedade, ano XXII, no 76, Outubro/2001.

<https://www.scielo.br/j/es/a/WxbXfd8Sbnnj9MGHnZn8qrP/?format=pdf&lang=pt>

BOTO, Carlota. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, dezembro 2003. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622003006100008>

LOPES, Sonia. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009 Cadernos de Pesquisa, v.39, n.137, p.597-619, maio/ago. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000200013>

MONTALVÃO, Sérgio. GUSTAVO CAPANEMA E O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: A INVENÇÃO DE UM LEGADO. Revista História da Educação (Online), 2021, v. 25. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/108349>

SANTIN, Rafael Henrique e OLIVEIRA, Terezinha. O modo e a ordem de conhecer na Suma Teológica de Tomás de Aquino: aspectos essenciais para a formação do mestre na universidade medieval. Pro-Posições, Campinas, V. 33, e20200064, 2022.

<https://www.scielo.br/j/pp/a/SmXDZ8rcWtNWSQTvmDcsRGg/?lang=pt>

JR FERREIRA, Amarílio. BITTAR, Marisa. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuítas do Brasil colonial. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/7Y3phsmDjDYH7Z878n9FPJj/>

RODRIGO, Lidia Maria. PLATÃO CONTRA AS PRETENSÕES EDUCATIVAS DA POESIA HOMÉRICA. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 523-539, maio/ago. 2006.

<http://www.cedes.unicamp.br/>

Bibliografia complementar:

ARANHA, M. L. de A. História da educação. São Paulo: Moderna, 1989.

GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1998, p. 230-266.

ROSA, M. G. A história da Educação através dos textos. São Paulo: Editora Cultrix, 2009.

MANACORDA, M. A. Educação da Educação. 12.ed. São Paulo: Cortes, 2006.

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.

Terceiro período

Libras III

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estudos Avançados de Sintaxe: estrutura de sentenças e organização gramatical. Semântica I: Introdução aos conceitos semânticos e ao significado na Libras. Pragmática I: Análise do uso da Libras em contextos comunicativos. Descrição Imagética avançada: Desenvoltura de habilidades descritivas.

Objetivos:

- Analisar a organização dos constituintes e a formação de sentenças.
- Utilizar sinais semânticos para interpretar e produzir significados. Reconhecer sinais semânticos no campo lexical e contextual.
- Explorar o uso do contexto sociocomunicativo;
- Reconhecer a polissemia e homonímia na Libras;
- Identificar sinonímia e antonímia na Libras
- Aprimorar a capacidade de descrição imagética através de classificadores na narrativa.
- Ampliar o sinalário e o vocabulário;
- Produzir o texto em Libras.

Conteúdo Programático:

Sintaxe II: Concordância verbal. Tipos de sentenças: declarativas, interrogativas e imperativas. Uso de classificadores na estrutura sintática.

Semântica I : Signo linguístico. Relações semânticas na Libras: Polissemia e Homonímia da LIBRAS. Sinonímia e Antonímia da Libra.

Pragmática: Uso de espaço e expressões faciais. Uso de sinais em contexto comunicativos e suas variações.

Descrição Imagética: Narrativas visuais, uso de classificadores e sinais não manuais e expressões faciais.

Produção textual em Libras: Textos que utilizam classificadores como anáfora e narrativas.

Bibliografia:

PIZZO, A. L.; REZENDE, P. L. F.; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais I.

Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/linguaBrasileiraDeSinaisI/assets/459/Texto_base.pdf

PIZZO, A. L.; CAMPELLO, A. R. S.; REZENDE, P. L. F.; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais III. Florianópolis: UFSC, 2009.

QUADROS, R; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.

VIOTTI, E. C. Introdução aos Estudos Linguísticos. Florianópolis: UFSC, 2008.

<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/morfologia/scos/cap30818/1.html> -

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/sociolinguistica/assets/547/TEXTO-BASE_Sociolinguistica.pdf

PATRÍCIA, Sandra. Regularidades e irregularidades no âmbito da realização e da significação: um olhar pragmático sobre a LIBRAS. In: I Congresso Nacional de Pesquisadores em Língua de Sinais, 2020. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/live/ndcgMw-zIzQ>>. Acesso em: 18/02/2025.

Língua Portuguesa III (surdos)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Ementa: Tipologia textual: exposição e argumentação. Tipos de argumentos. Gêneros textuais: artigo de opinião, abaixo-assinado, propagandas em geral, artigo acadêmico, campanhas públicas sobre temas variados, comentários críticos em redes sociais, entre outros. Gêneros acadêmicos: resenha e artigo. Estrutura frasal da Língua Portuguesa: períodos simples e compostos. Coesão e coerência.

Objetivos:

- Identificar textos expositivos e argumentativos;
- Analisar textos argumentativos com foco no ponto de vista e na argumentação;
- Identificar tipos de argumentos;
- Identificar argumentos favoráveis e contrários ao ponto de vista
- Produzir texto acadêmico: resenha acadêmica;
- Produzir texto argumentativo

Conteúdo Programático:

1. Diferença entre texto expositivo e argumentativo
2. Estrutura do texto argumentativo
3. Análise de textos argumentativos
4. Tipos de argumentos. Argumentos a favor da tese e contrários a tese (contra-argumentação).
5. Elementos coesivos e coerência

Bibliografia:

BRASILEIRO, A. M. M. Manual de Produção de Textos Acadêmicos e Científicos. São Paulo: Atlas Editora, 2021.

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

ALMEIDA, E. O. Crepaldi de. Leitura e Surdez: um estudo com adultos surdos não oralizados. Rio de Janeiro: Livraria e Editora RevinteR Ltda, 2000.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FINAU, R. Aquisição de escrita por alunos surdos: a categoria aspectual como um exemplo do processo. RBLA, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 935-956, 2014.

HANKS, W. F. Os gêneros do discurso em uma teoria da prática. In: HANKS, W. F. Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, M. C. da Cunha. O processo de referenciação na produção textual de adolescentes surdos. Revista Letras, Curitiba, n. 72, p. 115-132, maio/ago. 2007.

FERNANDES, S. Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2006.

PEREIRA, M. C. C. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, A. C. B. et al. Letramento e minorias. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2002. cap. 4.

Língua Portuguesa III (ouvintes)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Texto argumentativo e expositivo. Escrita acadêmica: apresentações, resumos de artigos, palavras-chave. Novas formas de escrita coletiva: o texto on-line. Submissões de textos a revistas de divulgação de diferentes áreas do conhecimento, propostas e estratégias. Intertextualidade e autoria. A escrita da monografia.

Objetivos:

- Identificar características da linguagem formal e da linguagem informal;
- Reconhecer a importância da comprovação de fatos com base em dados reais;
- Apontar os papéis do pesquisador no trabalho científico;
- Construir textos com autoria própria;
- Criar estratégias para organização da escrita coletiva;
- Buscar recursos para enriquecer trabalhos escritos digitalmente;
- Reconhecer as normas que regem os diferentes tipos de textos acadêmicos;
- Desenvolver textos em linguagem acadêmica;
- Propor novas formas de divulgação do texto científico a partir dos gêneros textuais digitais;
- Escrever adequadamente um texto científico;
- Organizar um artigo individualmente;

Conteúdo Programático:

1. Escrita diária e acadêmica: os níveis de formalidade da língua;
2. Argumentação na produção acadêmica;
3. A estrutura de um trabalho acadêmico;

4. O texto acadêmico na prática.

Bibliografia:

- A VIDA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oQc1eF9iKMM>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- AQUINO, Ana Márcia Ruas de et al. Discursos da informação em (re)formulação na atualidade: o universo midiático construído na era das fake news e da pós verdade, Rehutec, 2018. Disponível em <http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehutec/article/view/380/239>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (orgs.). Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011, v.2. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf>. Acesso em 23 jul. 2019.
- CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier; MEL-CYTED, Red. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(12):3041-3050, dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/25.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2015.
- CASTILHO, Wagner Francisco et al. Escrita coletiva: cabeças distantes, conhecimentos articulados. Disponível: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/55200765836PM.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2015.
- DEL PIERO, Maycon. Como encontrar uma revista científica para publicar o seu artigo. YouTube, 21 mar. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v_CsP-j4FmI. Acesso em: 23 jul. 2019.
- FERRAMENTA de construção da referência bibliográfica. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- Aulas expositivas, debates, trabalhos individuais e em grupo, sempre explorando a pesquisa acadêmica como principal meio.
- MOTTA-ROTH, D. & HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/616100351/PRODUCAO-TEXTUAL-NA-UNIVERSIDADE-MOTTA-ROTH-E-HENDGES-2010-3>. Acesso em: 20 out. 2023.
- RIBEIRO, Tiago da Silva. Língua Portuguesa para Ouvintes IV: A estrutura de um trabalho acadêmico 3. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/858>. Acesso em: 19 out. 2023.
- _____. Língua Portuguesa para Ouvintes IV: O texto acadêmico na prática 4. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1021>. Acesso em: 19 out. 2023.
- _____. Língua Portuguesa para Ouvintes IV: Argumentação na produção acadêmica 2. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/848>. Acesso em: 19 out. 2023.
- _____. Língua Portuguesa para Ouvintes IV: Escrita diária e acadêmica: os níveis de formalidade da língua 1. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019.

Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/845>. Acesso em: 19 out. 2023.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação e sociedade. Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

SPINAK, E. Ética editorial e o problema do autoplágio [online]. SciELO em Perspectiva, 2013. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/11/11/etica-editorial-e-o-problema-do-autoplágio/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

TV JUSTIÇA. Fórum: plágio acadêmico. YouTube, 14 out. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tLGO5pmA7EE>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Psicologia e Educação II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Avaliação crítica da atuação da Psicologia na Educação ao longo da história. Contribuição sócio-política da Psicologia na prática escolar. O processo ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno. Questões contemporâneas sobre a infância e adolescência no contexto escolar. A produção do fracasso escolar e o processo de medicalização da Educação. Construção de sua subjetividade e a Educação de Surdos.

Objetivos:

- Apresentar e avaliar criticamente a atuação da Psicologia na Educação ao longo da história
- Reconhecer a implicação da relação professor-aluno no processo ensino aprendizagem
- Identificar questões contemporâneas que atravessam o processo de escolarização
- Compreender a produção do fracasso escolar e a medicalização na Educação
- Reconhecer as contribuições da Psicologia para a Educação e a construção de subjetividade dos sujeitos surdos.

Conteúdo Programático:

1. Psicologia na Educação ao longo da história: avaliação crítica
2. Implicações da relação professor-aluno no processo ensino aprendizagem
3. Questões contemporâneas sobre a infância e adolescência no contexto escolar
4. A produção do fracasso escolar e o processo de medicalização na educação
5. A psicologia e a subjetividade da pessoa surda
6. Contribuições da psicologia para a educação dos sujeitos surdos

Bibliografia:

BOCK, Ana Mercês B; RECHTMAN, Raizel; SANTOS, Luane Neves; TOLEDO, Rodrigo. Psicologia Sócio-Histórica, compromisso social e formação crítica em psicologia:

entrelaçamentos históricos In: BOCK, Ana Mercês B.; ROSA, Eliza Z.; GONÇALVES, M Graça M.; AGUIAR, Wanda M.J. (Orgs.) Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022, p. 215-230.

BISOL, Claudia; SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. Psicologia: Teoria e Pesquisa, jan.-mar. 2010, v. 26, n. 1, p. 7-13.

HARPER, Babbete; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel D.; OLIVEIRA, Rosiska D. Cuidado, escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LAGE, Aline L. da S.; KELMAN, Celeste A. Medicalização e educação de surdos: o caso do INES por professores e alunos. Práxis Educacional, [S.l.], v. 15, n. 36, p. 19-42, dez. 2019.

MOYSES, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília Azevedo L. Mais de um século de patologização da educação. Revista Fórum: Diálogos em Psicologia, ano 1, n. 1, Ourinhos/SP, 2014.

PATTO, Maria Helena S. A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010.

REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza F. Medicalização da surdez. In: VIÉGAS, Lygia de S., OLIVEIRA, Elaine Cristina de; MESSEDER NETO, Hélio da Silva (Orgs.) Existirmos, a que será que se destina? Medicalização da vida e formas de resistência. Salvador : EDUFBA, 2023. 283, p. 91-97.

SANTANA, Claudia da Costa Guimarães; GONÇALVES, Lucas Rocha. Educação, Patologização e Medicalização: é possível quebrar essa corrente?. Educação em Foco, [S. l.], 2019, p. 827-848.

TORRES, Maria Carmen Euler (resumo adaptado) de PATTO, Maria Helena de S. Raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar: o triunfo de uma classe e sua visão de mundo. In: A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

VIGOTSKI, L.S. Formação social da mente. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Didática

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Conhecimento e aprendizagem. Educação, Pedagogia e Didática. Planejamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem. Abordagens pedagógicas e práticas na educação de surdos. A escola bilíngue como espaço de encontro intercultural. Estratégias pedagógicas e perspectiva intercultural. Protagonismo surdo na educação intercultural. Os surdos e a dimensão visual na construção de conhecimentos. A surdez como diferença linguística e cultural.

Objetivos:

- Compreender os campos da Educação, Pedagogia e Didática e suas interfaces;

- Identificar as diferenças entre as Tendências Pedagógicas; - Comparar e aplicar diversos
- tipos e recursos de aula; - Analisar as abordagens pedagógicas e suas relações com
- experiências bilíngues para surdos;
- Identificar e analisar componentes das práticas pedagógicas: planejamentos, processos avaliativos da aprendizagem e suas respectivas aplicabilidades;
- Incentivar o debate conceitual sobre formação docente e a perspectiva de uma educação bilíngue;
- Analisar criticamente a ação pedagógica buscando identificar seus pontos críticos, refletindo sobre eles na perspectiva da construção de uma prática didática surda, criativa e transformadora.

Conteúdo Programático:

1. Conhecimento-aprendizagem: abordagens epistemológicas 2. Educação, Pedagogia e Didática: concepções e interfaces 3. Planejamento: tipos, objetivos e conteúdos i. O que é planejamento? ii. Tipos de planejamento: (a) educacional; (b) curricular (CNE – CEE), (c) de ensino (curso, unidade, aula). iii. Planejamento: objetivos e conteúdos. 4. Planejamento: plano, tipos e recursos de aula. Plano de Aula . Tipos e Recursos de Aula. Abordagens pedagógicas e práticas bilíngues na educação de surdos

Bibliografia:

CANDAU, V. M. (Org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CANDAU, Vera Maria. A didática e a formação de educadores: da exaltação à negação: a busca da relevância. Em: CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983. [13-24].

CANDAU, Vera Maria. A didática hoje: uma agenda de trabalho. Em: CANDAU, Vera Maria (org.). Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. [149-160].

FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. [Trad. Lólio Lourenço de Oliveira]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009

LIBÂNEO, Jose Carlos. Didática. Editora Cortez, 2006. (PDF do livro).

RAMOS, Marise. Um panorama sobre as correntes pedagógicas. In: Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010, p.171-242.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria (Org.). Rumo a uma nova didática. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MATTOS, L. C.; VIEIRA-MACHADO, L. M. C. Pensar as práticas pedagógicas bilíngues na educação de surdos na contemporaneidade. In: VIEIRA- MACHADO, L. M. C.; COSTA JÚNIOR, E.R. (org.) Educação de surdos: políticas, práticas e outras abordagens. Curitiba: Appris Editora, 2018, p. 19-36.

MENDEZ, J. M. Territorios ocupados, territórios contestados: desafios interculturales de la educación. In: PIOVEZANA, L.; CECCHETTI, E. (org.) Interculturalidade e Educação: saberes, práticas e desafios. Blumenau: Editora da FURB, 2015, p. 63-74.

MARQUEZ-FERNANDEZ, A. B. A práxis intercultural: uma experiência dialógica para a educação cidadã. In: POZZER, A.; CECCHETTI, E. (org.) Educação e interculturalidade: conhecimentos, saberes e práticas descoloniais. Blumenau: PEDREIRA S. M. F. Educação de surdos na escola inclusiva e interculturalismo: uma aproximação necessária. Revista Espaço, n. 27, p. 20-29, 2007.

SKLIAR, C. Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. Revista Brasileira de Educação, n. 8, p. 44- 57, mai.-jun.-jul.-ago./1998. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBD E08/RBDE08_06_CARLOS_SKLIAR.pdf>. Acesso em: 15/02/2025.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos; GRUMBACH, Gilda Maria. Didática. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

Educação e Direitos Humanos

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Fundamentos histórico-filosóficos e sociais dos Direitos Humanos. Declaração Universal de Direitos Humanos. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Direitos Humanos e legislação. Marcos conceituais e legais dos Direitos Humanos da população infanto-juvenil. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Direitos Humanos, diversidade e desigualdade: Desigualdade Racial e Educação. Desigualdade de gênero. Direitos Humanos e Acessibilidade. Direitos humanos e diversidade cultural. Direitos Humanos e Educação de Surdos.

Objetivos:

- Apresentar e analisar os fundamentos histórico-filosóficos dos Direitos Humanos;
- Debater os marcos conceituais e legais dos Direitos Humanos incluindo a população infanto-juvenil;
- Desenvolver discussões e práticas que visem à formação de licenciados capazes de articularem ações em seu fazer pedagógico pautadas na Educação em Direitos Humanos e suas respectivas temáticas (Direito da Criança e do Adolescente, Questão étnico racial, Pessoas com Deficiências, Gênero, Idosos e tensões no campo da diversidade cultural)

Conteúdo Programático:

- Contextualização e histórico da Educação em Direitos Humanos no Brasil

- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH)
- Aspectos legislativos para implantação da Educação em Direitos Humanos no Brasil
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH)
- Direitos Humanos e Direito da Criança e do Adolescente
- Direitos Humanos e Questão étnico racial
- Direitos Humanos e Pessoas com Deficiências
- Direitos Humanos e Gênero
- Direitos Humanos e Idosos
- Direitos Humanos e Diversidade cultural

Bibliografia:

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei Nº11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CANDAU, Vera e SACAVINO, Susana (Orgs.). **Educar em Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 2001.

McLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário:** pedagogia do dissenso para o novo milênio. [Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa]. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores/as.** São Paulo: Cortez, 2013.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços:** direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MORAES, Marcia. **Ser humana:** quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro:

DP&A, 2002. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico metodológicos. Pernambuco: Ed. Universitária, 2007.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil.** São Paulo: Estação Brasil, 2007.

Educação Bilíngue I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Educação bilíngue em seus aspectos políticos, culturais e pedagógicos, pensada a partir de uma perspectiva política em oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas, características da educação e da escolarização de surdos nas últimas décadas. Implicações filosóficas, linguísticas e pedagógicas nos diferentes contextos educacionais em diálogo com a legislação que ampara e regulamenta a educação de surdos em nosso país. Orientações legais propostas pelo MEC e orientações do Relatório da Política Linguística da Educação Bilíngue. O Atendimento Educacional Especializado/ AEE como proposta alternativa, sala de recursos multifuncionais e as orientações para atendimento aos alunos surdos em contexto inclusivo: contradições e perspectivas para uma educação bilíngue.

Objetivos:

- Possibilitar a conceituação de Educação Bilíngue em uma perspectiva política de afirmação dos direitos linguísticos e culturais das pessoas surdas.
- Analisar a legislação que ampara e regulamenta a educação de surdos em nosso país, possibilitando reflexão crítica e utilização da mesma como Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue como ferramenta para qualificar a educação de surdos em nosso país.
- Considerar as implicações filosóficas, linguísticas e pedagógicas na educação de alunos surdos e seus reflexos na prática pedagógica.
- Refletir sobre as práticas pedagógicas atuais, o ambiente bilíngue de aprendizagem e a necessidade de uma pedagogia visual na educação de alunos surdos.
- Conhecer a proposta do Relatório da Política Linguística da Educação dos Surdos e da alternativa do MEC no caso do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos, possibilitando um debate sobre as orientações legais vigentes e as reais demandas pedagógicas de alunos surdos.
- Conhecer a proposta do MEC de implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, considerando o público alvo, a formação do professor, materiais, estrutura de atendimento, entre outros fatores que caracterizam este atendimento.
- Possibilitar o diálogo entre os alunos no que se refere às experiências vividas como o universo da surdez e da educação de surdos.
- Refletir sobre as demandas do ensino de Língua de Sinais como L1 e Português como L2 para alunos surdos, assim como sobre a necessidade de planejamentos e estratégias voltadas especificamente para alunos surdos.

Conteúdo Programático:

1. Antecedentes históricos, pressupostos filosóficos e implicações linguísticas na educação de alunos surdos. 2. Os diferentes contextos educacionais com aprendizes surdos, entre as orientações legais e as práticas educacionais. 3. A legislação que regulamenta e ampara a educação de alunos surdos em nosso país. 4. O papel da Língua de sinais como primeira língua e da Língua portuguesa como segunda língua na educação bilíngue de alunos surdos. 5. A proposta de educação inclusiva bilíngue. Contraditório ou complementar? 6. As orientações do Relatório da Política Linguística da Educação Bilíngue dos Surdos e proposta alternativa do MEC para o Atendimento Educacional Especializado de alunos surdos/AEE. 7. O trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais: fundamentos pedagógicos, formação

profissional, materiais, estratégias, ambiente pedagógico, entre outros. 8. Práticas pedagógicas com alunos surdos que possuem outras deficiências associadas.

Bibliografia:

ALVES, C. B; FERREIRA, J. de P.; DAMÁZIO, M. M. Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, MEC/SEESP, 2010. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43215>. Acessado em fevereiro de 2025

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos – ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acessado em fevereiro de 2025.

BRASIL. Lei n. 10436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e dá providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2002. Disponível pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acessado em fevereiro de 2025.

BRASIL. Decreto n. 5.626. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2005. Disponível pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em fevereiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 de Setembro de 2001. Seção 1E, 2001b., pp. 39-40. Disponível pelo link: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acessado em fevereiro de 2025.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394/1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em fevereiro de 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, DF, 1994. Disponível pelo link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acessado em fevereiro de 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acessado em fevereiro de 2025.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, 2021. Disponível pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acessado em fevereiro de 2025.

CORDE. Declaração de Salamanca e suas linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em fevereiro de 2025.

DAMÁZIO, M.F.M. Atendimento educacional especializado: Pessoa com Surdez. Brasília, SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível pelo link:

<https://repositorio.faculdefama.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/16/Atendimento%20educacional%20especializado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em fevereiro de 2025.

DORZIAT, A. O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis, 2009.

FÁVERO, E. A. G; PANTOJA, L. de M.P.; MONTOAN, M.T.E. Atendimento educacional especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. Brasília, SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível pelo link:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004881.pdf>. Acessado em fevereiro de 2025.

FERNANDES, E. (org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre, Mediação, 2008. Disponível pelo link: <https://doceru.com/doc/55sn588>. Acessado em fevereiro de 2025.

FERNANDES, S. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. Revista Educação Especial v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago.2009, Santa Maria. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/275>. Acessado em fevereiro de 2025.

MEC. SECADI. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: DF. 2014. Disponível pelo link:

www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513. Acessado em fevereiro de 2025.

MEIRELES, R.M.P.L. In: COSTA, V. A. da; CARVALHO, M..B.W.B; MIRANDA, T.G. & DAMASCENO, A. (orgs.). Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva. Niterói, Intertexto, 2011.

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível pelo link:

<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1876>. Acessado em fevereiro de 2025.

QUADROS, R. de. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008. Disponível pelo link: <https://bds.unb.br/handle/123456789/960>. Acessado em fevereiro de 2025.

QUADROS, R. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003. Disponível em link:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246>. Acessado em fevereiro de 2025.

QUADROS, R.; SCHMIDT, M. L. P. Idéias para ensinar português para alunos surdos. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, 2006. Disponível pelo link: <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/ideias-para-ensinar-portugues-para-alunos-surdos/>. Acessado em fevereiro de 2025

RAPOLI, E.A; et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2010. Disponível pelo link:

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>. Acessado em fevereiro de 2025.

SKLIAR, C. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, Mediação, 2006. Disponível pelo link:

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/eve/7_educacao_exclusao.pdf. Acessado em fevereiro de 2025.

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. (Org.) Porto Alegre, Mediação, 2005.
SIGNORINI, I. (org.) Língua(gem) e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
WITKOSKI, S.A. A problematização das políticas Públicas Educacionais na área de Educação Bilíngue de surdos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 86-100, maio/ago. 2013. Disponível em link: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2481>. Acessado em fevereiro de 2025.

Bibliografia complementar:

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 1 ed. , 2 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
FERREIRA, M. E. C. & GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. (org.). Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
LIMA, M. do S.C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2004. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185053?show=full>. Acessado em fevereiro de 2025.
LODI, A.C.B; MELO, A.D.B; FERNANDES, E. (orgs.) Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre, Mediação, 2012.
LOPES, M.C. Surdez e Educação. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.
MAHER, T. M. “O dizer do sujeito bilíngue: aportes da Sociolinguística”. In: Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos, Rio de Janeiro: INES, 1997. Disponível pelo link: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002964.pdf>. Acessado em fevereiro de 2025.
PRADO, R., COSTA.V.A. Por que cultura surda?: Sentidos e significados na educação de alunos surdos. Cad. Pes., São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016 161. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6208>. Acessado em fevereiro de 2025.
SÁ, N. R. L. de. Educação de surdos a caminho do bilinguismo. Niterói, EdUFF, 1999.
SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo, Paulinas, 2006.
SKLIAR, C. B. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre, Mediação, 1999. v. 1 e v.2.
SOUZA, R. M. de Situação bilíngue nacional – os cidadãos surdos. In: INES (org.). Anais do Seminário Surdez, Cidadania e Educação: refletindo sobre os processos de exclusão e inclusão, Rio de Janeiro, 1998.
SVARTHOLM, K. Bilinguismo dos surdos. In: SKLIAR, C. (org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 2.

História da Educação de Surdos

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Conceitos de Memória e História. Estudo com fontes documentais. Aproximações entre a História da Educação Geral e a História da Educação de Surdos. Registros de temas referentes à Educação de Surdos nas Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Os pioneiros da Educação de Surdos na Idade Moderna. O debate educacional travado nas Instituições de Educação de Surdos nos séculos XVIII, XIX, XX. O Império brasileiro e a criação de uma escola para surdos. Políticas Públicas Educacionais para sujeitos surdos na atualidade.

Objetivos:

- Discutir possibilidades e limites da pesquisa histórica.
- Analisar criticamente a produção bibliográfica referente à história da Educação de Surdos
- Relacionar os conceitos de Memória e História.
- Relacionar a Educação geral com a Educação de Surdos.
- Identificar o debate acerca da educação de surdos praticado pelos Institutos de Surdos, nos séculos XVIII, XIX e XX.
- Compreender o contexto de criação do Instituto de Educação de Surdos do Brasil. Conhecer o percurso histórico do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, de sua fundação aos dias de hoje.
- Problematicar as Políticas Públicas Educacionais para sujeitos surdos na atualidade e o papel do INES no debate nacional.

Conteúdo Programático:

1. Memória e História. Compreender ou Julgar? 2. História da Educação Geral e História da Educação de Surdos. 2.1 Registros de temas referentes à Educação de Surdos em diversos pensadores. 2.2 Os pioneiros da educação de surdos na Europa Moderna. 2.3 O debate educacional travado nos Institutos nos séculos XVIII, XIX e XX. 2.4 Os Congressos de Educação de Surdos. 3. O Império brasileiro e a criação de uma Escola para Surdos. 3.1 Uma linguagem e um ofício: as primeiras décadas do Instituto brasileiro. 3.2 Anos cinquenta: a expansão do ensino ao surdo no Brasil. 3.3 Anos oitenta: a mudança de paradigma: Mímica / Língua de Sinais. 3.4 A luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais. 3.5 O documento de Porto Alegre/1999 – A Educação que nós Surdos Queremos. 3.6 O reconhecimento legal - Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. 3.7 Tensões no Campo: as políticas de inclusão e a luta pela Escola Bilíngue. 3.8 O papel do Instituto Nacional de Educação de Surdos no debate nacional.

Bibliografia:

BENVENUTO, A. Primeiros banquetes dos surdos-mudos no surgimento do esporte silencioso 1834-1924: por uma história política das mobilizações coletivas dos surdos. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/3707/3834>
BRASIL. Decreto nº 4.046, de 19 de dezembro de 1867. Aprova o Regulamento do Código de Processo Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 1867.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4046-19-dezembro-1867-554346-publicacaooriginal-72928-pe.html>

BRASIL. Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Cria o cargo de juiz de direito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 1857.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-939-26-setembro-1857-557839-norma-pl.html>

VIEIRA-MACHADO, RODRIGUES. PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL PARA O MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DOS SURDOS-MUDOS - LYON - 1879.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3216/321660471051/html/>

BRASIL. Atas do Congresso de Milão - 1880. Série Histórica. Volume 2. Disponível na biblioteca do INES.

<https://drive.google.com/file/d/1owHrtTuW7wEiTIQqSB2hp8DCDgT3wx2A/view?usp=sharing>

BRASIL. Congresso Internacional para Estudo das Questões de Educação e de Assistência de Surdos Mudos, realizado em Paris, 1900.

https://drive.google.com/file/d/1GGnDZ-V8jrC8GBzknVzAyNiQ_1thSxaU/view?usp=sharing

RODRIGUES e VIEIRA-MACHADO. CONGRESSO DE PARIS (1900): A SEÇÃO DE SURDOS E SUA ATUALIDADE EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO DE SURDOS. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/tWRy9qH9RHS3mdk7FhjNzdJ/?lang=pt&format=pdf>

Bibliografia Complementar:

BANKS-LEITE, Luci; SOUZA, Regina. O des (encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma educação especial. In: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Isabel (orgs.). A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez, 2002.

BASTOS, Maria Helena Câmara A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o Curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando (1839). In BASTOS, Maria Helena C.; FARIA FILHO, Luciano M.(orgs.) A Escola Elementar no Século XIX. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BINZER, Ina Von. Os meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

BRANDÃO, Zaia; MENDONÇA, Ana Waleska. Por que não lemos Anísio Teixeira? Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

BURK, Peter. A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP. 1990.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999.

COUTO-LENZI, Álpia. Cinquenta Anos: uma parte da história da educação de surdos. Associação Internacional —Guy Perdoncinil para o estudo e a pesquisa da deficiência auditiva. Rio de Janeiro: AIPEDA, 2004.

DIDEROT, Denis. Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

DUBY, Georges. A História continua. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GINZBURG, Carlos. O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados/Unicamp, 1996.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp. 2003.

LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L.M., VEIGA, C.G. (Orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

LOPES, Sonia Castro. Ofício de Mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1931-1939). Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

MIGNOT, A.C.V.; CUNHA, M.T.S. (Orgs.). Práticas da Memória Docente. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. Anísio Teixeira e a Universidade de Educação. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

ROCHA, S. M. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2007.

_____. Memória e História: a indagação de Esmeralda. Petrópolis: Arara Azul, 2010.

Artes e Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Artes e Educação. A História da Arte nos seus movimentos históricos, obras mais importantes e técnicas de arte. A Arte-Educação no processo de ensino e aprendizagem das leituras visuais e a Abordagem Triangular. Arte-Educação a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Artes Surdas, modo de comunicação e expressão na vida de pessoas surdas em suas peculiaridades linguísticas e culturais.

Objetivos:

- Conhecer os aspectos artísticos, filosóficos e Históricos de Arte e sua relação com as Artes Surdas.
- Conhecer a abordagem triangular no ensino de Artes.
- Propiciar debates sobre Base Nacional Comum Curricular na questão do ensino de Artes.
- Identificar a Arte como modo de comunicação e expressão na vida de pessoas surdas, em suas peculiaridades linguísticas e culturais;
- Debater questões relacionadas com ensino da Arte na atualidade voltadas para processo de ensino e aprendizagem das leituras visuais e sua relação com a cultura surda.

Conteúdo Programático:

História de Arte: aspectos artísticos, movimentos históricos, obras importantes e técnicas de arte.

Abordagem triangular do Ensino da Arte: A importância da Imagem na sala de aula.

O que orienta a Base Nacional Comum Curricular - BNCC no ensino de Arte.

As Artes Surdas na sociedade: artes plásticas, teatro, literatura Surda, Visual vernacular e práticas culturais da comunidade Surda.

Bibliografia:

Barbosa, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Barbosa, Ana Mae. Ensino da Arte - Memória e História (org). São Paulo: Perspectiva, 2008.

Barbosa, Ana Mae e Sales, H. M. (orgs). O ensino da Arte e sua história. São Paulo: MAC/USP, 1990. Arte-Educação. São Paulo: Cortez, 1999.

Barbosa, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 1996.

Bataglin, Mayara. Experiência Visual e Arte: elementos constituidores de subjetividades surdas. IV ANPED: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Arte. Brasília. Ministério da Educação, 2018.

Caldas, Ana Luiza Paganelli. O filosofar na arte da criança surda: construções e saberes.

Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Cruz, Andreza Nunes Real da. Aula de arte para com surdos: recriando uma prática de ensino. Dissertação de Mestrado em Artes. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes. São Paulo, 2016.

Hodge, Susie. Breve história da arte: um guia de bolso dos principais movimentos, obras, temas e técnicas. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

Möding, Carlos Roberto, Valle, Flavia Pilla do, Loponte, Luciana Gruppelli. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro - Práticas Pedagógicas e Colaborações Docentes. Porto Alegre, Edelbra, 2012.

Mourão, Cláudio Henrique Nunes. Literatura Surda: experiência das mãos literárias. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

Santos Neto, Daniel Neves dos; Jesus, Luciana Pereira de; Gomes, Antenor Rita. Arte Surda: Interfaces entre Cultura Surda e Cultura Visual. Revista Virtual de Cultura Surda, Edição Nº 21. Maio: Petrópolis, 2017.

Estágio II: Práticas Pedagógicas Integrativas

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Vivência e observação da prática docente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Análise

do planejamento, das metodologias e das estratégias de ensino utilizadas na escola. Reflexão sobre a relação entre teoria e prática na docência. Observação da rotina escolar, da organização do espaço pedagógico e das interações no ambiente escolar. Desenvolvimento de registros e análises críticas sobre o contexto educacional e as práticas pedagógicas observadas.

Objetivos:

- Proporcionar experiências diretas no ambiente escolar.
- Favorecer a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos na formação docente.
- Desenvolver competências pedagógicas e reflexivas sobre o ensino.
- Estimular a análise crítica sobre práticas escolares e suas implicações na aprendizagem.
- Planejar e aplicar atividades didáticas diversificadas.

Conteúdo Programático:

Objetivos e diretrizes do estágio supervisionado. Normas e ética profissional na prática docente. Estrutura organizacional da escola. Observação do ambiente escolar e das práticas docentes. Construção do plano de estágio. Metodologias e práticas de ensino. Estratégias didáticas para os anos iniciais. Uso de recursos pedagógicos e tecnologia na sala de aula. Gestão da sala de aula e interação com os alunos. Desenvolvimento e aplicação de planos de aula. Adaptação das estratégias conforme a necessidade dos alunos.

Bibliografia:

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

Acesso em: fev. de 2025.

_____. Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: . Acesso em: fev. de 2025.

_____. Parecer CNE/CP n. 3, de 21 de fevereiro de 2006. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: . Acesso em: fev. de 2025.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>.

Acesso em: fev. de 2025.

Pimenta, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Pimenta, S. G.; Lima, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Pimenta, S. G.; Anastasiou, L. G. C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. L. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágios supervisionados e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: duas faces da mesma moeda? Revista Brasileira de Educação, v. 24, e240001, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240001>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Quarto período

Libras IV

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Aprofundando a Semântica na Libras: Metáforas da LIBRAS e seus tipos. Literatura em Libras: tradução e adaptação. Variação linguística: diacrônica e sincrônica.

Objetivos:

- Utilizar os conhecimentos adquiridos para compreender a interferência da modalidade na língua;
- Conhecer a metáfora das Libras e a Literatura Surda;
- Analisar e discutir conteúdos de vídeos em Libras disponíveis no YouTube;
- Praticar diferentes formas de enunciação, aprimorando a expressão corporal e facial em contextos interativos;
- Ampliar o repertório linguístico e o vocabulário em Libras;
- Produzir e interpretar textos e narrativas em Libras, com enfoque na poesia e na adaptação de conteúdos.

Conteúdo Programático:

1. Metáforas em Libras: conceitos e classificações;
2. Literatura Surda: introdução e conceito;
3. Literatura Surda: tradução e adaptação de narrativas visuais;
4. Produção textual em Libras: estrutura e características da poesia visual;
5. Vernacular Visual, Slam e suas aplicações na comunicação em Libras.
6. Variação linguística: perspectivas diacrônica e sincrônica;

Bibliografia:

KARNOPP, L. Literatura Surda. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em : http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf

LEITE, Tarcisio. Leitura e Produção de Textos. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/leituraEProducaoDeTextos/assets/372/TEXT0_BASE_-_LPT_-_2010.doc.pdf

QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira- Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

PIZZO, A. L.; CAMPELLO, A. R. S.; REZENDE, P. L. F. ; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais V. Florianópolis: UFSC, 2009.

RAMOS, D. C. M. P.; ABRAHÃO, B. F. Literatura surda e contemporaneidade: contribuições para o estudo da visual vernacular. Pensares em Revista, Dossiê Pensares Surdos, n. 12. São Gonçalo: FFP-UERJ, 2018.

ABRAHÃO, B. F. SLAM – POESIA CONTEMPORÂNEA EM LÍNGUAS DE SINAIS E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE. Revista Espaço nº 53. Rio de Janeiro: INES, 2020.

SUTTON-SPENCE, Rachel. Literatura em Libras [livro eletrônico]. Tradução em Libras: Gustavo Gusmão. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2021.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. Literatura Surda: Experiência das Mãos Literárias. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

Redação Acadêmica (surdos)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Gêneros textuais acadêmicos: resumo, resenha, relatório de pesquisa, relatório de apresentação de material pedagógico, artigo, monografia. Características linguísticas do texto acadêmico, estrutura e tessitura do texto acadêmico: argumentação, circunstâncias de ângulo, recorrência a fontes externas (citação, paráfrase, gráficos...), coesão e coerência, catáfora, estrutura dos parágrafos. Encadeamento de ideias no parágrafo e entre parágrafos. Uso de recursos coesivos. Autoria de ideias, citações diretas, citações indiretas.

Objetivos:

- Identificar gêneros textuais resenhas e resumos acadêmicos;
- Analisar diferentes relatórios de pesquisa e relatórios de apresentação de material pedagógico;
- Identificar as partes que compõem uma monografia acadêmica;
- Identificar diferentes propostas textuais de artigos acadêmicos;
- Analisar o encadeamento de ideias em parágrafos de artigos acadêmicos;
- Analisar a ligação de sentido entre parágrafos de textos de diferentes gêneros acadêmicos;
- Problematicar a autoria de ideias e o uso de ideias alheias;
- Diferenciar citações diretas e citações indiretas;

Conteúdo Programático:

1. Resumos e resenhas de textos acadêmicos: conceito, estrutura e funcionalidade
2. Relatório: conceito, estrutura e funcionalidade
3. Relatório de pesquisa, de monitoria, de apresentação de material pedagógico
4. Monografia: conceito, estrutura e funcionalidade
5. Artigo acadêmico: conceito, estrutura e funcionalidade
6. Encadeamento de ideias dentro dos parágrafos no texto acadêmico
7. Ligação de sentido entre parágrafos de textos de diferentes gêneros acadêmicos
8. Uso de recursos coesivos em textos acadêmicos
9. Autoria de ideias, citações diretas, citações indiretas

Bibliografia:

BRASILEIRO, A. M. M. Manual de Produção de Textos Acadêmicos e Científicos. São Paulo: Atlas Editora, 2021.

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L.C. Texto e Coerência. São Paulo: Cortez, 1995.

KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CEREJA, W. R., MAGALHAES, T. C. Texto e interação. São Paulo: Atual, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Identidades e caminhos no ensino de português para estrangeiros. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

CRUZ, O. M. S. S. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes da educação básica e do ensino superior [livro eletrônico]: caderno V. [et al.]. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação; DIPEBS; SEMESP; MEC, 2021.

CRUZ, O. M. S. S. SANTOS, P. T. R. Leitura Fácil: Da teoria à prática, diretrizes em língua portuguesa para o ensino a estudantes surdos. Curitiba: CRV Editora, 2023.

PEREIRA, M. C. C.. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios. Educar em Revista, Edição Especial, n. 2/2014.

Redação Acadêmica (Ouvintes)

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Gêneros textuais acadêmicos: resumo, resenha, relatório de pesquisa, relatório de apresentação de material pedagógico, artigo, monografia. Introdução, desenvolvimento e conclusão de ideias em diferentes gêneros acadêmicos. Encadeamento de ideias no parágrafo e entre parágrafos. Uso de recursos coesivos. Autoria de ideias, citações diretas, citações indiretas.

Objetivos:

- Identificar marcas textuais de resumos e resenhas de textos acadêmicos;
- Analisar diferentes relatórios de pesquisa e relatórios de apresentação de material pedagógico;
- Identificar as partes que compõem uma monografia acadêmica;
- Identificar diferentes propostas textuais de artigos acadêmicos. Analisar o encadeamento de ideias em parágrafos de artigos acadêmicos;
- Analisar a ligação de sentido entre parágrafos de textos de diferentes gêneros acadêmicos
- Problematicar a autoria de ideias e o uso de ideias alheias. Diferenciar citações diretas e citações indiretas;

Conteúdo Programático:

1. Marcas textuais de resumos e resenhas de textos acadêmicos
2. O que é um relatório. Relatório de pesquisa, relatório de apresentação de material pedagógico.
3. Partes que compõem uma monografia. O que é uma monografia
4. Características de um artigo acadêmico. Encadeamento de ideias dentro dos parágrafos de artigos acadêmicos.
5. Ligação de sentido entre parágrafos de textos de diferentes gêneros acadêmicos.
6. Uso de recursos coesivos em textos acadêmicos.
7. Autoria de ideias, citações diretas, citações indiretas.

Bibliografia:

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L.C. Texto e Coerência. São Paulo: Cortez, 1995.
KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
CEREJA, W. R., MAGALHÃES, T. C. Texto e interação. São Paulo: Atual, 2009.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Identidades e caminhos no ensino de português para estrangeiros. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.
BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

PEREIRA, M. C. C.. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios. Educar em Revista, Edição Especial, n. 2/2014.

QUADROS, R. M. de; SCHMIDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, 2006.

Educação Infantil: Saberes e metodologias

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estudo da prática da Educação Infantil em contexto bilíngue, sua dinâmica e organização do planejamento e avaliação. Especificidades de atendimento às diferentes faixas etárias (0 a cinco anos de idade) e o cotidiano da educação infantil. Construção da linguagem e aquisição da LIBRAS. Interação escola-família, criança-criança, professor-criança. Campos de experiências e aprendizagens: identidade, corpo e movimento; natureza e sociedade; brincadeiras e linguagens expressivas; tempos, espaços e quantidades. Atividades permanentes, atividades sequenciadas e projetos. Produção de materiais pedagógicos.

Objetivos:

- Conhecer escolas bilíngues e inclusivas e suas respectivas experiências pedagógicas;
- Compreender a importância da educação infantil para a construção da linguagem e a aquisição da LIBRAS;
- Compreender as diferenças do atendimento às crianças em suas diferentes faixas etárias no que se refere às práticas pedagógicas;
- Criar estratégias de organização do tempo-espaço, para as crianças e suas famílias;
- Elaborar propostas pedagógicas tendo em vista a produção de materiais didáticos bilíngues. Preparar para o estágio em docência na educação infantil.

Conteúdo Programático:

1. Apresentação dos documentos do MEC definidores da Educação Infantil - Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Base Nacional Curricular Comum. 2 - Fundamentos do ensino da língua de sinais para crianças surdas e ouvintes. 3. Especificidades de atendimento às crianças e suas diferentes faixas etárias e o cotidiano da educação infantil. 4. Planejamento, rotina e plano de aula. 5. Campos de experiências e direitos de aprendizagem segundo a BNCC 6. Produção de materiais pedagógicos.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum – Educação Infantil.** 2017.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. **Educação Infantil para surdos.** In: ROMAN, Eurilda Dias. A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas, 2001, p.2014-230.

Currículo e Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Definições de currículo. Teorias do currículo. Currículo, sociedade e cultura. Currículo em espaços não formais e informais. Abordagens e manifestação de currículo. Tendências e abordagens pedagógicas. Diretrizes Curriculares Nacionais e outros documentos norteadores do currículo. Outras modalidades curriculares: educação do campo, digital, confessional e domiciliar. Currículo e educação de surdos. Planejamento pedagógico curricular.

Objetivos:

- Analisar os conceitos de currículo, relacionando-os às perspectivas político-pedagógicas da atualidade;
- Identificar como o currículo se apresentar e suas implicações educacionais;
- Conhecer outras formas de apresentação curricular em espaços não escolares;
- Discutir a educação de surdos e a organização curricular;
- Desenvolver um planejamento pedagógico com base na legislação e teorias que abordam o currículo escolar.

Conteúdo Programático:

1. O que é currículo?
2. Educação formal, não formal, informal
3. Teorias do Currículo: tradicionais, críticas e pós críticas
4. Abordagens disciplinares: Multi, trans, inter e pluridisciplinaridade
5. Manifestações de currículo: formal, real, oculto
6. Documentos curriculares: BNCC, DCNs, PPPs, Plano de curso/ensino, plano de aula
7. Tendências pedagógicas Liberais e progressistas (Saviani, Libâneo e Mizukami, etc.)
8. Métodos pedagógicos: Tradicionais, (Sócio) Construtivismo, Montessori, Pikler, Waldorf, Reggio Emilia
9. Educação não presencial e suas modalidades
10. Educação laica vs confessional religioso
11. Educação do/no campo
12. Currículo e Educação Especial / AEE
13. Currículo e a educação de Surdos

Bibliografia:

APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: DOU, 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 11 de Setembro de 2011. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2011.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: CNE, 2018.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8ª ed. Ática: São Paulo, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 12º ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Bibliografia Complementar:

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. Seminário Direito à educação: solução para todos os problemas ou problema sem solução? Institut International Des Droits De L'enfant (Ide), Suíça, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2001.

SANTOS, R. V. dos. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. Integração, v. 40, p. 19-31, 2005.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. 8. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Políticas Públicas e Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estado e conceito de políticas públicas. Direito à Educação. Níveis e modalidades da educação nacional. Plano Nacional de Educação. Financiamento da Educação. Políticas públicas, movimentos sociais e a Educação Bilíngue de Surdos.

Objetivos:

- Conhecer e discutir conceitos de políticas públicas, compreendendo o papel do Estado e da
- sociedade civil no seu processo de formulação e implementação;
- Reconhecer a educação como direito, identificando seus principais marcos legais;
- Compreender as principais características dos níveis e das modalidades de ensino de acordo com a legislação educacional;
- Conhecer e discutir o processo de formulação do Plano Nacional de Educação bem como as suas diretrizes;
- Conhecer e discutir as principais políticas educacionais voltadas para pessoas surdas.

Conteúdos Programáticos:

1. Estado e Políticas públicas
 - 1.1 Conceitos, concepções e atores
 - 1.2 Políticas públicas educacionais brasileiras na atualidade
2. Direito à educação e marcos legais
 - 2.1 Direito à educação, legislação e desafios
3. Níveis e modalidades da educação
 - 3.1 Características dos níveis e das modalidades
 - 3.2 Responsabilidades dos entes federados
4. Planejamento da Educação Nacional
 - 4.1 Plano Nacional de Educação: diretrizes, metas e fóruns de acompanhamento
 - 4.2 Planos estaduais e municipais e participação da sociedade civil
5. Financiamento da educação
 - 5.1 Políticas de financiamento da educação nacional
 - 5.2 Desigualdade social e as funções redistributivas e supletivas no financiamento da educação
5. Políticas públicas na educação de surdos
 - 5.1 Movimentos sociais e a formulação das políticas
 - 5.2 Legislação e a modalidade Educação Bilíngue de Surdos

Bibliografia:

BRASIL. Lei 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto n. 5.626/05. Educação e Pesquisa, São Paulo: USP; v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/sr67CQpjymCWzBVhLmvVnKz/?format=pdf&lang=pt>.

MACHADO, Erica Esch. Políticas Públicas Educacionais: início de uma reflexão. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks que remetem a glossário em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2022. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1412/8/POL%20TICAS%20%20Blicas%20EDUCACIONAIS%20IN%20CIO%20DE%20UMA%20REFLEX%20%2083O.pdf>

MACHADO, Erica Esch. Política: o que nós temos a ver com isso? Versão Vídeo - Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1412/4/Políticas%20Publicas%20UN%2001%20TEX%2001.mp4>

MACHADO, Erica Esch. Políticas Públicas Educacionais: do que estamos falando? Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks que remetem a glossário em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2022. Disponível em:

http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1412/7/Pol%20adticas%20p%20%20blicas%20educacionais%20do%20que%20estamos%20falando_%20.pdf

MACHADO, Erica Esch. Políticas Públicas Educacionais: do que estamos falando? Versão Vídeo - Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1412/3/Políticas%20p%20%20blicas%20educacionais%20un%2001%20texto2.mp4>

MACHADO, Erica Esch. Educação como um direito: uma garantia legal e um desafio a ser enfrentado. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks que remetem a glossário em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2022.

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1412/6/Educa%20a%20%20como%20direito%20uma%20garantia%20legal%20e%20um%20desafio%20a%20ser%20enfrentado..pdf>

MACHADO, Erica Esch. Educação como um direito. Versão Vídeo - Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1412/2/TEXTO%20BASE1%20UN%2001.mp4>

MACHADO, Erica Esch. Estrutura e organização da educação escolar no Brasil. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks que remetem a glossário em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2022. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1478/2/MACHADO%20Erica%20Esch.%20Estrutura%20e%20organiza%20a%20%20da%20educa%20a%20%20escolar%20no%20Brasil..pdf>

MACHADO, Erica Esch. Estrutura e organização da educação escolar no Brasil. Versão Vídeo - Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1478/4/Políticas%20Publicas%20UN%20-%20Material%20Did%20a%20tico%202022.2.mp4>

MACHADO, Erica Esch. Planos Nacionais de Educação: um passeio histórico. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks que remetem a glossário em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2022. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1479/5/MACHADO%2c%20Erica%20Esch.%20Planos%20Nacionais%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20um%20passeio%20hist%c3%b3rico.%20Vers%c3%a3o%20V%c3%addeoLibras%20com%20grafismo%20interativo%20%28Revisada%29..pdf>

MACHADO, Erica Esch. Planos Nacionais de Educação: um passeio histórico. Versão Vídeo -Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/760>

MACHADO, Erica Esch; DAVIES, Nicholas. Financiamento da Educação Pública. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks que remetem à glossário em Libras. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/761>

MACHADO, Erica Esch. Financiamento da Educação Pública (Resumo). Versão Língua Portuguesa Escrita. Rio de Janeiro: INES, 2023. Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1479/6/MACHADO%2c%20Erica%20Esch%3b%20DAVIES%2c%20Nicholas.%20Financiamento%20da%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20P%c3%bablica..pdf>

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Versão Libras). Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1412/1/DECLARACAO%20UNIVERSAL%20DIREITOS%20HUMANOS.mp4>

THOMA, Adriana da Silva et al. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e n. 91/2013 do MEC/SECADI. 2014. Disponível em:

https://ava.ufca.edu.br/pluginfile.php/35044/mod_folder/content/0/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI_FENEIS.pdf?forcedownload=1

.

Bibliografia complementar:

ARROYO, M. Movimentos Sociais reeducam a educação. In: ALVARENGA, Marcia Soares et al. (org.). Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MACHADO, Erica Esch; SERRA, Elizabeth. Educação de Surdos e iniciativas governamentais no pós-Golpe (2016): contribuições ao debate. In: SOUSA, Ana Lúcia de; ANJOS, Hildete Pereira dos; SILVA, Renata Maldonado da (Orgs.). Políticas Educacionais e Diferenças: diálogos interdisciplinares. Boa Vista: Editora da UFRJ, 2022, p. 191-218. Disponível em: <https://antigo.ufrr.br/editora/ebook-menu>

MANDELBLATT, Janete. Políticas públicas, (des)igualdade de oportunidades e ampliação da cidadania no Brasil: o caso da educação de surdos (1990-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185212>

REZENDE, Patrícia. Entrevista com a Profª. Patrícia Luiza F. Rezende, realizada por Erica Esch Machado e Janete Mandelblat. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/Z9Myeyi5nYY>

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São

Paulo: Cengage Learning, 2012.

Educação Bilíngue II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Características da didática específica desenvolvida em contextos de Educação Bilíngue (Libras, português) de Surdos. Tipos de Educação Bilíngue (aprofundamento em categorias de escolas bilíngues) nas políticas públicas adotadas no Brasil e em outros países na área da Educação de Surdos. Estratégias educacionais na área da surdez. Processos de ensino-aprendizagem enriquecidos dos artefatos multimídia contemporâneos em contextos de Educação Bilíngue de Surdos. Conhecimento teórico-prático para a produção de material didático.

Objetivos:

- Analisar Tipos de Educação Bilíngue (aprofundamento em categorias de - escolas bilíngues)
- Conhecer as características da didática específica desenvolvida em contextos - de Educação Bilíngue (Libras, português) de Surdos.
- Debater sobre modelos de escola no Brasil e em outros países na área da - Educação de Surdos. -
- Contribuir para a ampliação de conhecimento na área da surdez por meio da - pesquisa de diferentes processos de ensino-aprendizagem e práticas pedagógicas.
- Conhecer artefatos multimídia contemporâneos em contextos de Educação - Bilíngue de Surdos -
- Incentivar e promover conhecimentos para a produção de material didático.
- Colaborar no desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas para a visualidade.

Conteúdo Programático:

1. Educação Bilíngue e tipos de bilinguismo. Formas monolíngues de educação para sujeitos bilíngues. Formas fracas e formas fortes de Educação Bilíngue para sujeitos bilíngues. Educação Bilíngue de Surdos. Escolas bilíngues para a desconstrução de práticas monolíngues.
2. Desenvolvimento e Estágios de aplicação das pedagogias surdas Traços ou marcas culturais expressas na Pedagogia Surda presentes nos artefatos culturais das escolas (Artes Plásticas, HQ, Literatura, Piada). Estágios de aplicação das Pedagogias Surdas.
3. Contextos bilíngues de ensino Práticas pedagógicas bilíngues de escolas de surdos no exterior, EUA, Reino Unido, Portugal, e, principalmente, em países da América Latina. Práticas bilíngues em escolas mistas e escolas de surdos no Brasil. Características da bidocência em um ambiente bilíngue voltado à Educação de surdos. Visualidade nas perspectivas de educação de surdos.

Bibliografia:

FELIPE, T. A. Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e práticas pedagógicas. Revista Forum, Rio de Janeiro, v. 25/26, p. 7-22, jan-dez, 2012.

LADD, P.; GONÇALVES, J. C. do A. Culturas surdas e o desenvolvimento de pedagogias surdas. In: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.). Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed ULBRA, 2011, p.295-329.

KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.). Cultura Surda na contemporaneidade: (re)significações. Revista Espaço, Rio de Janeiro, nº 56, jul-dez. 2021.

LEBEDEFF, T. B. Análise das estratégias e recursos surdos utilizados por uma professora surda para o ensino de língua escrita. 28ª Reunião Anual da ANPED, 2005, Caxambu. Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2005.

LEBEDEFF, T. B. Alternativas de letramento para crianças surdas: uma discussão sobre o Shared Reading Program. 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu. Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007. p. 1-15.

REILY, L. Escola inclusiva: Linguagem e mediação. Campinas, 2.ed. SP: Papirus, 2006.

TAVEIRA, C. C.; ROSADO, L. A. S. Por uma compreensão do letramento visual e seus suportes: articulando pesquisas sobre letramento, matrizes de linguagem e artefatos surdos. Revista Espaço, Rio de Janeiro, nº 39, jan. / jun. 2013, p. 27-42.

TAVEIRA, C. C.; PIMENTEL, C.; ROSADO, L. A. S. Conto e reconto de histórias para crianças surdas: mapeando estratégias, técnicas e objetos. Revista Educação e Cultura Contemporânea, vol. 19, n. 57, jan./mar. 2022.

TAVEIRA, C. C.; PIMENTEL, C.; ROSADO, L. A. S.; CORREA, M. B.A. hora da leitura para crianças: Reflexões sobre a curadoria do narrador de histórias, Revista Espaço, Rio de Janeiro, nº 61, jul. / dez. 2024, p. 132-146.

Bibliografia Complementar:

CAMPELLO, A. R. e S. Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos. Tese. Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, pp 166.

FAVORITO, W. O difícil são as palavras: discursos e práticas na escolarização de jovens e adultos surdos. In: SÁ, N. Surdos: qual escola? Manaus, p. 117-140. 2011.

LEBEDEFF, T. B. Aprendendo "a ler" com outros olhos: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Cadernos de Educação (UFPel), v. 36, p. 175-196, 2010.

MEIRELES, R. M. do P. L. Educação Bilíngue de alunos surdos: políticas de inclusão e práticas pedagógicas em Niterói/RJ. 2014, 316f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense.

MAHER, T. de J. M. Hibridismos e linguagem: o inevitável diálogo entre Libras e a Língua Portuguesa no discurso do sujeito surdo. Revista Forum. Rio de Janeiro, v. 25/26, p. 7-22, jan-dez, 2012.

MIRANDA, W. A experiência e a pedagogia que nós surdos queremos. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, pp. 152.

ROSADO, L. A. da S.; TAVEIRA, C. C. Em busca da visualidade surda: entrelaces de experiências em três projetos de pesquisa-ação no INES. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 20, 2023, p. 1-22.

SANTAELLA, L. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.

TAVEIRA, C. Por uma Didática da invenção surda: prática pedagógica nas escolas-piloto de educação bilíngue no município do Rio de Janeiro. 2014, 365 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Pesquisa em Educação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Tipos de conhecimento. Tipos de pesquisa (bibliográfica e campo). Ética em pesquisa: honestidade intelectual, respeito ao ser humano e comitês de ética em pesquisa (CEP e CONEP). Classificação das pesquisas bibliográficas: revisão sistemática, revisão não-sistemática (descritiva, integrativa e outros) e pesquisa documental. Classificação das pesquisas de campo (conforme procedimentos técnicos/coleta de dados): etnográfica, experimental, pesquisa-ação, estudo de caso, relato de experiência e outros). Teorias de pesquisa:: resumo, fichamento, resenha e TCC. Preliminares de pesquisa: objeto e delimitação do objeto; problema e problematização; referencial teórico. Fontes de informação científica (tipos de fontes, indexadores, bases de dados e descritores). Pesquisas no âmbito da educação.

Objetivos:

- Analisar considerações filosófico-metodológicas da pesquisa científica;
- compreender os diferentes tipos de pesquisas e as implicações éticas nas pesquisas de campo.
- Familiarizar-se com a teoria e preliminares de pesquisa.
- Reconhecer a relevância da fundamentação teórica e o diálogo com a literatura correlata. Selecionar analiticamente artigos científicos.
- Familiarizar-se com as linhas de pesquisa desenvolvidas na área de conhecimento da educação.

Conteúdo Programático:

- 1 Tipos de Conhecimento;
- 2 Tipos de pesquisa;
- 3 Ética em pesquisa;
- 4 Classificação de pesquisas;
- 5 Gêneros acadêmicos;
- 6 Preliminares de pesquisa;
- 7 Informação científica;
- 8 Pesquisas na educação.

Bibliografia:

COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996

MORAES, Marcia. Metodologia da Pesquisa I. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2014. (Formato digital - PDF)

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 4.ed. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

Corpo e Movimento

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Aspectos filosóficos do e sobre o corpo desde a Antiguidade aos dias atuais. Educação e desenvolvimento psicomotor da criança. Percepção, esquema corporal e aptidão física. Consciência corporal sob a ótica da diferença. Introdução aos estudos da Corporeidade e psicomotricidade. Ludicidade e educação.

Objetivos:

- Compreender a concepção de corpo ao longo dos séculos.
- Aprender sobre desenvolvimento psicomotor desde atividades cotidianas até as mais complexas.
- Apresentar a importância do brincar e da brincadeira em uma perspectiva lúdica no processo de aprendizagem.

Conteúdo programático:

1. Concepção de corpo ao longo dos séculos;
2. Dualidade corpo e alma;
3. Saúde vs estética;
4. Desenvolvimento psicomotor da criança na fase escolar;
5. Equilíbrio, força, resistência cardiorrespiratória e muscular, coordenação motora fina, coordenação motora grossa, percepção espaço-visual, flexibilidade, controle e reconhecimento corporal e expressão corporal;
6. Concepções de corpo na perspectiva da diferença;
7. Corporeidade e as dimensões humanas: físico-motora (corporal), afetiva-relacional (emocional), mental-cognitiva (cognitiva) e sócio-histórico-cultural;

8. Importância da prática de exercícios físicos na escola na construção das identidades e senso de coletividade;
9. Ludicidade: a importância do brincar para a criança;
10. Jogos e brincadeiras infantis: individuais, coletivos, desportivos, cooperativos, competitivos, recreativos, adaptados e eletrônicos.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Teoria e Prática em Psicomotricidade. Rio de Janeiro: Wak, 2022.
- ALVES, Fátima. Psicomotricidade. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- BRITES, Luciana. Brincar é fundamental: Como entender o neurodesenvolvimento e resgatar a importância do brincar durante a primeira infância. Caieiras: Gente, 2020.
- BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 2014.
- FONSECA, Vitor da. Neuropsicomotricidade. Rio de Janeiro: Wak, 2018.
- GONZALEZ-MENA, Janet. EYER, Dianne Widmeyer. O Cuidado com Bebês e Crianças Pequenas na Creche: Um Currículo de Educação e Cuidados Baseado em Relações Qualificadas. Trad. Gabriela W. Linck. 9ª ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.
- KISHIMOTO, Tizuko M. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2017.
- LE BOULCH, Jean. O Desenvolvimento Psicomotor: Do Nascimento Até 6 Anos. A psicocinética na idade pré escolar. São Paulo: Artes médicas, 1982.
- _____. Educação Psicomotora-A Psicocinética Na Idade. Porto Alegre: Artmed, 1987.
- _____. O Corpo na Escola no Século XXI. São Paulo: Phorte, 2000.
- LOVISARO, Martha. A psicomotricidade aplicada na escola. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- RAMOS, Jayr Jordão. Os Exercícios Físicos na História e na Arte. Do homem primitivo aos nossos dias. São Paulo: Ibrasa, 2004.

Bibliografia complementar:

- CRAIDY, Carmen Maria. KAERCHER, Gládis E. Educação Infantil: Pra Que Te Quero? Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MARTINS, Ernesto Candeias Martins. A corporeidade na aprendizagem escolar (Entrelaços fenomenológicos do pensar e agir). Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 163-180, abr./jun., 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/TZvQfbWjYc757XpyYJrvFLM/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 17 fev 2025.
- SANTOS, Andreia Mendes dos Santos. COSTA, Fábio Soares da. Filosofia da Corporeidade: transversalizações de um corpo intenso de devir. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 223-237, jan./mar. 2018. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/n3bb67FmrQyQnkXCR4JVRBy/?format=pdf&lang=pt>. 17 fev 2025.
- SILVEIRA, Andréa Luiza da et al. Corporeidade e existência: notas de uma perspectiva fenomenológica sobre a condição da pessoa com deficiência física. Rev. abordagem gestalt., Goiânia , v. 18, n. 1, p. 30-36, jun. 2012 . Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672012000100005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 17 fev. 2025.

TIERNO, Bernabé. A psicologia da criança e seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Paulus, 2007.

Quinto período

Metodologia do Ensino de Matemática

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Subsídios teóricos e práticos para o processo de ensino e aprendizagem de Matemática em consonância com a perspectiva da Educação Matemática. Visão histórica e epistemológica do processo de ensino e aprendizagem de Matemática. Tendências atuais do desenvolvimento de habilidades e competências matemáticas e sua relação com a sociedade. As operações matemáticas, a resolução de problemas, a exploração do lúdico, a ideia de recursos e as novas tecnologias. Considerações entre o ensino de Matemática e os processos de alfabetização matemática e numeramento dos alunos surdos numa perspectiva bilíngue.

Objetivos:

- Discutir questões básicas sobre o ensino e a aprendizagem da Matemática, permeando seus quatro eixos: números e operações, espaço e forma, grandezas e medidas e tratamento da informação (PCNs), ampliando os conhecimentos dos alunos sobre os conteúdos e sobre o ensino da Matemática na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental
- Construir e utilizar jogos e material de manipulação para o ensino de Matemática, contribuindo na produção de conhecimento acerca de metodologias no campo do ensino e aprendizagem da Matemática
- Refletir sobre o ensino de matemática em conexão com as outras áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar
- Refletir sobre o ensino de Matemática na sua interface com os processos de letramento dos alunos surdos

Conteúdo Programático:

- 1.Reflexão sobre mitos, recursos didáticos e significado de aprendizagem em Matemática.
- Conceituar Matemática, Educação e Educação Matemática;
 - Propiciar discussões que levem a mudanças nas concepções de Matemática, ensino e aprendizagem da mesma;
 - Refletir sobre o ensino e a aprendizagem da Matemática na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e num cenário de educação bilíngue de Surdos.

2. Matemática na Educação Infantil: a ludicidade permeando o ensinar e brincar

- Refletir sobre currículo e educação Matemática na Educação Infantil
- Trazer novas idéias e formas de ensinar e aprender Matemática na Educação Infantil;
- Refletir sobre formas de produzir significados Matemáticos;
- Introduzir os jogos na aprendizagem da Matemática na Educação Infantil.

3. Os materiais manipuláveis e a comunicação como recursos didáticos

Ampliar a concepção do que seja o uso dos materiais manipuláveis nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Discutir metodologias em torno dos conceitos das operações fundamentais em matemática: adição e subtração; multiplicação e divisão.

4. Metodologia de ensino de Matemática numa perspectiva bilíngue para Surdos

- Analisar o processo de ensino e aprendizagem mediado por duas línguas;
- Refletir sobre práticas pedagógicas que atendam as especificidades linguísticas e culturais dos Surdos;
- Analisar o ensino de Matemática na sua interface com os processos de alfabetização e numeramento dos alunos Surdos;

f. Resolução de problemas por meio de esquemas

5. Tratamento da informação

- a. Leitura e construção de gráficos e tabelas
- b. Os diferentes tipos de gráficos e suas aplicações

6. Espaço e forma

- a. Localização no espaço a partir de diferentes referenciais
- b. Construção de maquetes e plantas baixas
- c. Escalas

d. As diferentes formas de medir (medidas padronizadas e não padronizadas)

7. Interdisciplinaridade e ensino de matemática

- a. O ensino de Matemática em conexão com as outras áreas do conhecimento
- b. O ensino de Matemática na sua interface com os processos de letramento dos alunos surdos

Bibliografia:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil> >. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília : Senado Federal,

Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/17PqteDHFICw_Ty2S53ykEwUmKJfmDbVW/edit> Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CHACÓN, I. M. G. Matemática Emocional – Os afetos na aprendizagem Matemática. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CUSATI, Iracema Campos. O ensino de Matemática na educação infantil: uma proposta de

trabalho com a resolução de problemas. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.6, n.17 p.5-19, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5783/2946>>; Acesso em: 13mar. 2025.

DANYLUK, O. S., Alfabetização Matemática: o cotidiano da vida escolar. Caxias do Sul: 2ª Ed. , EDUCS, 1991.

NACARATO, A. M. Eu Trabalho primeiro no concreto. Revista de Educação Matemática. Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Ano 9, n.9-10, (2004-2005), p.1-6.
NOVA ESCOLA- Acesso em: 13 mar. 2025. <https://novaescola.org.br/conteudo/960/gerard-vergnaud-todos-perdem-quando-a-pesquisa-nao-e-colocada-em-pratica>
<https://novaescola.org.br/conteudo/960/gerard-vergnaud-todos-perdem-quando-a-pesquisa-nao-e-colocada-em-pratica>

OLIVEIRA, Janine Soares de. A comunidade surda: perfil, barreiras e caminhos promissores no processo de ensino aprendizagem em matemática. Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET). 2005.

SCHLIEMANN, Analúcia Dias; SANTOS, Clara Melo dos; COSTA, Solange Canuto da. Da compreensão do sistema decimal à construção de algoritmos. In ALENCAR, Eunice Soriano de (Org.). Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Processos de Ensino e Aprendizagem. Aprendizagem. São Paulo: Cortes, 1992, p.97-117.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, D. L. Alfabetismo, escolarização e educação matemática: reflexões de uma professora de matemática. In: FONSECA, M. da C. F. R (org.). Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas: reflexões a partir do INAF 2002. São Paulo: Global Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Instituto Paulo Montenegro, 2004

COUTINHO, M. D. M. da C. A mediação de esquemas na resolução de problemas de matemática por estudantes surdos: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado do Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada). Interação e Discurso. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2003

COUTINHO, M. D. M. da C. A mediação de esquemas na resolução de problemas de matemática por estudantes surdos. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n.21, 2004.

COUTINHO, M. D. M. da C. A constituição de saberes num contexto de educação bilíngue para surdos em aulas de matemática numa perspectiva de letramento. 2015. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP

FÁVERO, M. H.; PIMENTA, M. L. Pensamento e Linguagem: A Língua de Sinais na Resolução de Problemas. Psicologia: Reflexão e Crítica, n. 19, v. 2, p. 225-236, 2006.

FONSECA, M. da C. F. R.; CARDOSO, C. de A. Educação Matemática e letramento: textos para ensinar matemática, matemática para ler o texto. Escritas e leituras na educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MADALENA, S. P. Surdez e matemática: implicações linguísticas. Dissertação (Mestrado). Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2012.

MOYSÉS, L. Aplicações de Vygotsky à Educação Matemática. Campinas: Papirus, 1997.

NUNES, T.; BRYANT, P. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RIZZO, G. Jogos inteligentes: a construção do raciocínio na escola natural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (orgs). Ler, escrever e resolver problemas. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2001.

Estágio III: Docência na Educação Infantil

Carga horária: 100 horas

Ementa:

Documentação e legislação referente ao estágio em docência. Termo de compromisso do estagiário. Observação do cotidiano e da rotina da Educação Infantil. Docência Compartilhada. Apresentação de plano de aula de acordo com o planejamento da turma. Elaboração do relatório final.

Objetivos:

- Conhecer a realidade de uma escola de Educação Infantil;
- Estabelecer o compromisso do estágio na escola e, observar as normativas da secretaria de educação e suas coordenadorias regionais;
- Estabelecer nexos entre a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o cotidiano da escola de Educação Infantil;
- Identificar como o planejamento pedagógico é construído pelo/a docente supervisor/a do estágio; - Organizar plano de aula de acordo com o que está sendo desenvolvido com as crianças exercendo a docência compartilhada;
- Observar os diversos espaços da escola, seus usos e formas de planejamento para uso da comunidade escolar, crianças e famílias (brinquedoteca, sala de livros, pátios, refeitório, salas, banheiros, entrada e saída).
- Investigar práticas de docência por meio da observação, do acompanhamento e da participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de atividades pedagógicas;
- Elaborar e desenvolver propostas de atuação pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;
- Apresentar os resultados em seminário organizado pela orientadora do estágio;
- Debater coletivamente sobre práticas de docência, buscando refletir sobre a construção de práticas interculturais e bilíngues;
- Identificar e analisar práticas de docência voltadas à educação de surdos/as;
- Analisar a forma como os órgãos dos sistemas de ensino assumem compromissos com o estágio e com a educação inclusiva e/ou bilíngue para surdos/as;
- Registrar a frequência no estágio e fazer relatório reflexivo com base nas atividades de observação participante, docência compartilhada e desenvolvimento da proposta pedagógica a partir da elaboração do plano de aula.

Conteúdo Programático:

1- Definição do campo de estágio e elaboração do termo de compromisso do estágio.

Em sala de aula: Debate e problematização das questões relativas aos documentos necessários para o início do estágio; - Apresentação em forma de seminário das principais características dos espaços coletivos da escola definida para a realização do estágio e aspectos do seu projeto político pedagógico mais relevantes - Orientações individuais e em grupo para a realização do relatório.

Na escola campo do estágio: Identificação dos documentos necessários para a realização do estágio e do/a professor/a supervisor/a do estágio e/ou responsáveis por formalizar termo de compromisso do estágio;

2- Observação do cotidiano escolar

Na escola campo do estágio: Observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos; Conversa e/ou entrevistas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros sujeitos da comunidade escolar; - Consulta a sites que contenham informações sobre a instituição e leitura do Projeto Político-Pedagógico - Observação de uma sala de aula, da rotina da turma e dos espaços de circulação das crianças. Definição da sala de aula onde realizará a docência compartilhada; - Exercício da docência compartilhada

Em sala de aula: Debate e problematização das questões relevantes sobre a escola e sua rotina; - Apresentação dos grupos de crianças e suas faixas etárias; - Orientações individuais e em grupo para a realização do relatório;

Na escola campo do estágio: Participação/acompanhamento de atividades desenvolvidas em sala de aula e em outros espaços onde as crianças interagem e brincam; - Participação/acompanhamento de atividades de planejamento; - Observação das práticas docentes; - Participação em reuniões pedagógicas; - Participação em diferentes rotinas e observação de diferentes aspectos do cotidiano; - Entrevistas e/ou conversas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a, merendeira, vigia.) e outros/as membros/as da comunidade escolar; - Consulta a sites que contenham informações sobre a escola e sobre o sistema de ensino no qual ela está inserida.

3 - Proposta de Intervenção

Em sala de aula: - Levantamento da proposta curricular da escola - Elaboração de um plano de aula ou proposta didática; -Apresentação e compartilhamento da proposta de docência em forma de seminário. - Orientações individuais e em grupo para elaboração do projeto - Elaboração do plano de aula

Na escola campo do estágio:: Apresentação da proposta didática ou plano de aula para professor(a) supervisora do estágio para aprovação ou sugestões de alteração. - Realização de uma prática docente de acordo com a demanda da escola (uma aula ou desenvolvimento de um pequeno projeto em comum acordo com o/a professor/a supervisor/a do estágio). - Garantir uma prática bilíngue que apresente a língua de sinais para surdos e ouvintes.

4 - Relatoria

Em sala de aula: - Observar o roteiro para o relatório do estágio em docência na Educação Infantil; - Considerar as definições de Educação Infantil de acordo com os documentos do MEC; - Caracterizar a escola nos seus aspectos físicos, pedagógicos e conceituais; Registrar a idade do grupo e a quantidade de crianças; Descrever as atividades de docência compartilhada e a rotina da turma observada; - Apresentar o plano de aula, os materiais

bilíngues e recursos utilizados; - Desenvolver considerações sobre o estágio, expectativas, obstáculos e realizações.

Na escola campo do estágio: Pedir assinatura na ficha de frequência dos dias do estágio; Receber o certificado de conclusão do estágio.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum – Educação Infantil.** 2017.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. **Educação Infantil para surdos.** In: ROMAN, Eurilda Dias. A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas, 2001, p.2014-230.

Alfabetização e Letramento I: O ensino de Língua Portuguesa para ouvintes

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Conceitos e concepções acerca de alfabetização e letramento para alunos ouvintes. Refletindo sobre leitura e escrita como apropriação de uma técnica e como apropriação cultural e social. A importância do letramento como prática social, de acordo com Magda Soares. Diferentes tipos e níveis de letramento. Metodologias de alfabetização tradicionais: métodos analíticos e sintéticos. O construtivismo como uma proposta educacional e um novo olhar sobre a educação. A psicogênese da língua escrita e as etapas do desenvolvimento da leitura e escrita, por alunos ouvintes, segundo estudos de Emília Ferreiro. Alfabetização de jovens e adultos na perspectiva freiriana. O trabalho com multiletramentos e o estímulo à capacidade de identificar, interpretar, criar e comunicar significado por meio de uma variedade de formas de comunicação, como a visual, oral, corporal, musical e alfabética. Utilização de novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir.

Objetivos:

- Possibilitar a conceituação de alfabetização e letramento, compreendendo a diferença entre adquirir um mecanismo, uma tecnologia e se apropriar da leitura e escrita enquanto prática social.
- Compreender a existência de diferentes tipos e níveis de letramento e sua importância enquanto prática social.
- Conhecer diferentes metodologias de alfabetização tradicional para alunos ouvintes como os métodos analíticos e sintéticos, refletindo sobre a aplicabilidade e funcionalidade no desenvolvimento escolar de alunos ouvintes.
- Conhecer os pressupostos básicos do construtivismo e suas influências na educação;
- Conhecer a psicogênese da língua escrita e as etapas do desenvolvimento da leitura e escrita de alunos ouvintes, de acordo com os estudos de Emília Ferreiro.

- Perceber as contribuições de Emília Ferreiro sobre os fatores estruturantes da construção da linguagem oral e escrita no processo de alfabetização de alunos ouvintes.
- Refletir sobre as demandas relativas à alfabetização e letramento de jovens e adultos em uma perspectiva freiriana, visando uma educação para a conscientização e autonomia cidadã.
- Conhecer o pensamento e o método de alfabetização para jovens e adultos criado por Paulo Freire, dividido em três etapas: investigação, tematização e problematização.
- Considerar a importância dos multiletramentos e das práticas inovadoras para a absorção de conhecimentos nos processos de ensino-aprendizagem, tanto nas metodologias como nas estratégias e relações que os alunos estabelecem com os conceitos e a realidade social.

Conteúdo Programático:

1. Alfabetização e letramento: conceitos e reflexões sobre aquisição de leitura e escrita como aquisição de uma tecnologia e como prática social.
2. Os diferentes níveis de letramento e as possibilidades de utilização da leitura e escrita como prática social.
3. As diferentes metodologias de alfabetização para alunos ouvintes (os métodos sintéticos e os analíticos).
4. O Construtivismo e suas influências na educação.
5. A psicogênese da escrita (de alunos ouvintes) de acordo com os estudos de Emília Ferreiro
6. Alfabetização e letramento de Jovens e adultos em uma perspectiva freiriana de conhecimento e intervenção no mundo com conscientização e autonomia.
7. O método de alfabetização de jovens e adultos criado por Paulo Freire.
8. Multiletramentos, diversidade de gêneros textuais e práticas inovadoras no ensino de leitura e escrita significativa.

Bibliografia Básica:

- FERREIRO, E. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo: Cortês, 2014.
- _____. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortês, 1994.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023
- MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **O processo de alfabetização e as contribuições de Emília Ferreiro**. Disponível em: file:///C:/Users/Rosana/Downloads/5041-Texto%20do%20artigo-25055-1-10-20150610-2.pdf
- MORTATTI, M.R.L. Educação e Letramento. São Paulo: UNESP, 2004.
- ORLANDO, A. F. e FERREIRA A. de J. **Do letramento aos multiletramentos:** contribuições à formação de professores (as) com vistas à questão identitária. Revista Travessias Pesquisas em Educação, cultura, Linguagem e Artes. 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/8360/6302> Acesso em: 30 de abril de 2023.
- SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, Autêntica, 2016.
- _____. Alfabetização e Letramento. São Paulo, Contexto, 2012.

_____. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. Revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, pela Artmed Editora. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

Bibliografia complementar:

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

Metodologia do Ensino de Ciências

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Os processos histórico e social da construção do conhecimento de ciências e do conhecimento empírico. Perspectivas pedagógicas em educação em Ciências. Recursos e estratégias didáticas para o ensino das Ciências. A abordagem ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente no ensino de ciências. O lugar da língua de sinais no ensino de ciências em uma perspectiva bilíngue. Produção e avaliação de materiais didáticos.

Objetivos:

- Identificar e refletir acerca das perspectivas teóricas e metodológicas no ensino das ciências;
- Conhecer e analisar diferentes recursos didáticos utilizados no ensino das ciências;
- Promover a produção e análise de Materiais Didáticos

Conteúdo Programático:

1. A construção do conhecimento em Ciências: perspectivas empíricas e científicas;
2. O papel dos espaços não escolares no ensino de ciências;
3. Os textos de divulgação científica como ferramentas de alfabetização científica;
4. A experimentação no ensino de ciências
- 5..A abordagem CTSA na educação científica;
6. Pedagogia visual, Libras e o conteúdo curricular de Ciências em uma perspectiva bilíngue;
7. Análise e produção de material didático.

Bibliografia Básica:

ABREU, L. N. F, QUEIROZ, S. L. Textos de divulgação científica no ensino de ciências: uma revisão. ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 1, p. 3-31, 2012.

ALFONSO–GOLDFARB, A. M. O que é História das Ciências? São Paulo: Brasiliense, 1996.

AULER, D. Enfoque ciência-tecnologia-sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro.

Ciência e Ensino, v. 1, n. esp, p.1-10, 2007.

_____. Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade no Contexto da Formação de Professores de Ciências. Tese (Doutorado em Educação), CED/UFSC, Florianópolis, 2002.

BARRAL, J; PINTO-SILVA, F. E; RUMJANEK, V. M. Comunicando ciência com as mãos. Revista Ciência Hoje, n.296, vol.50, 2012.

BARROS, H. L. A cidade e a ciência. In: MASSARANI, L. et al. (Orgs.). Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência; Ed. UFRJ, 2002.

BAZZO, W. A.; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. (Eds.) Introdução aos estudos CTS. Madrid: Organização dos Estados Ibero-Americanos, 2003.

CHALHUB, T.; GOMES, M.; RODRIGUES, A. A acessibilidade em museus segundo a perspectiva de alunos surdos de curso de Pedagogia. Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC, 4. 05 a 09 de novembro, 2018, Rio de Janeiro.

CHALNERS, A.F. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 2000.

DOURADO, L. Trabalho Prático (TP), Trabalho Laboratorial (TL), Trabalho de Campo (TC) e Trabalho Experimental (TE) no Ensino das Ciências – contributo para uma clarificação de termos. In: VERÍSSIMO, António; PEDROSA, M. Arminda; RIBEIRO Rui (coord.). Ensino Experimental das Ciências. 1. ed. 3. v. (Re)pensar o Ensino das Ciências, 2001. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2010.

FOUREZ, G. A Construção das Ciências: Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências. São Paulo: Unesp, 1995.

HAYASHI, M. C. I.; HAIASHI C. A. M.; FURNIVAL, A. C. M. Ciência, Tecnologia e Sociedade: Apontamentos sobre a constituição do campo no Brasil. In: Ciência, Tecnologia e Sociedade: enfoques teóricos e aplicados. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008, p. 29-88.

JACOBUECCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. Em extensão, Uberlândia, V.7, 2008.

MARTINS, I; NASCIMENTO, T. G; ABREU, T. B. Clonagem na sala de aula: um exemplo do uso didático de um texto de divulgação científica. Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, v.9, n.01:95-111, 2004.

MARTINS; PAIXÃO, M. F. Perspectivas atuais Ciência-Tecnologia- Sociedade no ensino e na investigação em educação em ciência (p.135-160). In: SANTOS, W. L. P; AULER, D. CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MEGID NETO, J. Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação. Campinas-SP: Unicamp, 362p., 1999.

MORTIMER, E. F.; SCOTT, P. Atividade discursiva nas salas de aula de ciências: uma ferramenta sociocultural para analisar e planejar o ensino. Investigações em Ensino de Ciências, vol. 7, n.3, 2002.

QUADROS, R. M. Estudos Surdos I. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2006.

SANTOS, W. L. P.; MORTIMER, E. F. Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem C-T-S (Ciência – Tecnologia –Sociedade) no contexto da educação brasileira. Revista Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciência, vol. 2, n. 2, 200

Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Breve contextualização sobre a tradição de ensino de Língua Portuguesa no Brasil. A Gramática Tradicional. Perspectiva normativa, noção de erro. Competência linguística. Ensino de L1 e ensino de L2. Desafios para o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos. O ensino da língua portuguesa como língua materna na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental. Particularidades sobre os processos de ensino aprendizagem de língua portuguesa como segunda língua para surdos (diferenciação entre alfabetização e letramento). Objetivos das aulas de língua portuguesa como língua materna e como segunda língua para surdos (leitura, escrita, reflexões sobre a língua). Métodos de ensino de Língua Portuguesa mais utilizados no Brasil para o ensino de língua portuguesa como L1 e L2 (Socioconstrutivismo, Sociointeracionismo).

Objetivos:

- Investigar a tradição de ensino de Língua Portuguesa no Brasil;
- Problematicar a perspectiva normativa no ensino de Língua Portuguesa;
- Conhecer as propostas teórico-pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa na primeira fase do Ensino Fundamental, com base nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- Refletir sobre a prática docente com língua portuguesa considerando a diversidade linguística brasileira tal como a diversidade da Libras.
- Conhecer as propostas teórico-pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos veiculadas em documentos oficiais.

Conteúdo programático:

1. A tradição do ensino de Língua Portuguesa no Brasil.
2. Noção de norma e noção de erro.
3. Concepções de língua e linguagem e de aquisição de língua correlacionadas às práticas pedagógicas na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
4. Os estudos da linguagem e suas contribuições para o ensino da língua
5. materna e de segundas línguas.
6. Diretrizes e propostas pedagógicas oficiais para o ensino de língua materna
7. para ouvintes na educação infantil e primeiro segmento do Ensino
8. Fundamental (Referencial Curricular para Educação Infantil.
9. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, Base Nacional
10. Comum Curricular).
11. Diretrizes e Propostas Pedagógicas oficiais do Ensino da Língua Portuguesa
12. como segunda língua para surdos.

Bibliografia:

Bibliográfica básica: (Aproximadamente 5 artigos, livros de domínio de público

ou revista de livre acesso)

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.html.

BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. (1998a) Parâmetros Curriculares Nacionais, 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília - MEC/SEF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>

_____. (1998b). Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, 3º e 4º Ciclos do Ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília - MEC/SEF. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>

MEC. SECADI. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: DF. 2014 Disponível em:

www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513)

PRADO, M; MACEDO, J. Aquisição de Línguas por crianças surdas: A importância do letramento visual. RevistAleph Agosto 2016 Ano XIII , n. 26 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39155>

XAVIER, A.; CARICARI, F. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Questões de letramento e análises de produções textuais de Língua Portuguesa como Segunda Língua 4. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/885>

XAVIER, A.; CARICARI, F. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa: As contribuições da Libras para o ensino de Língua Portuguesa como L2 e as diferentes abordagens para surdos 3. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/885>

XAVIER, Aline; MUNIZ, Valéria Campos. Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua no Ensino Superior. Arqueiro, Rio de Janeiro, n. 32, p. 16-22, 2015. In: In Arqueiro, n. 32, p. 16-22, 2015. Originalmente publicado em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/article/view/1025/932>. Acesso em: 4 nov. 2022.

Bibliografia complementar: (Aproximadamente 5 artigos, livros de domínio de público ou revista de livre acesso)

Bibliografia Complementar:

PRADO, R., COSTA, V.A. Por que cultura surda?: Sentidos e significados na educação de alunos surdos. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016 161. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p161-175>

FERNANDES, Sueli. Avaliação em Língua Portuguesa para alunos surdos: algumas considerações. 2007. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2013/otp_artigos/sueli_fernandes.pdf

Metodologia do Ensino de História e Geografia

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Organização espacial e temporal no desenvolvimento humano e sua relação com o ensino/aprendizagem de História e Geografia. Noções e conceitos para construção do conhecimento histórico. Memória, Cultura, Identidade e Decolonialidade. Ensino de História da África, Afro-brasileira e Indígena. História do Pensamento Geográfico: Geografia Clássica, Geografia Moderna (tradicional e crítica). Categorias geográficas (paisagem, lugar, região e território). Alfabetização cartográfica. Produção Didática e Paradidática de História e Geografia para os anos iniciais de crianças, jovens e adultos. Documentos oficiais curriculares de História e Geografia.

Objetivos:

- Relacionar a organização espacial e temporal com o ensino de História e Geografia. Reconhecer os conceitos de Memória, Cultura e Identidade como fundamentais no trabalho pedagógico de História e Geografia.
- Conhecer e aprofundar noções e conceitos para construção do conhecimento histórico: noções de tempo: duração, sucessão, simultaneidade, permanência, mudança, fato histórico, fontes históricas, processo histórico, contexto, estrutura, entre outros. - Identificar os diferentes momentos da história do Pensamento Geográfico. -
- Identificar categorias geográficas (paisagem, lugar, região e território).
- Reconhecer os conceitos e as noções referentes a alfabetização cartográfica como ferramentas para a produção do conhecimento geográfico.
- Analisar e avaliar os documentos oficiais curriculares de História e Geografia.
- Discutir as propostas curriculares e as diretrizes para o ensino de História para os anos iniciais de crianças, jovens e adultos, bem como das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Analisar e avaliar os manuais didáticos e paradidáticos de História e Geografia para as séries iniciais;
- Elaborar propostas de planos de aula de História e Geografia.

Conteúdo Programático:

1. A construção de noções espaciais e o ensino da Geografia. Relações topológicas, projetivas e euclidianas.
2. A construção da noção de tempo pela criança e o ensino de História. Noções de tempo: duração, sucessão, simultaneidade, permanência, mudança.
3. Memória, Cultura e Identidade.
4. Fato histórico, fontes históricas, processo histórico, contexto, estrutura.
5. Geografia clássica e moderna (tradicional e crítica)
6. Categorias geográficas (paisagem, lugar, região e território).
7. Alfabetização cartográfica.
8. Documentos oficiais curriculares de História e Geografia.
9. Recursos didáticos e paradidáticos de História e Geografia para as séries iniciais;

10. Elaboração de propostas de planos de aula de História e Geografia.

Bibliografia:

BITTENCOURT, C. (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto. 1998.

SOUSA, Gustavo Pinto. Estudos Sociais ou Ensino de História e Geografia: um debate introdutório. Neo/INES. Rio de Janeiro: 2019.

PINSKY, Jaime. O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, Ana, GASPARELLO, Arlette, MAGALHÃES, Marcelo. Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2007.

ALESSANDRI, Ana Fani (org) A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2018.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Muryatan Santana. “A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNESCO)”. Revista Brasileira de História (ANPUH), vol. 32 nº 64, 2012, pp. 211-230. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/12.pdf>

PAULI, Alcione, CAGNETI, Sueli de Souza. Trilhas literárias indígenas para a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Espaço, tempo, razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

Investigação Científica I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Comunidade científica e a construção do conhecimento. Formas de divulgação do conhecimento acadêmico/científico (anais de congresso, monografia/ dissertação/ tese e artigos em periódicos). ‘Corpo do texto’ (introdução, desenvolvimento e conclusão) e elementos pré e pós textuais: conteúdos obrigatórios e adequação da estrutura em função do tipo de comunicação. Trabalho de Conclusão de Curso: conceito, parcerias, orientações e os diferentes tipos (existentes e os aceitos no INES: monografia/artigo, produto e relatório). Método científico e plano de trabalho (Projeto de Pesquisa). INTRODUÇÃO (capítulo1): conceito e construção do conteúdo (contextualização, problematização/pergunta científica, objetivo geral e específicos). Revisão de citações e referências. Comunicação visual de apresentações.

Objetivos:

- Analisar considerações sobre o lugar do pesquisador e a construção do conhecimento científico.
- Familiarizar-se com as normativas de estrutura e conteúdo dos diversos tipos de textos acadêmico-científicos.
- Compreender as etapas de construção do capítulo de Introdução de uma pesquisa.
- Elaborar uma introdução com vistas ao TCC e apresentá-la no coletivo, com recursos visuais assertivos.

Conteúdo Programático:

- 1 - Construção do Conhecimento;
- 2 - Divulgação de pesquisa;
- 3- Elementos textuais, pré e pós textuais;
- 4 - Projeto de Pesquisa;
- 5 - Componentes da introdução:
 - 5.1 Contextualização
 - 5.2 Problema (justificativa e pergunta científica);
 - 5.3 Objetivos (Geral e Específicos);
- 6 - Comunicação visual de apresentações;
- 7 - Apresentação individual da Introdução, seguida de análise crítica construtiva.

Bibliografia Básica:

COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, Marcia. Metodologia da Pesquisa I. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2014. (Formato digital - PDF).

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 4.ed. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

Sexto período**Metodologia do Ensino de Libras I**

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estudo do ensino-aprendizagem de Libras como primeira língua (L1) para crianças surdas. Desenvolvimento da linguagem em contexto bilíngue. Estratégias metodológicas para a aquisição e ensino da Libras como L1. Produção e avaliação de materiais didáticos bilíngues. Instrumentos de avaliação específicos para o ensino de Libras como L1. Formação docente e políticas linguísticas na educação bilíngue para surdos.

Objetivos:

- Compreender o processo de aquisição da Libras como primeira língua na infância;
- Analisar as políticas linguísticas e educacionais para o ensino de Libras como L1;
- Desenvolver estratégias pedagógicas para o ensino de Libras na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I;
- Planejar e elaborar materiais didáticos bilíngues voltados ao ensino da Libras como L1;
- Avaliar práticas e instrumentos de avaliação para o ensino de Libras como L1;

Conteúdo Programático:

1. Aquisição da Linguagem e Desenvolvimento Cognitivo:

- Processos de aquisição da Libras como primeira língua;
- Desenvolvimento linguístico de crianças surdas em ambiente bilíngue.

2. Políticas Linguísticas e Educação Bilíngue:

- Marcos legais e diretrizes para o ensino de Libras como L1;
- O papel das escolas bilíngues para surdos no Brasil.

3. Metodologias e Estratégias Pedagógicas para Ensino da Libras como L1:

- Estratégias de ensino-aprendizagem para diferentes faixas etárias;
- Práticas pedagógicas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I.

4. Materiais Didáticos e Recursos Visuais:

- Produção de materiais didáticos bilíngues para ensino de Libras;
- Uso de tecnologias e mídias digitais no ensino da Libras como L1.

5. Instrumentos de Avaliação no Ensino de Libras como L1:

- Parâmetros de avaliação da proficiência em Libras como L1;
- Construção de instrumentos avaliativos.

Bibliografia:

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000.

QUADROS, R. M. Aquisição da linguagem por crianças surdas. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

SACKS, O. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

LODI, A. C. C.; LACERDA, C. B. F. (Orgs.). Educação de surdos: perspectivas para a diferença. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PERLIN, G. A educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Mediação, 2018.
QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2020.

Estágio IV: Docência no Ensino Fundamental

Carga horária: 100 horas

Ementa:

O estágio curricular supervisionado como campo de conhecimento. Observação participante do campo de estágio. Docência Compartilhada. Proposta de atuação docente.

Objetivos:

- Investigar o processo educativo por meio da observação, do acompanhamento e da participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de atividades pedagógicas; -
- Observar o cotidiano escolar e analisar o trabalho pedagógico desenvolvido, assim como o projeto da instituição;
- Elaborar e desenvolver, conjuntamente com o docente regente da turma, propostas de atuação pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;
- Identificar e analisar práticas pedagógicas voltadas à educação de surdos/as, caso estas existam.

Conteúdo Programático:

1. Observação participante do campo de estágio. Em sala de aula: - Debate e problematização das questões relativas ao estágio como campo de conhecimento; - Conhecer a BNCC - Base Nacional Comum Curricular. - Conhecer experiências da política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos nos municípios brasileiros. - No campo: Observação do entorno da escola: localização da escola, características do público atendido, infraestrutura do bairro (saneamento básico, acesso a transporte, iluminação), IDH do bairro. - Histórico da escola: origem do nome da escola, data de inauguração, sistema de ensino (público/privado), modalidades de ensino (regular / EJA/atendimento complementar). - Observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos: quais espaços estão, de fato, disponíveis para os alunos usarem? O espaço atende ao número de alunos? Há acessibilidade (arquitetônica/respeito a diversidade de orientação sexual nos banheiros) em todos os espaços? Como estão organizados os mobiliários? Quais são os recursos pedagógicos disponíveis nos diversos espaços? - Conversas e/ou entrevistas com membros da equipe (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.): quais são os projetos complementares ofertados à comunidade? Como é a relação da escola com as famílias? Como são tomadas as decisões internas da escola (de forma colegiada ou de forma técnica) / Há parcerias com instituições culturais ou outras? Consulta a sites que contenham informações sobre a instituição.

2. Docência compartilhada em sala de aula: - Debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo; - Orientações individuais e em grupo para a realização do relatório. Em campo: - Observação do cotidiano escolar: como se organiza a rotina de trabalho com os alunos – atividades pedagógicas. Divisão de turmas /grupos – por idade? Multietários? Há distorção idade/série? As turmas são inclusivas? Há profissionais de apoio (intérpretes/ professor surdo/ monitores? - Observação da relação professor-aluno: o professor propõe atividades diversificadas? Ela quem organiza a sala ou solicita a participação dos alunos? Como é a postura do professor diante dos alunos? Os alunos interagem entre si? Há diálogo entre professor e aluno? Os alunos participam ativamente na construção do conhecimento? Há muitos conflitos durante o horário de aula? Como o professor intervém nesses conflitos? Quais são as estratégias utilizadas pelo professor para incluir /motivar / estimular o aprendizado e a permanência dos alunos? - Leitura do Projeto Político-Pedagógico ou de planos de aula – análise da relação entre este e a prática pedagógica.

3. Proposta de Atuação Em sala de aula: - Levantamento da situação-problema e debate - Elaboração compartilhada com o docente regente da turma de proposta de projeto de atuação docente em sala de aula do estágio. - Avaliação do desenvolvimento da proposta de atuação docente. - Orientações individuais e em grupo para elaboração do projeto Em sala de aula e/ou em outros espaços: - Elaboração do Projeto pedagógico de Atuação docente.

Bibliografia:

AROEIRA, k; SIMÕES,R e DE PAULA, D. O estágio curricular supervisionado como campo do conhecimento: concepções e tendências investigativas. FIEP BULLETIN, v. 80, edição especial, 2010, disponível em:
<http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/900/1736>
 BRASIL. Lei nº 9.304, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2015.
 _____. MEC. Base Nacional Comum Curricular. 2016.
 LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. Educ. Pesqui. [online]. 2013, v.39, n.1, pp.65-80.
 PEREIRA, A. et al. O estágio curricular supervisionado como campo de conhecimento: concepções e tendências investigativas. 2010.
 PIMENTA, S. P.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004
 SOUZA, E. C. de. O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Alfabetização e Letramento II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Conceitos e concepções acerca de alfabetização e letramento de alunos surdos. Refletindo sobre leitura e escrita como apropriação cultural e social. O ensino da língua portuguesa escrita para surdos como L2 nas primeiras etapas do ensino fundamental: teoria e prática. A

cultura surda como determinante dos contextos bilíngues para surdos, principalmente no que se refere às camadas e entrecruzamentos de línguas e identidades surdas. Letramento e pedagogia visual e bilíngue, currículo e avaliação de alunos surdos. Planejando e construindo a prática de alfabetização e letramento nos diversos ambientes alfabetizadores como: escola, família, rua, supermercados, lojas, comunidade surda, internet, museus, entre outros. Metodologia de ensino de português visual para surdos, com conhecimento de etapas, estratégias e materiais para o ensino de surdos. Multiletramento: A relação do aluno surdo com os diversos textos e contextos em português e em Libras. O trabalho com os gêneros textuais produzidos por surdos (poesia, narrativas, piadas, histórias infantis, fábulas, textos imagéticos, etc.). Planejamento, produção e utilização de materiais didáticos visuais para o letramento de alunos surdos.

Objetivos:

- Refletir sobre a língua e cultura surda como uma realidade discursiva de afirmação da comunidade surda, destacando os conceitos de língua de sinais, povos usuários das línguas de sinais, sinalizantes e identidade surda.
- Conhecer letramento visual e pedagogia visual bilíngue como perspectivas educacionais que respeitam as especificidades dos alunos surdos no atendimento às suas demandas linguísticas, culturais e pedagógicas.
- Adquirir conhecimentos para trabalhar com o ensino de português visual para surdos na primeira etapa do ensino fundamental.
- Construir materiais visuais adequados às atividades de alfabetização e letramento visual para surdos.
- Refletir sobre currículo e avaliação na educação de surdos, problematizando as atuais propostas de adaptações e pensando sobre as reais necessidades de adequações nos contextos e abordagens escolares.
- Planejar e construir práticas de letramento visual em diversos ambientes alfabetizadores
- Conhecer os cadernos referenciais de língua portuguesa volumes I e II publicados pelo MEC como referência para o ensino de Língua portuguesa como L2 para surdos
- Conhecer as atuais pesquisas sobre multiletramentos relacionando-as às contribuições na educação de alunos surdos.
- Conhecer e pensar sobre a utilização de gêneros textuais produzidos por surdos (poesia, narrativas, piadas, histórias infantis, fábulas, textos imagéticos, etc.) na perspectiva do letramento bilíngue.
- Planejar e desenvolver materiais didáticos visuais para o letramento de alunos surdos.

Conteúdo Programático:

1- Alfabetização e letramento de alunos surdos: A centralidade dos aspectos visuais em contextos bilíngues.

2- O papel da Língua de sinais como primeira língua e da Língua portuguesa como segunda língua no letramento de alunos surdos.

4- Letramento visual e aquisição de leitura e escrita por alunos surdos. Metodologia de ensino de português visual para surdos, com conhecimento de etapas do ensino e desenvolvimento de material didático visual

5-A cultura surda como determinante para a construção de contextos bilíngues para surdos. (identidade, cultura e comunidade surda como elementos determinantes no letramento de surdos)

6 - Currículo e avaliação bilíngue. As adaptações são necessárias? Em quais aspectos? Refletindo sobre adequações pedagógicas e necessidades dos alunos surdos.

7- Planejando uma aula visual para alunos surdos: As etapas do planejamento e a centralidade visual como determinantes de uma boa prática de ensino para alunos surdos.

8- Os diferentes ambientes alfabetizadores: a escola, a família, a rua, o supermercado, as lojas, a praia, os museus, a internet, entre outros ambientes.

9- Construindo a prática de alfabetização e letramento nos diversos contextos: planejamento, aplicação, desenvolvimento de atividades e materiais didáticos.

10- Multiletramento: A relação do aluno surdo com os diversos textos e contextos em português e em Libras. O trabalho com os gêneros textuais produzidos por surdos (poesia, narrativas, piadas, histórias infantis, fábulas, textos imagéticos, etc.)

Bibliografia básica:

CAMPELLO, A. R.S. Pedagogia visual na educação dos surdos-mudos. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Fevereiro de 2008. Disponível em: https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/04/Tesis_Souza_Campello_2008b.pdf Acesso em 10 de outubro de 2023.

CRUZ, O.M.S e S. PRADO, R. Educação bilíngue e letramento visual: reflexões sobre o ensino para surdos. Revista Espaço. Jul/Dez de 2020. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1545/1479> Acesso em: 20 de outubro de 2023

LEBEDEFF, T. **Aprendendo a ler “com outros olhos”**: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Cadernos de educação. FAE/PPGE/UFPEL. Pelotas (36) 175-195 maio/agosto de 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1606/1489> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

LOPES. M.C.e NETO. A.V. **Marcadores culturais surdos**: quando eles se constituem no espaço escolar. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 81-100, jul./dez. 2006 <http://www.perspectiva.ufsc.br> Acesso em: 20 de junho de 2023

PRADO, M; MACEDO,J. Aquisição de Línguas por crianças surdas: A importância do letramento visual. RevistAleph Agosto, 2016. Ano XIII, n. 26. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39155>

PRADO, Rosana. MEPEVIS/ Método de Ensino de Português Escrito e Visual para Surdos: Um caminho para o ensino de leitura e escrita para alunos surdos.Revista Arqueiro, nº. 46, jan-jun de 2024; Rio de Janeiro, INES. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/issue/view/158>

TAVEIRA, C.C. e ROSADO, L.A.S. **Por uma compreensão do letramento visual e seus suportes**: articulando pesquisas sobre letramento, matrizes de linguagem e artefatos surdos. Revista Espaço, rio de Janeiro, n 39 jan/jun de 2013. Disponível em: <https://edumidiascomunidadesurda.files.wordpress.com/2020/03/taveira-e-rosado-por-uma-compreensacc83o-do-letramento-visual-e-seus-suportes.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2023.

Bibliografia complementar:

CRUZ, O. M. de S. e S. dá; MEIRELES, R. M. do P. Produção textual escrita de graduandos surdos a partir de gêneros discursivos e de proposta de ensino bilíngue. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 7, n. 3, p.188 -207, set. /dez. 2018 Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/856/765> Acesso em 20 de outubro de 2023.

QUADROS, R.M. de e SCHMIEDT, M.L.P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf Acesso em 11 de outubro de 2023.

SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. Revista Educação e Realidade. 24 (1): 15-32. Jul/dez – 1999. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55373> Acesso em: 10 de maio de 2023

CAMPELLO, A.R.S. **Pedagogia Visual**/Sinal na Educação de Surdos. In: QUADROS, R.M; PERLIN, G. Estudos Surdos II. Petrópolis, Rio de Janeiro, Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>

PRADO, R., COSTA, V.A. **POR QUE CULTURA SURDA?:** Sentidos e significados na educação de alunos surdos. Cad. Pes., São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016 161. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p161-175>

MEC. SECADI. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue** Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: DF. 2014 (link: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513) Acesso em: 12 de abril de 2023.

Educação de Jovens e Adultos I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Função social da educação de jovens e adultos. Fundamentos históricos da Educação de Jovens e Adultos. As condições sociais e o analfabetismo no Brasil. Legislações e Políticas Públicas para Educação de Jovens e Adultos. Concepções Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. Materiais pedagógicos para a EJA. O jovem e o adulto e suas especificidades como sujeitos históricos da educação.

Objetivos:

- Conhecer o contexto histórico e as especificidades dos sujeitos e da educação de jovens e adultos.
- Conhecer as contribuições político-pedagógicas dos Mov. Sociais e Educação Popular na
- EJA.

- Aprofundar o conhecimento da legislação Federal da educação de jovens e adultos: Lei de Diretrizes Básica Nacional- LDBN; Parâmetros Curriculares da Educação de jovens e Adultos – PNE; Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; Financiamento e gestão.

Conteúdo Programático:

1. Educação de Jovens e Adultos- Alguns marcos históricos.
2. Educação Popular e suas contribuições na EJA
3. EJA como direito: Legislação, políticas públicas e as especificidades dos sujeitos na EJA.

Bibliografia:

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.

_____. CNE/CEB nº. 11/2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. www.mec.gov.br

_____. Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. www.mec.gov.br

_____. Resolução Nº 3/2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. www.mec.gov.br

CARRANO, Paulo. Documentário Fora de Série, 2018, <https://www.filmeforadeserie.com/>

FAUSTINI, Marcus. Documentário Nunca me Sonharam, 2017 – Legendado em português. <https://www.filmeforadeserie.com/>

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Educação Popular. P. 153-159. Dicionário do Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. [recurso eletrônico] / Janaina de Fátima Silva Abdalla, Bianca Ribeiro Veloso, Paula Werneck Vargens (orgs.). Rio de Janeiro: Novo

DEGASE, 2016. Acesso: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000860793>

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Educação de jovens e adultos: Alguns marcos históricos. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1477>

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Educação de Jovens e Adultos: EJA como direito: Legislação, políticas públicas e as especificidades dos sujeitos na EJA. 2022. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1462>

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Educação de jovens e adultos no Brasil: revendo alguns marcos históricos. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1477>

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Educação de Jovens e Adultos: Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem na EJA. . Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2022. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1463>

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Fundação Victor Civita. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/eja/> - disponibiliza vários textos, reportagens, planos de aula e vídeos relacionados à Educação de Jovens e Adultos.

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Vera; BARRETO, José Carlos. Um sonho que não serve ao sonhador. In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO/MEC/RAAAB, p. 63- 68, 2005. BRASIL Ministério da Educação. Parecer. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=655-vol3const-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

. Resolução Nº 3/2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-9394-1996_84003.html

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. Educação de Jovens e Adultos: Relação educação e trabalho. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez. 2013. <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/9525789d-370e-4fff-8a53-a4edb5d7a888/content>

RIBEIRO, Vera. M. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, v. 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999. <https://www.scielo.br/j/es/a/WWPtJf49VY89z4yYrkj4pvy/>

REGUERA, Emílio et al (orgs). Educação de jovens e adultos trabalhadores: história, lutas e direito em risco. Ed. Navegando, 2019. https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo_sonia-min

Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e documentos voltados à educação de jovens e adultos. O ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos em documentos oficiais (PPPs de escolas com ensino para surdos). Análise e elaboração de materiais didáticos de língua portuguesa como primeira língua e como segunda língua direcionados à educação infantil e ao primeiro segmento do ensino fundamental (surdos e ouvintes). Seminários de apresentação de práticas de letramentos em língua portuguesa para surdos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, ministrados por professores convidados.

Objetivos:

- Analisar livros didáticos e material pedagógico para ensino de Língua Portuguesa para ouvintes.
- Desenvolver estratégias de ensino de Língua Portuguesa como L2 para surdos.
- Discutir e propor práticas pedagógicas com língua portuguesa como língua materna para ouvintes e como segunda língua para surdos, visando o trabalho com leitura, escrita e a reflexão linguística.
- Conhecer as propostas teórico-pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos veiculadas em documentos oficiais.

Conteúdo Programático:

1. Materiais didáticos da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos: abordagens didático-metodológicas no ensino da Língua Portuguesa na Educação
2. Infantil e nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental.
3. Abordagens didático-metodológicas nas práticas da oralidade, leitura e escrita (gêneros textuais e os diversos suportes) na Educação Infantil e nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental.
4. Produção de material didático para ensino de Língua Portuguesa como língua materna(ouvintes).
5. Análise de livros didáticos e outros materiais pedagógicos para ensino de Língua Portuguesa;
6. Produção de material didático para ensino de Língua Portuguesa como L2 (surdos).

Bibliografia:

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em:http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.html.

BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. (1998a) Parâmetros Curriculares Nacionais, 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares

Nacionais/.Secretaria de Educação Fundamental - Brasília - MEC/SEF. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>

_____. (1998b). Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília - MEC/SEF.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>

MEC. SECADI. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: DF. 2014

Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513)

PRADO, M; MACEDO,J. Aquisição de Línguas por crianças surdas: A importância do letramento visual. RevistAleph Agosto 2016 Ano XIII , n. 26

Disponível em:<https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39155>

XAVIER, A.;CARICARI, F. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Questões de letramento e análises de produções textuais de Língua Portuguesa como Segunda Língua 4.Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019. Disponível

em:<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/885>

XAVIER, A.;CARICARI, F. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa: As contribuições da Libras para o ensino de Língua Portuguesa como L2 e as diferentes abordagens para surdos 3. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019

Disponível em:<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/885>

XAVIER, Aline; MUNIZ, Valéria Campos. Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua no Ensino Superior. Arqueiro, Rio de Janeiro, n. 32, p. 16-22, 2015. In: In Arqueiro, n.32, p. 16-22, 2015.

Originalmente publicado em:<http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/article/view/1025/932>. Acesso em: 4 nov. 2022.

Bibliografia complementar:

PRADO, R., COSTA, V. A. Por que cultura surda?: Sentidos e significados na educação de alunos surdos. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016 161.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p161-175>

FERNANDES, Sueli. Avaliação em Língua Portuguesa para alunos surdos: algumas considerações. 2007.

Disponível

em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2013/otp_artigos/sueli_fernand

Investigação Científica II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Conceito e construção do conteúdo conforme o tipo de pesquisa (metodologia, resultados e discussão). CONCLUSÃO (capítulo 3): conceito e conteúdo obrigatório. Considerações Finais: conceito e conteúdo. Metodologia: conceito e elementos obrigatórios. Caracterização da pesquisa: básica/aplicada; exploratória/descritiva/explicativa; quantitativa/qualitativa; transversal/longitudinal; Casuística: amostra, corpus, participante, critérios de seleção (inclusão e exclusão). Materiais: instrumentos de pesquisa. Procedimentos de coleta e de análise dos dados. Procedimentos éticos: legislação, análise de riscos e elementos obrigatórios para submissão ética do projeto de pesquisa e plataforma Brasil. Diferenças metodológicas entre pesquisas bibliográficas e de campo. Elementos complementares do projeto de pesquisa: recursos, cronograma; referências

Objetivos:

Compreender as etapas de construção dos capítulos de Desenvolvimento e Conclusão de uma pesquisa. Elaborar o desenvolvimento com vistas ao TCC e, acrescido da Introdução, apresentá-lo no coletivo, com recursos visuais assertivos. Redigir o projeto de pesquisa (Introdução, Desenvolvimento e Referências) com os elementos pertinentes ao estudo específico do aluno. Capacitar-se para submissão do projeto de pesquisa ao comitê de ética em pesquisa.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

_____. NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

_____. NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

_____. NBR 15287. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

CARRANCHO, Angela. Metodologia da pesquisa aplicada à educação. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

MORAES, Marcia. Metodologia da Pesquisa I. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2014. (Formato digital)

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

Educação a Distância

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Análise crítica e reflexiva das propostas contemporâneas de Educação a Distância (EaD) voltadas para a educação de surdos, promovendo a problematização de suas abordagens metodológicas e implicações pedagógicas. Exame do marco regulatório, políticas públicas e documentos norteadores da EaD no contexto da educação de surdos. Reflexão sobre ambientes virtuais de aprendizagem e suas potencialidades para o público surdo. Discussão dos movimentos de educação aberta, com ênfase em Recursos Educacionais Abertos e MOOCs (Massive Open Online Courses) para a educação de surdos. Análise de ferramentas de interação e colaboração bilíngues em plataformas virtuais. Estabelecimento de relações entre as diferentes abordagens comunicacionais e suas implicações pedagógicas na educação de surdos. Desenvolvimento de propostas metodológicas para produção de materiais didáticos digitais bilíngues. Elaboração de estratégias de mediação pedagógica em contextos digitais considerando as particularidades comunicacionais dos estudantes surdos. Construção de pensamento crítico sobre práticas educacionais inclusivas no ambiente virtual.

Objetivos:

- Desenvolver competências para análise crítica e proposição de modelos de educação a distância
- Adequados às especificidades da educação de surdos, considerando aspectos pedagógicos, tecnológicos e políticos, analisando criticamente suas possibilidades e desafios no contexto educacional contemporâneo.
- Analisar criticamente os diferentes modelos de educação a distância existentes no Brasil sob a perspectiva da educação de surdos
- Compreender as políticas públicas e documentos orientadores relacionados à educação a distância e à educação de surdos
- Avaliar a acessibilidade de ambientes virtuais de aprendizagem para estudantes surdos
- Identificar e explorar recursos educacionais abertos apropriados para o ensino de surdos
- Elaborar propostas pedagógicas híbridas que integrem recursos presenciais e digitais para a educação de surdos
- Desenvolver experiências de mediação pedagógica em contextos digitais considerando as particularidades comunicacionais dos estudantes surdos

Conteúdo Programático:

1 - Fundamentos da Educação a Distância para Surdos

Panorama histórico e contemporâneo da EaD no Brasil e no mundo

Políticas públicas e documentos orientadores da EaD no contexto da educação de surdos

Análise crítica de experiências e propostas de EaD para a educação de surdos

Estratégias de mediação para estudantes surdos em ambientes digitais

2 - Tecnologias e Mídias na Educação a Distância para Surdos

Acessibilidade, inclusão e equidade em ambientes virtuais de aprendizagem bilíngues.

Desenho de propostas híbridas de ensino-aprendizagem, considerando as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.

Modelos de comunicação e interação em ambientes virtuais acessíveis

Ferramentas digitais bilíngues.

Produção de conteúdo digital para estudantes surdos.

Recursos educacionais abertos para educação de surdos.

Bibliografia:

ANDERSON, Terry; DRON, Jon. Três gerações de pedagogia de educação a distância. **EAD em Foco**, v. 2, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v2i1.162>

BATES, A. W. (2022). **Teaching in a digital age**: guidelines for designing teaching and learning (3rd ed.). Tony Bates Associates Ltd. Ebook ISBN: 978-0-9952692-7-9

Disponível em: <https://pressbooks.bccampus.ca/teachinginadigitalagev3m/> Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. Reuni Digital. Benchmarking internacional de EaD. v.1. Brasília: 2022. 114p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/ptbr/reunidigital/pdf/REUNIDIGITALVol1_Benchmarking_internacional_EaD.pdf . Acesso em: 19/02/2025.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ESDRAS, Dirceu; GALASSO, Bruno. **A criação do primeiro ambiente virtual em língua de sinais: curso on-line de pedagogia bilíngue**. In: BRASIL. Educação a distância 4.0: experiências, oportunidades e desafios em IES públicas brasileiras. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Universidade Aberta do Brasil. 1ed. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2020, v. 1, p. 12-26.

Artigo em Libras: https://youtu.be/hhu_JP2aSwk

ESDRAS, Dirceu; GALASSO, Bruno. A Educação de Surdos em Parallaxe: O Desenvolvimento de um Modelo Colaborativo de Aprendizagem. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 19, p. 437, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17143/rbaad.v19i1.427>

Artigo em Libras: <https://youtu.be/kbSpPQG9qB4>

KOGUT, Renan; GALASSO, Bruno ; LINO, Jadir ; TEIXEIRA, Dirceu. O Design Gráfico na Produção de Materiais Didáticos Bilíngues: Língua Portuguesa e Libras. **Cadernos Cajuína**, v. 9, p. e249335, 2024. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i3.356>
GALASSO, Bruno; LOPEZ, Monica R.S.; SEVERINO, Rafael da M.; LIMA, Roberto G.; Teixeira, Dirceu Esdras . Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 59-72, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100006>
Artigo em Libras: <https://youtu.be/qIRMDMIC8JQ>

Sétimo período

Trabalho de Conclusão de Curso I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Início do desenvolvimento de trabalho monográfico junto ao orientador. Atividade de pesquisa: revisão bibliográfica, reflexão metodológica e preparação e/ou execução de coleta de dados.

Objetivos:

- Construir em conjunto com o orientador plano de trabalho de construção do trabalho de conclusão de curso;
- Eleger o tipo de trabalho de conclusão de curso a ser desenvolvido
- Iniciar o processo de levantamento e revisão da bibliografia ligada ao tema escolhido
- Elaboração da proposta metodológica a ser aplicada para coleta e tratamento dos dados da pesquisa
- Início da coleta e tratamento de dados

Conteúdo Programático:

1. Formas de pesquisa bibliográfica em repositórios digitais e bibliotecas;
2. Revisão bibliográfica: mapeamento do campo e crítica sistemática;
3. Metodologias de pesquisa aplicáveis a modalidades específica de pesquisa escolhida pelo aluno e o orientador;

Bibliografia:

A ser indicada pelo orientador

Metodologia do Ensino de Libras II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Estudo das abordagens, métodos e estratégias de ensino de Libras como segunda língua (L2).
Planejamento e desenvolvimento de materiais didáticos adequados para diferentes públicos.
Avaliação da proficiência e do desenvolvimento linguístico de aprendizes de Libras como L2.
Reflexão sobre desafios e possibilidades no ensino de Libras para ouvintes e surdos não fluentes.

Objetivos:

- Compreender as especificidades do ensino de Libras como segunda língua.
- Analisar métodos e abordagens para o ensino de Libras como L2.
- Desenvolver estratégias didáticas e materiais pedagógicos para diferentes perfis de aprendizes.
- Aplicar técnicas de ensino que favoreçam a aquisição e a fluência em Libras.
- Refletir sobre os processos de avaliação de proficiência e desenvolvimento linguístico na Libras como L2.

Conteúdo Programático:

1. Fundamentos do ensino de Libras como segunda língua.
2. Métodos e abordagens para o ensino de Libras L2.
3. Estratégias para o desenvolvimento da fluência em Libras.
4. Planejamento de aulas e elaboração de materiais didáticos.
5. Ensino de gramática e vocabulário na Libras como L2.
6. Processos avaliativos no ensino de Libras para ouvintes e surdos não fluentes.

Bibliografia:

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

PIMENTEL, S. *Ensino de Libras como Segunda Língua: Teorias e Práticas*. São Paulo: Editora XYZ, 2018.

ALBRES, N. A.; LACERDA, C. B. F. *Ensino de Língua de Sinais como Segunda Língua*. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

GESSER, Audrei. **Metodologia de Ensino em LIBRAS como L2**. Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT M. L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SILVEIRA, Luciane Cruz. **O ensino de Libras como L2 na formação de professores bilíngues em curso de pedagogia: uma perspectiva da linguística aplicada**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Letras. Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia Complementar:

BRITO, L. F. *Por uma Gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, R. M. Linguística para o Ensino Superior – Libras. Florianópolis: EdUFSC, 2023.

SOUZA, A. M. Metodologias de Ensino de Libras: Perspectivas e Desafios. Curitiba: Appris, 2021.

Estágio V: Práticas pedagógicas e/ou socioeducativas em contextos não escolares

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Observação e investigação do campo de estágio. Gestão Compartilhada. Elaboração de proposta de atuação.

Objetivos:

- Investigar práticas de gestão escolar por meio de observação, acompanhamento e participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de ações/políticas administrativas;
- Elaborar e desenvolver propostas de atuação administrativo/pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;
- Identificar e analisar práticas de gestão escolar voltadas à educação de surdos/as; - Desenvolver um projeto de gestão escolar a partir das situações vivenciadas durante o estágio.

Conteúdo Programático:

1. Sondagem do campo de estágio Em sala de aula: - debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo; - orientações individuais e em grupo para a realização do relatório. No campo: - sondagem da organização do sistema e de suas políticas; - observação do cotidiano escolar e de seu entorno; - observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos; - leitura e análise do Projeto Político-Pedagógico; - leitura e análise do Regimento Escolar, do Organograma, de manuais, de atas de reuniões/encontros e de outros documentos; - conversa e/ou entrevistas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros sujeitos da comunidade escolar; - consulta a sites que contenham informações sobre a instituição.
2. Gestão compartilhada em sala de aula: - debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo; - orientações individuais e em grupo para a realização do relatório. Em campo: - participação/acompanhamento em atendimento a estudantes e responsáveis; - participação/acompanhamento nas diversas práticas de orientação pedagógica junto aos/as docentes; - participação em Conselho Escolar; - participação em Conselho de Classe; - participação em Reunião de Responsáveis; - participação em Reunião de Professores/as, Grupos de Estudos e outras atividades formativas; - participação em diferentes rotinas e observação de diferentes aspectos do cotidiano (relações interpessoais, formação de professores, gestão democrática, fluxo de informações e transparência); - entrevistas e/ou conversas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a

educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros/as membros/as da comunidade escolar; - consulta a sites que contenham informações sobre a escola e sobre o sistema de ensino no qual ela está inserida; - leitura e análise de documentos diversos (Projeto Político-Pedagógico, Regimento, atas, manuais etc.).

3. Proposta de Atuação Em sala de aula: - levantamento da situação-problema e debate - orientações individuais e em grupo para elaboração do projeto Em sala de aula e/ou em outros espaços: - elaboração do Projeto de Atuação

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Disponível em: <<http://terras.edu.ar/aula/cursos/8/biblio/LIBANEO-Jose-CarlosCAP-2-Uma-escola-para-novos-tempos.pdf>>. Acesso: 26 mar. 2017.

Gestão Educacional I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Gestão Educacional. Organização dos Sistemas de Ensino Educacionais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Gestão Democrática do Ensino Público. Processos de centralização, descentralização e autonomia. Planejamento Educacional. Avaliação Institucional. Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos e Gestão da Educação Bilíngue de Surdos.

Objetivos:

- Refletir sobre conceitos, especificidades e desafios da gestão educacional;
- Compreender os processos de organização dos sistemas de ensino, refletindo sobre os processos de centralização, descentralização e autonomia na educação;
- Refletir sobre a gestão democrática do ensino público, tendo como referência os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as estratégias dispostas no Plano Nacional de Educação, diretrizes presentes em outros documentos oficiais e ações coletivas;
- Analisar o processo de instituição do Sistema Nacional de Educação no contexto do Plano Nacional de Educação e das políticas públicas contemporâneas;
- Identificar as características das avaliações institucionais internas e externas e analisar criticamente as políticas de responsabilização;
- Debater sobre a gestão da Educação Bilíngue de Surdos na atualidade.

Conteúdo Programático:

1 Gestão Educacional

1.1 Conceitos e paradigmas de gestão educacional

- 1.2 Especificidades e desafios da gestão educacional na atualidade
- 2 Organização dos Sistemas de Ensino
 - 2.1 Estrutura e funcionamento dos sistemas de ensino no Brasil
 - 2.2 Centralização, descentralização e autonomia na educação
 - 2.3 O Sistema Nacional de Educação e os desafios da articulação entre União, Estados e Municípios
- 3 Gestão Educacional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)
 - 3.1 Princípios e diretrizes da gestão educacional no contexto da LDBEN, do Plano Nacional de Educação (PNE) e de outras normativas;
 - 3.2 Princípios e desafios da gestão democrática.
- 4 Avaliação Institucional
 - 4.1 Avaliações externas e internas: objetivos, impactos e limitações
 - 4.2 Políticas de accountability e seus efeitos sobre a gestão educacional
- 5 Gestão da Educação Bilíngue de Surdos
 - 5.1 Atribuições da DIPEBS e da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos
 - 5.2 Desafios de gestão da Educação Bilíngue de Surdos no Brasil.

Bibliografia:

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação—PNE e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100>

MEC. Portaria MEC 993, de 23 de maio de 2023. Institui a Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos – CNEBS. Disponível em:
<https://ibee.com.br/materia/portaria-mec-993-de-23-05-2023-institui-a-comissao-nacional-de-educacao-bilingue-de-surdos-cnebs/>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. Educ. Soc., Set 2015, vol.36, no.132, p. 625-646. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000300625&lng=pt&nrm=iso.

SANTANA, C.; HADDAD, F.; TEBET, S. Projeto de Lei n. 2614. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2443764>

Educação de Jovens e Adultos II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos. Diretrizes e Orientações Curriculares na EJA. Currículo e avaliação na EJA. Percorso formativo e trilha de aprendizagem na organização e planejamento pedagógico e curricular na EJA. Singularidades da Educação Bilíngue de Jovens e Adultos Surdos. Experiências e ações educativas no contexto da Educação de Jovens e Adultos Surdos. Processo de ensino/aprendizagem na EJA nas diferentes áreas do conhecimento.

Objetivos:

- Conhecer Diretrizes e Orientações Curriculares para a EJA.
- Conhecer e problematizar práticas e experiências pedagógicas na EJA.
- Aprofundar o conhecimento das singularidades e desafios da EJA bilíngue de surdos, nas diferentes áreas do conhecimento.

Conteúdo Programático:

- Diretrizes e Orientações Curriculares na EJA
- Práticas e Experiências Pedagógicas e Educativas na EJA
- Educação Bilíngue de Jovens e Adultos Surdos.

Bibliografia:

ARAÚJO, Francisca Pereira de; SILVA, Antunes Ferreira da. Práticas Pedagógicas na EJA: reflexões sobre a prática docente. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**. V.5, n.2, 2022. <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/264>.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.

_____. **CNE/CEB nº. 11/2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. www.mec.gov.br

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. www.mec.gov.br

_____. **Resolução Nº 3/2010**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. www.mec.gov.br

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GOMES, Alessandra; PEREGRINO, Giselly; GONÇALVES, Ronaldo. Prática escolar com estudantes jovens, adultos e idosos na educação básica do INES. **Revista Espaço**, n. 59, jul-dez, 2023. <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1762/1694>

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Educação de jovens e adultos no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1477>

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Educação de Jovens e Adultos: Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem na EJA**. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2022. <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1463>

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. *Educar em Revista*, n. 29, p. 83-100, 2007. <https://www.scielo.br/j/er/a/hFjkmDxbZLwGBdLx8R4XhgS/>

RIBEIRO, Tiago; JANOARIO, Ricardo de Souza. Por que ensurdecer a Educação de Surdos. **Revista Communitas**. V.3, n.5, 2019.

<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/2653>

SILVA, Aline Gomes da; RIBEIRO, Tiago. Interseccionalidades e surdez: em busca de um bilinguismo antirracista e anticapacitista. **Revista Espaço do Currículo**. V.15, n.1, 2022.

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/62845>

SILVA, Francisco Canindé. Práticas pedagógicas cotidianas na educação de jovens e adultos: Táticas operacionais docentes. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, v.3, n.1, 2017. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/231594>

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Vera; BARRETO, José Carlos. Um sonho que não serve ao sonhador. In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília:

UNESCO/MEC/RAAAB, p. 63- 68, 2005. BRASIL Ministério da Educação. Parecer.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=655-vol3const-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

_. Resolução Nº 3/2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-9394-1996_84003.html

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. Educação de Jovens e Adultos: Relação educação e trabalho. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez. 2013. <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/9525789d-370e-4fff-8a53-a4edb5d7a888/content>

RIBEIRO, Vera. M. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, v. 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999. <https://www.scielo.br/j/es/a/WWPtJf49VY89z4yYrkj4pvy/>

REGUERA, Emílio et al (orgs). Educação de jovens e adultos trabalhadores: história, lutas e direito em risco. Ed. Navegando, 2019.

https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo_sonia-min

Literatura e Infância

Carga horária: 45 horas

Ementa:

O conceito de Literatura como escrita criativa/ficcional. Práticas de escrita criativa. O lugar do literário na educação e na educação infantil. Reflexões sobre a necessidade da arte e da ficção no desenvolvimento humano. Noções básicas instrumentais/operacionais de conceitos literários. Interfaces entre literatura e educação: aproximações e impasses. A questão do imaginário e do simbólico em Literatura. Literatura e identidade. Os Gêneros Literários. Conceito de Texto. Conceito de Literatura Infantil e Infanto-juvenil. Gêneros literários clássicos e seminais dedicados à infância: a fábula; o conto de fadas; conceitos de lenda, mito e rito; os ditos populares; teatro para crianças; poesia para crianças. Produções textuais em

Português e em Libras: suas interfaces. Trabalhando com textos em sala de aula. O literário e o brincar.

Objetivos:

- Identificar e interpretar os conceitos básicos de Literatura e Infância.
- Oferecer perspectiva panorâmica sobre as questões dos estudos literários na atualidade
- Refletir sobre a literatura infantil, a formação do leitor e as aproximações e afastamentos entre literatura e ensino/aprendizagem.
- Identificar as interfaces entre criação literária e o lúdico.

Conteúdo Programático:

- Conceito de Literatura, Texto e Ficção;
- Conceito de Infância;
- A Literatura, a questão do imaginário, do simbólico e o conhecimento científico e filosófico (facetas simbólicas do real);
- Literatura, identidade e poder;
- Gêneros Textuais e Literários e a Formação do Leitor;
- O Brincar e o Aprender: o brincar de aprender;
- A fábula; o conto de fadas; os ditos populares, conceitos de lenda, mito e rito;

Bibliografia:

ARIES, Philippe. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
AYALA, M. e AYALA, M.I.N. Cultura popular no Brasil. São Paulo: Ática, 2003.
AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. O conceito de Literatura. In: **Teoria da literatura**. 8 ed. Coimbra: Almedina, 1997.
BETTELHEIM, B. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
CADEMARTORI, L. O que é literatura infantil? Coleção Primeiros Passos - N.163. São Paulo: Brasiliense, 2006.
COELHO, N.N. Literatura infantil – teoria, análise, didática. São Paulo: Ática, 2009.
FERREIRO, E. O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar. In: Reflexões sobre a Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOVICH, F. Literatura infantil – gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2004.
BAJARD, E. Ler e Dizer. São Paulo: Cortez, 2001.
CUNHA, H. P. (Org.). Desafiando o cânone: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
INES. Contando Histórias em Libras – produções do DDHCT-INES.
KAERCHER, G. E. E por falar em Literatura. In: Educação Infantil: Pra quê te quero. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez, 2008.

REIS, Carlos. A Literatura como instituição. In: **O conhecimento da literatura**. Porto Alegre, EDPUCRS, 2003.

SERRA, E.D. 30 anos de literatura para crianças e jovens – algumas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

BERNARDO, Gustavo. A qualidade da invenção. In: Oliveira, Ieda de (org) O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? São Paulo : DCL, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos. São Paulo : DCL, 2003.

_____. Literatura Infantil : teoria, análise, didática. São Paulo : Moderna, 2000.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo : Perspectiva, 2007.

KHÉDE, Sônia Salomão. Personagens da literatura infanto-juvenil. São Paulo : Ática, 1986.

SANDRONI, Laura. De Lobato a Bojunga: as renaixências renovadas. Rio de Janeiro : Agir, 198

SLADE, Peter. O jogo dramático infantil. São Paulo : Summus, 1978.

ZILBERMAN, Regina. Introdução. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global 2003.

Educação Especial e Inclusiva I

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Educação Especial nas perspectivas histórica e política. Conceitos e princípios da Educação Inclusiva. Educação Especial e práticas pedagógicas inclusivas: Atendimento Educacional Especializado – AEE; Tecnologias assistivas.

Objetivos:

Conhecer os principais marcos histórico, conceitual e político da história das deficiências. - Distinguir os diferentes modelos de práticas na educação especial - Identificar as características das diferentes deficiências e suas implicações no desenvolvimento de pessoas. - Refletir acerca das práticas pedagógicas inclusivas a partir dos princípios legais atuais.

Conteúdo programático:

1. Aspectos históricos da Educação Especial 2. Marcos Legais 3. Modelos da Educação Especial: Institucionalização, Integracionista e Inclusivo; 4. Educação Especial na perspectiva da inclusão; 5. População Atendida pela Educação Especial; 6. Atendimento Educacional Especializado – AEE; 7. Práticas Pedagógicas Inclusivas; 8. Tecnologias Assistivas.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, DF: MEC, v.4, n.1. jan-jun 2008, pgs 7-17.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A Educação do Deficiente no Brasil: dos Primórdios ao Início do Século XXI. 3ª ed. Autores Associados: Campinas, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília, DF: MEC, 2010.

Pedagogia em Contextos não Escolares

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Conceitos e caracterização de contextos não-escolares. Atuação do pedagogo em contextos não-escolares. Cultura(s) e propostas pedagógicas de espaços não-escolares. Educação, educação popular e movimentos sociais. Políticas e práticas de inclusão e acessibilidade em contextos não-escolares.

Objetivos:

- Identificar, conceituar e caracterizar os espaços não-escolares;
- Discutir o papel do pedagogo nos espaços não-escolares;
- Conhecer culturas e proposta pedagógicas de espaços não-escolares;
- Refletir sobre a relação entre movimentos sociais e educação;
- Conhecer e analisar políticas e práticas de inclusão e acessibilidade em contextos não-escolares.

Conteúdo programático:

1. Conceitos e caracterização de contextos não-escolares (museus, zoológicos, jardins botânicos, ONGs, sindicatos, hospitais, clubes, empresas, movimentos sociais etc.)
2. O pedagogo em contextos não-escolares
3. A dimensão cultural das práticas educativas em espaços não-escolares
4. Propostas pedagógicas de/em espaços não-escolares e suas relações com espaços escolares
5. Educação popular e movimentos sociais
6. Políticas públicas e legislação educacional para além dos espaços escolares

7. Práticas de inclusão e acessibilidade em contextos não-escolares das diferentes áreas à diversidade dos alunos e à promoção da qualidade da educação

Bibliografia:

ARROYO. Miguel. Os movimentos sociais reeducam a educação. Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos/Org: Marcia Soares de Alvarenga et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BRASIL. Lei 13.146, de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: . Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo. Disponível em: . Acesso em: 07 mar. 2017.

Oitavo período

Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Continuação do desenvolvimento de trabalho monográfico junto ao orientador. Atividades ligadas a coleta e tratamento de dados, análise dos resultados e reflexão de seu significado frente a ao levantamento bibliográfico realizado. Redação do Trabalho de Conclusão de Curso e defesa.

Objetivos:

- Analisar os dados coletados e refletir sobre seu significado a luz da bibliografia.
- Registrar o processo de pesquisa, seus resultados e reflexões em Libras ou em Língua Portuguesa Escrita.
- Realização da defesa do trabalho perante a banca.

Conteúdo programático:

1. Formas de registro de dados adequadas a pesquisa proposta
2. Formas de análise e tratamento de dados pertinentes a pesquisa
3. Regras da ABNT e apresentação gráfica do trabalho monográfico: elementos do pré-texto e dos pós-texto nos manuais do Curso de PEdagogia Bilíngue
4. Produção de texto acadêmico: clareza na apresentação das informações é correto encadeamento lógico dos argumentos
5. Preparação do material para defesa

Bibliografia:

A ser indicada pelo orientador

Educação Ambiental

Carga horária: 45 horas

Ementa:

A Educação ambiental no Brasil: história, princípios, conceitos e regulamentações; Educação ambiental no ensino formal; Integração escola, meio ambiente e sociedade; Educação ambiental em espaços não escolares; Educação ambiental crítica e prática docente; Educação ambiental e questões étnico-raciais; Educação ambiental e sustentabilidade.

Objetivos:

Refletir criticamente sobre o conceito de educação ambiental e o papel da prática docente no campo, como instrumento de conscientização e emancipação coletiva dos indivíduos. Propiciar o debate sobre questões socioambientais importantes colocando a escola, e assim a sociedade como agentes de transformação.

Conteúdo programático:

1. A história da Educação ambiental no Brasil;
2. A escola e a educação ambiental: reflexões para uma educação emancipatória;
3. O papel dos espaços não escolares na promoção da educação ambiental na sociedade;
4. Práticas docentes para uma educação ambiental na perspectiva crítica
5. Racismo ambiental e questões étnico-raciais. Sustentabilidade, equilíbrio ecológico e educação ambiental para a diversidade.

Bibliografia básica:

ABREU, I. G.; ABREU, B. S.; MORAIS, P.S.A. Educação Ambiental e sustentabilidade: Exercício de cidadania. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. T. L. Educação para a sustentabilidade e saúde global. João Pessoa: Editora Universitária da UFCG, 2009
BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: Acesso em: 15 jan.

JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção questões da nossa época, v.39).

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Sousa de. (orgs.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; VIÉGAS, Aline. Princípios normativos da educação ambiental no Brasil: abordando os conteúdos de totalidade e de práxis. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 8, n.1, p. 11-23, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. (Orgs.). A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 177-222.

SILVA, M. M. P.; LEITE, V. D. Estratégias para realização de Educação Ambiental em escolas do Ensino Fundamental. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 20, jan/jun. 2008. 10.

SILVA, M. M. P.; RIBEIRO, L. A.; CAVALCANTE, L. P. S.; OLIVEIRA, A. G.; SOUSA, R. T. M.; OLIVEIRA, J. V. Quando Educação Ambiental faz a diferença, vidas são transformadas. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 28, jun. 2012.

Estágio VI: Gestão Educacional em Contextos Escolares

Carga horária: 100 horas

Ementa:

Observação e investigação do campo de estágio. Gestão Compartilhada. Elaboração de proposta dialógica de atuação no campo da gestão escolar.

Objetivos:

- Tecer relações entre os saberes teóricos e as práticas administrativas observadas no cotidiano escolar;
- Investigar práticas de gestão escolar por meio de observação, acompanhamento e participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de ações/políticas da instituição campo de estágio;
- Identificar e analisar práticas de gestão escolar voltadas à educação de surdos/as;
- Elaborar e desenvolver proposta dialógica de atuação administrativo/pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;

Conteúdo Programático:

1. Sondagem do campo de estágio

1.1 Em sala de aula:

- debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo e à função

político/pedagógica da escola;

- orientações individuais e em grupo para a realização do relatório.

1.2 Em campo:

- observação do entorno escolar;
- observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos;
- observação do cotidiano escolar (processos de mediação e coordenação; relações entre escola, comunidade e sistemas de ensino; gestão democrática e seus mecanismos; gestão dos recursos; processos de formação continuada dos profissionais da educação; relação com os estudantes e seus responsáveis; fluxo de informações; clima escolar; organização do tempo escolar; processos de inclusão escolar; gestão da educação de surdos etc.);
- leitura e análise do Projeto Político-Pedagógico;
- leitura e análise do Regimento Escolar, do Organograma, de manuais, de atas de reuniões/encontros e de outros documentos;
- conversa e/ou entrevistas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros sujeitos da comunidade escolar;

2. Gestão compartilhada

2.1 Em sala de aula:

- debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo;
- orientações individuais e em grupo para a realização do relatório.

2.2 Em campo:

- participação/acompanhamento em atendimento a estudantes e responsáveis;
- participação/acompanhamento nas diversas práticas de orientação pedagógica junto aos/as docentes;
- participação em Conselho Escolar;
- participação em Conselho de Classe;
- participação em Reunião de Responsáveis;
- participação em Reunião de Professores/as, Grupos de Estudos e outras atividades formativas;
- participação em diferentes rotinas e observação de diferentes aspectos do cotidiano (relações interpessoais, formação de professores, gestão democrática, fluxo de informações e transparência);
- entrevistas e/ou conversas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros/as membros/as da comunidade escolar;
- consulta a sites que contenham informações sobre a escola e sobre o sistema de ensino no qual ela está inserida.

3. Proposta dialógica de atuação:

3.1 Em sala de aula e em outros espaços:

- orientações individuais e em grupo para elaboração do projeto de gestão;
- elaboração do projeto.

3.2 Em campo:

- levantamento da situação-problema, a partir das situações vivenciadas durante o estágio e do diálogo estabelecido com o/a supervisor/a de campo e demais atores escolares.

Bibliografia:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Disponível em: <http://terras.edu.ar/aula/cursos/8/biblio/LIBANEO-Jose-CarlosCAP-2-Uma-escola-para-novos-tempos.pdf>

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em:

<https://vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aeducacaoapoliticaeadministracao.pdf>

Bibliografia complementar:

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2001.

Gestão Educacional II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Especificidades da gestão escolar. Conceitos, diretrizes e paradigmas da gestão escolar. Gestão democrática das escolas públicas e mecanismos de participação. Autonomia escolar, construção do projeto político-pedagógico (PPP) e processos de avaliação interna. Gestão de escolas com educandos surdos.

Objetivos:

- Refletir sobre a singularidade da gestão das instituições escolares;
- Analisar conceitos, diretrizes e paradigmas relacionados à gestão escolar na contemporaneidade;
- Debater sobre os mecanismos de gestão democrática e os processos de participação das comunidades interna e externa da escola;
- Refletir sobre o processo de construção do projeto político-pedagógico (PPP), compreendendo seus elementos constitutivos;
- Relacionar a construção do PPP com os processos de avaliação interna;
- Problematicar a gestão de escolas com sujeitos surdos, tendo como referência uma educação plurilíngue e intercultural.

Conteúdos Programáticos:

1 Fundamentos da Gestão Escolar

1.1 Conceitos, diretrizes e paradigmas da gestão escolar na contemporaneidade

1.2 Singularidades da gestão de instituições escolares

2 Gestão Democrática e Participação

2.1 Mecanismos de gestão democrática e participação da comunidade escolar: formas de provimento ao cargo de direção, grêmio escolar, associações de pais e mestres, conselhos escolares, conselhos de classes, gestão participativa dos recursos, dentre outros.

2.2 Desafios e possibilidades da autonomia escolar.

3 Projeto Político-Pedagógico (PPP) e processos de avaliação interna

3.1 Construção do PPP e processos participativos;

3.2 Elementos constitutivos do PPP: marco referencial (marco situacional, marco conceitual e marco operativo), diagnóstico e programação.

3.3 Processos internos de avaliação frente às políticas de avaliação externa.

4 Gestão de escolas com educandos surdos

4.1 Princípios, desafios e especificidades da gestão de escolas com educandos surdos numa perspectiva plurilíngue e intercultural.

Bibliografia:

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

HORA, Dinair Leal da Hora. **Gestão democrática e mecanismos de participação**. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks (vídeos do Glossário em Libras). Rio de Janeiro:

INES, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1083>

HORA, Dinair Leal da Hora. **Gestão democrática e mecanismos de participação**. Versão Vídeo – Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2021. Disponível em :

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/1083>

JANOARIO, Ricardo; MACHADO, Erica Esch. **Gestão democrática em escolas com estudantes surdos**: elementos para reflexão. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks (vídeos do Glossário em Libras). Rio de Janeiro: INES, 2021. Disponível em:

http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1085/2/GE_II_Texto-base_1_Unidade4_final.pdf

JANOARIO, Ricardo; MACHADO, Erica Esch. **Gestão democrática em escolas com estudantes surdos**: elementos para reflexão. Versão Vídeo – Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2021. Disponível em:

http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1085/1/GESTAOII%20UN4%20final_360P.mp4

MACHADO, Erica Esch. **Planejamento Educacional e Projeto Político-Pedagógico**: conceitos e características. Versão Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks (vídeos do Glossário em Libras). Rio de Janeiro: INES, 2021. Disponível em:

http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1084/2/GE_II_Texto_Base_Unidade_3_final.pdf

MACHADO, Erica Esch. **Planejamento Educacional e Projeto Político-Pedagógico**: conceitos e características. Versão Vídeo – Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2021. Disponível em :

http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1084/1/GESTAOII%20UN3%20CORRECAO_360P.mp4

MACHADO, Erica Esch. **Gestão educacional:** funções e conceitos. Texto em Língua Portuguesa Escrita com hiperlinks (vídeos do Glossário em Libras). Rio de Janeiro: INES, 2021. Disponível em:

http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1082/4/Texto-Base_3_Conceitos_Gest%c3%a3o.pdf

PARO, Vitor. **O que é gestão escolar?** Rio de Janeiro: INES, 2021. (Texto elaborado pelo autor a convite dos professores/autores da Disciplina Gestão Educacional II). Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/27-o-que-e-gestao-escolar>.

PARO, Vitor. **O que é gestão escolar?** Versão Vídeo – Libras com grafismo interativo. Rio de Janeiro: INES, 2021. (Texto do roteiro elaborado pelo autor a convite dos professores/autores da Disciplina Gestão Educacional II). Disponível em:

http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/1082/1/GESTAOII%20UN1%20CORRECAO_360P.mp4

PARO, Vitor. **Escolha de diretores de escola.** Parte 1/2 (Recorte, a partir de 10'38'', com legenda). Disponível em: <https://youtu.be/KG8rMA6YKLA> (Legenda produzida pelo grupo de Legendagem do INES).

Bibliografia complementar:

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Disponível em: <http://terras.edu.ar/aula/cursos/8/biblio/LIBANEO-Jose-Carlos-CAP-2-Uma-escola-para-novos-tempos.pdf>

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007-2/T1-3SF/Planejamento_Pol%EDtico_Pedag%F3gico.pdf

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

Educação Étnico Racial e Indígena

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Relações étnico-raciais no Brasil e desigualdades. Principais conceitos: racismo, preconceito, branquitude, diferença. A Constituição de 1988, as leis 10.639/03 - 11.645/08 e seus impactos sobre a questão étnico-racial no Brasil. Movimentos negros. Movimentos indígenas. Política de ações afirmativas na educação. Práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar.

Objetivos:

- Examinar criticamente as relações étnico-raciais no Brasil em seus aspectos históricos, legais e organizacionais na sociedade brasileira contemporânea;
- Analisar o processo histórico das relações étnico-raciais;
- Discutir sobre os princípios da educação escolar indígena;

Conteúdo Programático:

1. A construção da ideia de raça
2. Racismo estrutural
3. As desigualdades raciais
4. Movimentos indígenas e Povos indígenas no Brasil
5. Movimentos negro
6. Política de ações afirmativas: cotas sociais e raciais
7. Relações raciais e Educação
8. Práticas pedagógicas antirracistas
9. Interseccionalidades: racismo e surdez

Bibliografia:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BRASIL. Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECADI, 2005.
- BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm
- BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
- BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000376.pdf>
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciência, Sociais Hoje, Anpocs, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MUNANGA, K. (coord.). Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagemconceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>
- NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3º ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. Disponível em: <

<https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobreRela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. (Orgs.). O pensamento negro em educação no Brasil: expressão do Movimento Negro. São Carlos: edUFSCar, 1997.

VILHALVA, Shirley ; ROBERTO NANTES ARAUJO, Bruno . Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais. LÍNGUATEC , v. 7, p. 348-359, 2022.

VILHALVA, Shirley. Índios Surdos: Mapeamento das Línguas de Sinais do Mato Grosso do Sul. 1. ed. Petropolis - RJ: Arara Azul, 2012. v. 1. 160p.

Bibliografia complementar

BANIWA, Gersem. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. MEC, 2006. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, 2004. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, 2004. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília, MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf

BONILLA-SILVA, Eduardo. Racismo sem racistas: O racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. Tradução Margarida Goldszajn. 1º edição. São Paulo: Perspectiva, 2020.

JANOARIO, Ricardo de Souza. ACESSO, PERMANÊNCIA E POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) NA VISÃO DOS GESTORES. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18257/9498>

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. A classificação de “cor ou raça”. In: O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.). Práticas Pedagógicas na Escola Indígena. São Paulo: Global, 2001.

SKLIAR, Carlos. A educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui? In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth (orgs). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002, p. 196-215.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. Disponível em:
<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf>

Avaliação

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Avaliação como prática subsidiária no contexto geral da ação educativa. Pressupostos epistemológicos da avaliação. Dimensões da avaliação e respectivos aspectos metodológicos. Medida e avaliação: concepções distintas, os conceitos, funções, categorias e critérios da avaliação educacional. Avaliação externa e em larga escala. A evolução histórica da avaliação. A avaliação de Projetos e de Planos. Avaliação Institucional interna e externa. Avaliação como ferramenta de investigação da prática docente. Avaliação e Educação Bilíngue (Libras e LP).

Objetivos:

- Discutir as intencionalidades da prática na Avaliação, incluindo a reflexão sobre a relação entre Medida e Avaliação identificando suas diferentes concepções.
- Estabelecer relações entre as práticas pedagógicas das Avaliações Educacionais ao longo do tempo.
- Identificar as diferenças entre Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem
- Conhecer e refletir criticamente sobre os vários tipos de Avaliações Externas, feitas em larga escala, em nível nacional.
- Reconhecer no processo de avaliação educacional, a prática docente comprometida com a qualidade do ensino.
- Apontar as causas dos diferentes sentidos da Avaliação Educacional
- Refletir sobre a avaliação em contextos bilíngues, incluindo a construção de critérios diversificados para avaliação bilíngue de surdos e ouvintes (Libras e LP).

Conteúdos Programáticos:

1. Medida e Avaliação: Pressupostos epistemológicos e políticos.
2. Avaliação Institucional da escola, Avaliação do Sistema Educacional e Avaliação externa, em larga escala.
3. Avaliação da Aprendizagem Escolar.
4. Critérios diversificados para avaliação bilíngue – surdos e ouvintes (Libras e LP) os
5. resultados da avaliação, como base para o planejamento e a prática docente.

Bibliografia:

HAIDT, R. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2003.
MEDIANO, Z. A avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau. In: CANDAU, V. Rumo a uma nova Didática. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 152-164.

MORAES, M. Didática I. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006.
PILETTI, C. Didática Geral. São Paulo: Ática, 2003. SILVA, C. Medidas e avaliação em educação. Petrópolis: Vozes, 1992.
SILVA, C. Medidas e Avaliação em Educação. Petrópolis: Vozes, 1992.
TORRES, L. Avaliação: Medida e Avaliação 1. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2019.

Educação Especial e Inclusiva II

Carga horária: 45 horas

Ementa:

Diretrizes educacionais para a Educação Especial. Educação Bilíngue de Surdos. Tipos de Deficiências, Transtornos e Síndromes. Adaptação de materiais para a Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. Anamnese, PDI (Plano de desenvolvimento individual) e PEI (Plano de ensino individual).

Objetivos:

Refletir sobre as diferenças entre a Educação Especial, Inclusiva e Bilíngue na Educação Básica. Conhecer as deficiências mais comuns e suas implicações na aprendizagem escolar. Refletir sobre o papel docente frente às necessidades dos educandos com deficiência e as dificuldades apresentadas.

Conteúdo programático:

1. Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica (Resol. 2/2001).
2. Deficiência neurossensorial.
3. Deficiência física.
4. Deficiência Intelectual.
5. Transtornos Globais do Desenvolvimento.
6. Transtornos da Aprendizagem.
7. Altas habilidades/superdotação;
8. Adaptação de materiais para a Educação Especial e Inclusiva;
9. Anamnese, PDI (Plano de desenvolvimento individual) e PEI (Plano de ensino individual) da criança com necessidades educativas especiais.

Bibliografia:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: MEC, 2009
HONORA, Marcia. Esclarecendo as deficiências: Aspectos Teóricos e Práticos Para Contribuir Para uma Sociedade Inclusiva. Ciranda Cultural: Jandira, 2019.

HUDSON, Diana. Dificuldades específicas de aprendizagem: Ideias práticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger e TOC. Trad. Guilherme Summa. Petrópolis: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Jáiima Pinheiro de. Educação especial: Formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Contexto, 2022.

Bibliografia complementar

RELVAS, Marta Pires. Neurociência e Transtornos de Aprendizagem: as Múltiplas Eficiências Para uma Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

Oitavo período

Optativas

Carga horária: 30 horas

Ementa:

A ser proposta pelo professor e avaliada pelo Colegiado de Curso antes do início de cada semestre letivo.

Objetivos:

Trabalhar conteúdos voltados para aspectos específicos da formação do pedagogo, seja na área “Estudos de Formação Geral” ou “Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos” (Núcleo I e Núcleo II da Resolução CNE 04/2024)

Conteúdo programático:

A serem definidos pelo professor

Bibliografia:

A ser definida pelo professor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 095 DE 19 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Alterar a pedido, a jornada de trabalho do servidor **DANIEL CESAR AZEVEDO BARBOZA**, matrícula nº 1174647, de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas, conforme art. 5º, § 2º da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24/08/2001, publicada no DOU de 25/08/2001. (Processo nº 23121.00007/2025-17), a partir de 19/04/2025.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 096 DE 19 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Designar os docentes abaixo relacionados, como membros responsáveis pela elaboração do edital do processo seletivo de coordenador de curso bolsista UAB/ CAPES/INES para atuar no curso de especialização Educação Bilingue na modalidade EAD.

- Luciana Moratelli Pinho – matrícula SIAPE nº 1538332;
- Ricardo de Souza Janoário – matrícula SIAPE nº 1049582;
- Tiago Ribeiro da Silva – matrícula SIAPE nº 1153798.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 097 DE 21 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 185/2023, publicada no BS-INES nº 03/2023.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 098 DE 21 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Nomear os servidores abaixo relacionados como membros da Comissão Permanente de ingresso nos cursos de Pedagogia Presencial e EaD.

- **HEIDI ELISABETH BAECK** – matrícula SIAPE nº 1080591;
- **MARIA INÊS CASTRO AZEVEDO** - matrícula SIAPE nº 2222754;
- **MARIO JOSÉ MISSAGIA JUNIOR** - matrícula SIAPE nº 2687363;
- **MIRELA DIEL DE GUSMÃO** - matrícula SIAPE nº 1700770;
- **LUCIANA MATTOS CASTIÑEIRAS DE SIQUEIRA** - matrícula SIAPE nº 1024165;
- **JUCIARA DOS SANTOS NOVAES** - matrícula SIAPE nº 1353739;
- **YRLLA RIBEIRO DE OLIVEIRA CARNEIRO DA SILVA** - matrícula SIAPE nº 1568849.

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 099 DE 21 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Alterar por necessidade de serviço, a fruição de férias da servidora **REGIANE ANASTÁCIA PITILLO DA SILVA RAMOS**, matrícula SIAPE nº 1175126, referente ao exercício de 2023, marcada anteriormente no período de 10/03/2025 a 18/03/2025 para o período de 08/05/2025 a 16/05/2025.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 100 DE 25 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão de elaboração e planejamento da contratação para aquisição de utensílios para o Restaurante Universitário – RU, do DESU.

- ELIZABETH SERRA DE OLIVEIRA – matrícula SIAPE nº 2171501 - Docente do Ensino Superior;
- MIRELA DIEL DE GUSMÃO - matrícula SIAPE nº 1700770 - Assistente em Administração;
- MARIA LUCIA CORRÊA CORREIA – matrícula SIAPE nº 262382 - Assistente em Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 101 DE 25 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder ao docente **MATEUS GONÇALVES**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1097365, Progressão Funcional por Desempenho Acadêmico, da Classe D III Nível 1 para a Classe D III Nível 2, a contar de 12/06/2024, após vinte e quatro meses de exercício, iniciado em 12/06/2024, em conformidade com o artigo nº 15 da Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD/IFFlu Campos Centro e constante dos processos nº 23318.006088.2024-81 e nº 23121.001425/2024-41.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 102 DE 25 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder o custeio de auxílio funeral no valor de R\$ 3.150,00 ao requerente GUSTAVO ADOLFO PEREIRA DA ROCHA, pelo falecimento da servidora aposentada MARIA JOSÉ DA SILVA, matrícula SIAPE nº 0262188, cargo de Enfermeiro, com óbito ocorrido em 14/02/2025, auxílio equivalente ao valor dos gastos com as notas fiscais eletrônicas nº 0020793 e nº 0098, limitado ao valor do último provento por ser considerada como terceiro na relação familiar, conforme os artigos 226, 227 e 241 da Lei nº 8.112/1990 e os Artigos 2º, 3º e 8º da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 101, de 27/10/2021 (Processo nº 23121.000246/2025-77).

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 103 DE 27 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder alteração do Incentivo à Qualificação aos servidores do quadro técnico-administrativo do INES, conforme discriminado abaixo, de acordo com Art. 12-A da Medida Provisória nº 1.286/2024, Anexo CCXXIII, que alterou a Lei nº 12.772/2012, após análise e parecer da Comissão Interna de Supervisão – CIS, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos das IFES – PCCTAE, a partir de 01/01/2025.

Matrícula SIAPE nº	Nome	Título	De	Para
1023502	ANA CRISTINA DE SOUZA FLORES	Ens. Médio - Técnico	10%	20%
1026600	EDÉCIO AMBRÓSIO DE LIMA JÚNIOR	Especialização	20%	30%
1177474	JEAN FUGLINO DE PAIVA	Especialização	20%	30%
1801739	LEONARDO NARCISO FERNANDEZ	Graduação	15%	25%
1970222	PEDRO HENRIQUE O. CAVALCANTI BARROS	Doutorado	50%	75%

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 104 DE 27 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 23121.001025/2023-54, instituída pela Portaria nº 15 de 31/01/2025, publicada no BS-INES nº 01/2025, com fulcro no art. 152, da Lei nº 8.112/90.

Esta portaria entra em vigor em 26/03/2025.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 105 DE 27 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Reconduzir os membros designados pela Portaria nº 16 de 31/01/2025, publicada no BS-INES nº 01/2025, de acordo com a Formulação DASP nº 216, a fim de ultimar os trabalhos da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 23121.000702/2023-17.

Esta portaria entra em vigor em 26/03/2025.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 106 DE 28 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder redução de 20% da carga horária semanal, ao docente **ERICK ROMMEL HIPOLITO DE SOUZA**, matrícula SIAPE nº 1067770, de acordo com o artigo 98, § 3º da lei nº 8.112/90 e do constante do laudo 043.163/2025 emitido pela junta médica oficial.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 107 DE 28 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder redução de 50% da carga horária semanal, à docente **SIMONE PEIXOTO GONÇALVES**, matrícula SIAPE nº 1155487, de acordo com o artigo 98, § 3º da lei nº 8.112/90 e do constante do laudo 044.908/2025 emitido pela junta médica oficial.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 108 DE 31 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Conceder redução de 25% da carga horária semanal, à docente **TÁSSIA ALESSANDRA DE SOUZA FERRAZ**, matrícula SIAPE nº 1702349, de acordo com o artigo 98, § 3º da lei nº 8.112/90 e do constante do laudo 044.866/2025 emitido pela junta médica oficial.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 109 DE 31 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, **RENATA CARVALHO ROCHA**, matrícula SIAPE nº 2627116, do encargo de substituto eventual da função de Coordenador do Curso de LIBRAS e da DFCRH, código FCC, da Divisão de Formação e Capacitação de Recursos Humanos - DFCRH, do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico – DDHCT, a contar de 01/04/2025.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES

PORTARIA Nº 110 DE 31 DE MARÇO DE 2025

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria INES nº 24, de 19/01/2023, publicada no DOU de 23/01/2023, e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.055, de 25/10/2024, publicada no DOU de 29/10/2024,

RESOLVE:

Designar **ANDREZA DA SILVA GONÇALVES RAPHAEL**, matrícula SIAPE nº 1039446, para exercer o encargo de substituto eventual da função de Coordenador do Curso de LIBRAS e da DFCRH, código FCC, da Divisão de Formação e Capacitação de Recursos Humanos - DFCRH, do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico – DDHCT, a contar de 01/04/2025.

SOLANGE MARIA DA ROCHA
Diretora Geral